

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
NÍVEL DOUTORADO**

ROGERIO DA SILVA FRANÇA JÚNIOR

**ANÁLISE COMPARATIVA DAS RESPOSTAS ECONÔMICAS E SOCIAIS ÀS
PANDEMIAS DA GRIPE ESPANHOLA E COVID-19 NO BRASIL: LIÇÕES
HISTÓRICAS E ESTRATÉGIAS PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS RESILIENTES E EFICAZES**

São Leopoldo-RS

2024

ROGERIO DA SILVA FRANÇA JÚNIOR

**ANÁLISE COMPARATIVA DAS RESPOSTAS ECONÔMICAS E SOCIAIS ÀS
PANDEMIAS DA GRIPE ESPANHOLA E COVID-19 NO BRASIL: LIÇÕES
HISTÓRICAS E ESTRATÉGIAS PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS RESILIENTES E EFICAZES**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – RS, sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Tadeu Caputi Lelis.

São Leopoldo-RS

2024

F815a

França Júnior, Rogerio da Silva

Análise comparativa das respostas econômicas e sociais às pandemias da gripe espanhola e Covid-19 no Brasil: lições históricas e estratégias para a formulação de políticas públicas resilientes e eficazes. / Rogerio da Silva França Júnior-- 2024.

156 f. : il. ; color. ; ; 30cm.

Tese (Doutorado em Economia) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Economia, 2024.

Prof. Dr. Marcos Tadeu Caputi Lelis.

1. Economia. 2. Pandemia - Gripe Espanhola - COVID-19 – Economia. 3. Política econômica. 4. Economia brasileira. 5. Medida econômica - Pandemia - COVID-19. I. Título. II. Lelis, Marcos Tadeu Caputi.

CDU 33

Rogério da Silva França Júnior

Análise Comparativa das Respostas Econômicas e Sociais às Pandemias da Gripe Espanhola e COVID-19 no Brasil: Lições Históricas e Estratégias para a Formulação de Políticas Públicas Resilientes e Eficazes

Tese apresentada como exigência para obtenção do título de Doutor em Economia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – São Leopoldo-RS, sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Tadeu Caputi Lelis.

A banca examinadora, após a avaliação do trabalho, atribuiu ao candidato o conceito _____.

São Leopoldo, RS, setembro de 2024.

BANCA EXAMINDORA

NOTA/CONCEITO

Prof. Drº. Marcos Tadeu Caputi Lelis – Presidente
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Prof. Drº. Magnus dos Reis
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Prof. Drª. Maria Carolina Rosa
Universidade de Caxias do Sul – UCS

Prof. Drº. Tiago Wickstrom Alves
Universidade de Caxias do Sul – UCS

**São Leopoldo-RS
2024**

Dedico este trabalho à memória dos meus queridos pais, Rogerio da Silva França e Patrícia Motta França. Mesmo não estando mais fisicamente ao meu lado, sinto a presença de vocês em cada passo que dou. Vocês foram meus primeiros exemplos de amor, força e resiliência. Tudo o que sou, devo a vocês, e a saudade que sinto se transforma em força para seguir adiante, honrando a vida que me deram e os valores que me ensinaram. À minha amada esposa, Cristina Anderson Westphalen, que, com seu amor inabalável e apoio constante, esteve ao meu lado em cada etapa desta jornada, sendo minha força nos momentos mais difíceis. Cristina, este trabalho é tanto seu quanto meu, pois, sem o seu apoio, eu não teria chegado até aqui. Também não poderia deixar de citar meu amigo Pablo Eduardo Vailatti, cuja amizade verdadeira e lealdade me deram coragem e esperança nos momentos de dúvida. A todos vocês, minha eterna gratidão por serem a razão e o suporte de cada conquista.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela minha vida, pela força e sabedoria que Ele me concede diariamente e por estar ao meu lado em todos os momentos, especialmente nos mais difíceis. Sua presença me deu coragem para enfrentar os desafios e persistir quando as dificuldades pareciam insuperáveis. Sou grato pela proteção divina que sempre me acompanhou e me guiou ao longo desta jornada. Consagro a Ele os meus próximos passos e todas as futuras conquistas da minha vida profissional, confiando que Ele continuará a me guiar e a me fortalecer em cada decisão e em cada caminho que eu escolher trilhar.

À minha esposa, Cristina Anderson Westphalen, que esteve ao meu lado em todos os momentos, segurando a barra com coragem e paciência, me confortando nas horas difíceis e acreditando em mim mesmo quando eu duvidei. Você é meu porto seguro, minha fonte de força, e sem o seu apoio, esta conquista não teria sido possível.

Ao meu orientador, Prof. Drº. Marcos Tadeu Caputi Lelis, que foi fundamental nesta conquista e que esteve comigo em todas as vitórias alcançadas. Sua orientação, paciência e dedicação permitiram que eu descobrisse o caminho a cada passo, sempre me impulsionando a ir além e a superar meus próprios limites. Agradeço por compartilhar seu conhecimento e por acreditar no meu potencial, me guiando com sabedoria e entusiasmo, sou eternamente grato por ter tido a oportunidade de aprender sob sua orientação.

Por fim, agradeço a todos os participantes do Projeto, professores da Universidade, colaboradores de instituições envolvidas, que de forma direta ou indiretamente, estiveram envolvidos na construção de minha formação acadêmica.

Muito obrigado!

RESUMO

Ao longo da história, pandemias como a Gripe Espanhola de 1918-1919 e a COVID-19 de 2020 trouxeram impactos significativos sobre as estruturas sociais, econômicas e políticas globais. Este estudo investiga e compara as respostas econômicas adotadas no Brasil durante essas duas pandemias, buscando identificar padrões, semelhanças e diferenças nas estratégias implementadas. Embora separadas por mais de um século, ambas as pandemias exigiram ações coordenadas, revelando tanto as fragilidades quanto a capacidade de adaptação dos governos diante de crises sanitárias de grande magnitude. Utilizando uma metodologia de revisão histórica e análise comparativa, o estudo avalia políticas fiscais, monetárias, comerciais e cambiais, considerando seus efeitos imediatos e a longo prazo na economia brasileira. Os resultados apontam para a necessidade de uma abordagem integrada e coordenada para mitigar os impactos econômicos e sociais de pandemias, oferecendo recomendações baseadas em lições aprendidas para a formulação de políticas públicas mais eficazes e resilientes no futuro. Este estudo contribui para a compreensão de como as experiências históricas podem informar o desenvolvimento de políticas universais, enfatizando a importância da flexibilidade econômica e a necessidade de aprendizagem contínua na gestão de crises.

Palavras-chave: Pandemias, Gripe Espanhola, COVID-19, Políticas Econômicas, Economia Brasileira.

ABSTRACT

Throughout history, pandemics such as the Spanish Flu of 1918-1919 and COVID-19 of 2020 have brought significant impacts on global social, economic, and political structures. This study investigates and compares the economic responses adopted in Brazil during these two pandemics, aiming to identify patterns, similarities and differences in the strategies implemented. Although separated by more than a century, both pandemics required coordinated actions, revealing both the fragilities and the adaptability of governments in the face of large-scale health crises. Using a methodology of historical review and comparative analysis, the study evaluates fiscal, monetary, trade and exchange rate policies, considering their immediate and long-term effects on the Brazilian economy. The results highlight the need for an integrated and coordinated approach to mitigate the economic and social impacts of pandemics, offering recommendations based on lessons learned for the formulation of more effective and resilient public policies in the future. This study contributes to the understanding of how historical experiences can inform the development of robust universal policies, emphasizing the importance of economic flexibility and the need for continuous learning in crisis management.

Keywords: Pandemics, Spanish Flu, COVID-19, Economic Policies, Brazilian Economy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxograma.....	49
Figura 2 - Exportação e importação brasileira (moeda nacional).....	84
Figura 3 - Exportação e importação brasileira (moeda estrangeira).....	85
Figura 4 - Taxa de câmbio dos períodos antes, durante e após a Gripe Espanhola.....	86
Figura 5 - Valor de exportação do café antes, durante e após a pandemia de Gripe Espanhola.....	90

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - PIB (%) do Brasil 2020-2023.....	116
Gráfico 2 - Exportações mundiais: EUA, China e Brasil entre 2019 e 2023.....	120
Gráfico 3 - Exportações mundiais: EUA, China e Brasil entre 2019 e 2023.....	122

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 - Divisão dos dados da amostra de pesquisa.....	55
Quadro 2- Resumo das medidas econômicas adotadas no enfrentamento das pandemias de Gripe Espanhola e Covid-19.....	138

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Intercâmbio comercial brasileiro com principais parceiros (1915-1923).....88

LISTA DE ABREVIATURAS

ABIC	Associação Brasileira da Indústria do Café
ATV	Acordo sobre Têxteis e Vestuário
BACEN	Banco Central do Brasil
BCB	Banco Central do Brasil
BP	Balanço de Pagamentos
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
EPI	Equipamento de Proteção Individual
ESPII	Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
H1N1	Influenza A subtipo H1N1 - gripe
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IS-LM	Investment Saving – Liquidity Money
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
NPI	Intervenções não farmacêutica
OA-DA	Oferta Agregada e Demanda Agregada
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
PRONAMPE	Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
SARS-CoV-2	Covid-19
SCOPUS	Banco de dados de resumos e citações de artigos para jornais/revistas acadêmicos
SELIC	Taxa básica de Juros
TG	Teoria Geral
TQM	Teoria Quantitativa da Moeda
USD	Dólar americano
UTI	Unidade de Tratamento Intensivo

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Economia
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

LISTA DE SIMBOLOS

%	Porcentagem
£	Libra Esterlina
p.	Página

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 JUSTIFICATIVA.....	20
1.2 OBJETIVOS	22
2 REVISÃO TEÓRICA	24
2.1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS.....	24
2.2 POLÍTICA FISCAL.....	25
2.3 POLÍTICA MONETÁRIA.....	31
2.4 POLÍTICA CAMBIAL.....	36
2.5 POLÍTICA COMERCIAL.....	39
2.6 SÍNTESE TEÓRICA SOBRE AS POLÍTICAS ECONÔMICAS.....	42
3 METODOLOGIA	44
3.1 MATERIAIS E MÉTODOS.....	46
3.2 SÍNTESE DAS ETAPAS DE PESQUISA.....	48
4 REVISÃO DE LITERATURA	51
4.1 AS PANDEMIAS DE GRIPE ESPANHOLA E DE COVID 19.....	51
4.2 RESULTADOS DA REVISÃO DE LITERATURA.....	54
4.3 IMPACTOS DA PANDEMIA DE GRIPE ESPANHOLA NA ECONOMIA.....	67
4.4 IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA ECONOMIA.....	69
5 A PANDEMIA DE GRIPE ESPANHOLA E OS EFEITOS NA ECONOMIA BRASILEIRA	72
5.1 CARACTERIZAÇÃO DA GRIPE ESPANHOLA.....	73
5.2 A CAFEICULTURA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A ECONOMIA.....	76
5.3 EFEITOS DIRETOS DA PANDEMIA DE GRIPE ESPANHOLA NO BRASIL.....	80
5.4 EFEITOS INDIRETOS DA PANDEMIA DE GRIPE ESPANHOLA NO BRASIL..	83
5.5 MEDIDAS ECONÔMICAS E CANAIS DE TRANSMISSÃO DURANTE A PANDEMIA DE GRIPE ESPANHOLA.....	92
5.5.1 Medidas Fiscais	92
5.5.2 Medidas Monetárias	95

5.5.3 Medidas Comerciais.....	97
5.5.3.1 Contexto Histórico da Industrialização.....	98
5.5.3.2 Impacto das Políticas Comerciais na Industrialização.....	98
5.5.3.3 Mudanças Cambiais durante o Período da Gripe Espanhola até 1917.....	100
5.5.3.4 Transição para um Regime de Taxa de Câmbio Fixa a partir de 1918.....	101
5.5.3.5 Medidas para evitar a queda nas exportações, especialmente, do café.....	101
5.5.4 Medidas Cambiais.....	102
5.5.4.1 Política Cambial Brasileira 1889-1946.....	103
6 A PANDEMIA DE COVID-19 E OS EFEITOS NA ECONOMIA BRASILEIRA....	107
6.1 CARACTERIZAÇÃO DA COVID-19.....	108
6.2 ECONOMIA BRASILEIRA PRÉ-COVID.....	110
6.3 EFEITOS DIRETOS.....	112
6.4 EFEITOS INDIRETOS.....	117
6.5 MEDIDAS ECONÔMICAS E CANAIS DE TRANSMISSÃO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19.....	123
6.5.1 Medidas Fiscais.....	123
6.5.1.1 Descrição das Políticas Fiscais Adotadas Durante a Pandemia de COVID-19.....	123
6.5.1.2 Análise dos Impactos Fiscais na Economia Brasileira Durante o Período...124	
6.5.2 Medidas Monetárias.....	125
6.5.2.1 Políticas Monetárias Implementadas Durante a Pandemia de COVID-19...126	
6.5.2.2 Efeitos dessas Políticas sobre a Economia e a População.....127	
6.5.3 Medidas Comerciais.....	129
6.5.3.1 Descrição das Políticas Comerciais Adotadas Durante a Pandemia de COVID-19.....	130
6.5.3.2 Impacto das Políticas Comerciais na Economia e no Comércio Exterior do Brasil.....	131
6.5.4 Medidas Cambiais.....	132
6.5.4.1 Políticas Cambiais Implementadas Durante a Pandemia de COVID-19.....	133
6.5.4.2 Impactos das Políticas Cambiais na Estabilidade Econômica e na Competitividade Internacional.....	134

6.5.5 Reflexões Comparativas Finais sobre as Políticas fiscais, monetárias, comerciais e cambiais adotadas durante as pandemias de Gripe Espanhola e de COVID-19 no Brasil.....	135
7 CONCLUSÃO.....	139
REFERÊNCIAS.....	146

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da História, pandemias têm sido eventos de efeitos catastróficos que podem moldar sociedades, economias e políticas de maneira profunda e duradoura. Nesse contexto, os dois episódios mais significativos são a pandemia de Gripe Espanhola (1918-1919) e a pandemia de COVID-19 (2020-2023). Ambas causaram intensas mudanças, mas ocorreram em contextos históricos e econômicos muito diferentes, oferecendo uma oportunidade única para comparação e análise.

A Gripe Espanhola, que se espalhou durante a Primeira Guerra Mundial, encontrou um mundo menos globalizado, comparado ao cenário atual, mas com redes de transporte emergentes que facilitaram a disseminação do vírus influenza. Estima-se que a Gripe Espanhola tenha infectado cerca de um terço da população mundial e causado a morte de aproximadamente 50 milhões de pessoas (JOHNSON; MÜLLER, 2002). No Brasil, a moléstia exacerbou uma economia já fragilizada pela Grande Guerra e pela falta de uma infraestrutura de saúde pública robusta. A resposta à pandemia foi limitada pela tecnologia e pelo conhecimento médico da época, resultando em medidas de contenção improvisadas e muitas vezes ineficazes (EVANS, 1992).

Por outro lado, a COVID-19 surgiu em um mundo altamente globalizado, onde a interconexão econômica e a mobilidade internacional desempenharam um papel significativo na rápida propagação do coronavírus. A pandemia resultou em uma recessão global sem precedentes, desde a Segunda Guerra Mundial, impactando severamente economias emergentes e desenvolvidas (Fundo Monetário Internacional, 2022). Entretanto, as respostas políticas e econômicas à COVID-19 foram mais sofisticadas, beneficiando-se de avanços tecnológicos e científicos que permitiram intervenções mais coordenadas e informadas (Banco Mundial, 2021). No Brasil, contudo, os efeitos foram particularmente graves, quando comparado com economias que apresentam população próxima, afetando tanto a saúde pública quanto a economia de forma abrangente.

Os efeitos econômicos de pandemias variam amplamente dependendo do contexto histórico, das respostas políticas e das características específicas de cada crise. A Gripe Espanhola e a COVID-19 constituem-se em casos distintos cujo estudo e comparação permitem entender como pandemias podem influenciar economias em diferentes períodos.

A análise dos efeitos econômicos, específicos da Gripe Espanhola no Brasil, revela que a alta taxa de mortalidade e o adoecimento generalizado da força de trabalho resultaram em uma escassez de mão de obra significativa, afetando negativamente a produção agrícola e industrial. A falta de uma resposta coordenada do governo e a limitada infraestrutura de saúde pública exacerbaram esses efeitos. Iniciativas de apoio financeiro e subsídios foram insuficientes para mitigar os danos a longo prazo, evidenciando a fragilidade da economia brasileira frente a crises sanitárias de grande escala (GOULART, 2005).

Por outro lado, a pandemia de COVID-19 expôs fragilidades econômicas preexistentes e introduziu novos desafios como choques de oferta e demanda, volatilidade do mercado financeiro e incertezas econômicas. O governo brasileiro implementou pacotes de estímulo econômico e medidas fiscais e monetárias para diminuir os impactos, mas a crise destacou a necessidade de reformas estruturais e de uma infraestrutura de saúde pública mais robusta. A pandemia também acentuou desigualdades socioeconômicas, afetando desproporcionalmente as populações mais vulneráveis (CEPAL, 2022). As respostas econômicas incluíram intervenções fiscais e monetárias que foram cruciais para sustentar a demanda agregada e evitar uma recessão ainda mais profunda.

Comparar as duas principais pandemias, a de Gripe Espanhola e a de COVID-19, permite identificar tanto semelhanças quanto diferenças significativas. Ambas demandaram respostas políticas rápidas e frequentemente improvisadas, impactaram profundamente as economias e evidenciaram a necessidade de políticas públicas eficazes. No entanto, as respostas à COVID-19 beneficiaram-se de avanços tecnológicos e científicos que não estavam disponíveis durante a Gripe Espanhola. A resposta à COVID-19 ainda incluiu pacotes de estímulo econômico e intervenções fiscais e monetárias mais fortes, menos desenvolvidas e conhecidos durante a Gripe Espanhola. Não obstante um maior conhecimento das medidas de estímulo fiscais e monetários, em 2020, a globalização e a interconexão econômica exacerbaram a disseminação do coronavírus, tornando a crise ainda mais complexa de gerenciar, causando uma incerteza maior no ambiente econômico (BARRO, URSÚA e WENG, 2020).

A análise das políticas econômicas empregadas durante as pandemias indica a importância de uma abordagem coordenada e multifacetada do problema sanitário e suas consequências. Políticas fiscais, monetárias, cambiais e comerciais

desempenham função crucial na mitigação dos efeitos econômicos e na promoção da recuperação. A teoria keynesiana, que enfatiza a relevância da intervenção governamental para estabilizar a economia durante crises, é fundamental para entender as respostas fiscais e monetárias a pandemias. Durante a Gripe Espanhola, as políticas fiscais foram limitadas pela falta de coordenação e conhecimento dos seus canais de transmissão. Em contraste, a resposta à COVID-19 incluiu pacotes de estímulo econômico significativos que ajudaram a sustentar a demanda agregada (KEYNES, 1936).

Políticas monetárias visam garantir a liquidez do mercado e a estabilidade econômica. Durante a Gripe Espanhola, como já dito, as intervenções monetárias foram limitadas pela tecnologia e pelo conhecimento científico da época. A resposta à COVID-19, por sua vez, incluiu cortes nas taxas de juros e programas de compra de ativos que foram fulcrais para manter a liquidez e evitar uma crise de crédito (BACEN, 2020). A estabilidade cambial é vital durante crises econômicas. As flutuações cambiais durante a Gripe Espanhola complicaram a resposta econômica. Já na pandemia de COVID-19, as intervenções dos bancos centrais ajudaram a estabilizar as moedas e a proteger os mercados internos (FMI, 2022).

As políticas comerciais durante as pandemias devem ser flexíveis para garantir o fluxo de mercadorias essenciais. A dependência do Brasil de exportações agrícolas foi um desafio durante a Gripe Espanhola. Mas no período da COVID-19, ajustes nas tarifas e regulamentações ajudaram a mitigar as interrupções nas cadeias de suprimento. A análise dos efeitos econômicos das pandemias possibilita perceber padrões, tendências e lacunas na literatura existente. As duas pandemias citadas destacaram a importância de respostas políticas coordenadas e eficazes para combater os efeitos econômicos. Assim, a capacidade de adaptação e inovação nas políticas econômicas pode ser decisiva para enfrentar crises futuras (CEPAL, 2022).

As pandemias da Gripe Espanhola e da COVID-19 sublinham a necessidade de uma abordagem multifacetada e coordenada nas políticas públicas. A resiliência econômica depende de respostas imediatas eficazes e de uma capacidade de adaptação e inovação contínua. Aprender com experiências passadas é essencial para formular estratégias mais eficazes e garantir uma recuperação econômica sustentável após crises sanitárias. A comparação entre as respostas às pandemias mencionadas mostra uma evolução significativa na capacidade dos governos de responder a crises econômicas e sanitárias. No futuro, é essencial que os governos

fortaleçam suas capacidades de resposta, implementando políticas econômicas bem-estruturadas e adaptativas. As lições aprendidas a partir dessas pandemias oferecem um quadro abrangente para a formulação de políticas mais resilientes e eficazes, assegurando um caminho mais seguro e sustentável para a recuperação econômica (TÁVORA, 2020).

Nesse contexto e considerando o exposto, a pergunta que norteou este estudo foi: Como as respostas econômicas às pandemias de Gripe Espanhola e COVID-19, no Brasil, podem contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes para o enfrentamento de futuras crises sanitárias e econômicas? A hipótese central do trabalho considerou que as medidas econômicas implementadas durante as duas pandemias, embora desenvolvidas em contextos históricos diferentes, fornecem lições valiosas para a gestão de crises futuras, destacando a importância de uma abordagem coordenada e adaptativa.

No que tange à estrutura desta tese, ela está organizada em oito capítulos. Este primeiro capítulo introdutório contextualiza o tema de pesquisa, apresenta as justificativas de realização da investigação e expõe os objetivos do estudo. O segundo capítulo explicita a metodologia empregada para a realização da pesquisa. O terceiro capítulo traz a revisão teórica, que sustenta a análise das políticas e medidas econômicas levantadas pelo estudo e o quarto contempla a revisão de literatura. Já o quinto e o sexto capítulos abrangem as pandemias de Gripe Espanhola e de COVID-19 a fim de indicar os seus efeitos sobre as sociedades, em especial, no que diz respeito à brasileira. O sétimo capítulo descreve as medidas econômicas adotadas pelos governos e os seus canais de transmissão no decorrer das duas pandemias analisadas. Por fim, encerra-se a tese com a apresentação do capítulo de conclusão.

1.1 JUSTIFICATIVA

Nesta seção, busca-se expressar as razões que motivaram e justificaram a realização da pesquisa, tendo em vista que a análise aprofundada e comparativa das respostas econômicas a pandemias como a Gripe Espanhola e a COVID-19 é crucial para entender as dinâmicas de crise e recuperação em contextos históricos distintos. Nesse sentido, a realização desta tese justificou-se pela urgência de desenvolver uma reflexão que levasse à compreensão detalhada das políticas econômicas implementadas durante as pandemias dos séculos XX e XXI e de seus efeitos a longo prazo na economia brasileira. A Gripe Espanhola e a COVID-19, apesar de separadas

por um intervalo de mais de cem anos, apresentam semelhanças notáveis em termos de efeitos econômicos e sociais, mostrando-se um campo rico para a análise comparativa.

Ademais, o presente estudo justificou-se pela identificação de padrões e tendências nas respostas políticas e econômicas às pandemias. A Gripe Espanhola ocorreu em um período de menor globalização e avanço tecnológico, o que limitou as opções de resposta dos governos. Em contraste, a pandemia de COVID-19 beneficiou-se de avanços significativos na ciência, tecnologia e globalização, permitindo respostas mais rápidas e coordenadas. Ao comparar essas duas pandemias, foi possível identificar quais estratégias foram mais eficazes e adaptáveis, trazendo lições valiosas para o enfrentamento de futuras crises.

Além disso, a análise das políticas econômicas empregadas durante essas pandemias revela a importância de uma abordagem coordenada e multifacetada da questão. As pandemias não são apenas crises de saúde pública, mas também crises econômicas que requerem respostas integradas. Este estudo justificou-se, portanto, pela preocupação com as políticas fiscais, monetárias, cambiais e comerciais que podem ser usadas em conjunto para mitigar os efeitos econômicos e promover a recuperação. Ao entender melhor a interação entre essas políticas, torna-se viável formular estratégias mais eficazes para lidar com futuras pandemias.

Outra justificativa importante do estudo deu-se pela necessidade de abordar as desigualdades socioeconômicas exacerbadas por pandemias. Tanto a Gripe Espanhola quanto a COVID-19 destacaram como as crises sanitárias podem agravar desigualdades existentes, afetando desproporcionalmente as populações mais vulneráveis. Este estudo buscou analisar como as respostas econômicas podem ser desenhadas para não apenas mitigar os impactos imediatos, mas também promover uma recuperação mais equitativa e sustentável. A ênfase em políticas que abordem diretamente as necessidades dos mais afetados é crucial para garantir uma recuperação inclusiva.

A análise comparativa também se justificou pela oportunidade de aprendizado intertemporal. As respostas às pandemias do início do século XX, apesar do tempo transcorrido, oferecem *insights* valiosos para a gestão de crises no século XXI. Embora as tecnologias e as condições econômicas tenham mudado, os princípios subjacentes das políticas econômicas e a necessidade de coordenação eficaz permanecem relevantes. Este estudo, assim, extraiu lições dos erros e acertos do

passado, adaptando-os ao contexto atual para melhorar a preparação e a resposta a futuras pandemias.

Por fim, a justificativa deste estudo foi reforçada pela necessidade de documentar e analisar historicamente as respostas econômicas às pandemias para fins acadêmicos e de formulação de políticas públicas. A revisão histórica das respostas à Gripe Espanhola e à COVID-19 fornece uma base sólida para futuras pesquisas e contribui para o desenvolvimento de políticas mais robustas. Esta tese, dessa forma, não apenas analisa as respostas passadas, mas também influencia positivamente a preparação para possíveis crises futuras, oferecendo recomendações baseadas em evidências históricas e contemporâneas.

1.2 OBJETIVOS

Nesta seção, são elencados os objetivos definidos para o presente trabalho. Assim, esta tese teve como objetivo central fornecer uma análise detalhada e comparativa das respostas econômicas às pandemias da Gripe Espanhola e da COVID-19, no Brasil, com o intuito de extrair lições valiosas para o enfrentamento de possíveis futuras crises.

Já os objetivos específicos, que permitiram o alcance do objetivo fulcral, foram delineados da seguinte maneira:

1. Verificar os efeitos econômicos da Gripe Espanhola na economia brasileira, visando revisar as medidas adotadas pelo governo e outras instituições para mitigar os efeitos da pandemia e sustentar a economia durante um período de extrema crise, e identificando medidas econômicas implementadas e suas consequências sociais e econômicas;
2. Examinar os efeitos econômicos da COVID-19 na economia brasileira, focando nas medidas de estímulo econômico, intervenções fiscais e monetárias implementadas durante a pandemia de COVID-19, buscando-se compreender a complexidade e a eficácia das respostas modernas em um contexto globalizado e tecnologicamente avançado;
3. Comparar as respostas dadas às duas pandemias, identificando padrões, semelhanças e diferenças nas estratégias de mitigação e recuperação econômica adotadas durante os períodos da Gripe Espanhola e da COVID-19;
4. Fornecer recomendações para o enfrentamento de futuras pandemias, tendo como base evidências históricas e contemporâneas, melhorando a preparação

e a resposta a futuras crises, com ênfase na construção de uma economia mais resiliente e equitativa, bem como indicar recomendações informando sobre políticas públicas e estratégias que minimizem os efeitos de crises futuras e promovam uma recuperação econômica sustentável e inclusiva.

Ao cumprir esses objetivos, a tese contribui para o conhecimento sobre a gestão econômica de pandemias, oferecendo uma revisão histórica detalhada que informa políticas públicas e estratégias futuras. Enfim, entendendo como diferentes abordagens foram aplicadas e conhecendo os seus resultados, torna-se possível estar-se mais preparado para enfrentar crises sanitárias e econômicas no futuro.

Em seguida, é descrito o percurso metodológico realizado para o alcance dos objetivos propostos.

2 REVISÃO TEÓRICA

Neste capítulo, as políticas econômicas são abordadas com mais profundidade a partir da observação das escolas da macroeconomia. Com isso, essa seção está dividida em sete seções. A primeira seção tratará dos aspectos introdutórios das políticas econômicas. Já das seções dois até a seção cinco traz a abordagem das políticas fiscal, monetária, cambial e comercial, respectivamente. Por fim, na seção seis busca-se apresentar uma síntese do capítulo.

2.1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

A análise das políticas econômicas, especialmente em tempos de crise, revela a complexidade e a interconexão entre diferentes abordagens teóricas e práticas. Este capítulo busca explorar a revisão bibliográfica das principais políticas econômicas, nomeadamente políticas fiscal, monetária, cambial e comercial. Cada uma dessas políticas desempenha um papel vital na condução da economia de uma nação, influenciando diretamente fatores como crescimento econômico, estabilidade de preços, taxas de câmbio e competitividade internacional.

A política fiscal, como concebida por John Maynard Keynes e formalizada através do modelo IS-LM, tem sido fundamental na estabilização econômica, permitindo aos governos mitigarem os impactos das flutuações econômicas e promover um crescimento sustentável. A revolução keynesiana introduziu novos instrumentos para gerenciar a demanda agregada, influenciando significativamente a política econômica contemporânea.

A política monetária, com seu foco na estabilidade de preços e no controle da inflação, utiliza uma variedade de instrumentos, incluindo taxas de juros e operações de mercado aberto, para ajustar a oferta monetária e influenciar a atividade econômica. A eficácia dessas políticas depende da compreensão dos mecanismos de transmissão e da interação com outros fatores econômicos.

O regime cambial, por sua vez, desempenha um papel crucial na determinação da competitividade internacional de um país, especialmente durante períodos de crise econômica. A escolha entre regimes de taxa fixa ou flutuante pode influenciar significativamente a resiliência econômica e a capacidade de resposta a choques externos.

Por fim, a política comercial, moldada por uma complexa interação de interesses econômicos, políticos e institucionais, determina as tarifas de importação e

exportação, afetando diretamente a competitividade dos setores produtivos. A influência dos *lobbies* empresariais e a configuração institucional desempenham um papel central na formulação dessas políticas.

Ao longo deste capítulo, serão discutidas as teorias e os estudos empíricos que explicam as decisões de política econômica, proporcionando uma compreensão abrangente das estratégias de implementação e seus impactos na economia global.

2.2 POLÍTICA FISCAL

O estudo da agregação macroeconômica baseia-se na obra inovadora de John Maynard Keynes, "The General Theory of Employment, Interest, and Money" (KEYNES, 2017), publicada originalmente em 1936. A revolução keynesiana introduziu instrumentos de política fiscal e monetária com o objetivo de estabilizar a atividade econômica, um conceito que revolucionou a economia moderna. Os trabalhos de Keynes foram discutidos amplamente a partir de uma interpretação neoclássica, integrando sua teoria com o modelo clássico estabelecido por autores como Jevons, Walras, Marshall e Pigou (BUSATO & PINTO, 2008).

A síntese neoclássica gerou um consenso entre economistas no período pós-"The General Theory", reconhecendo a importância das políticas macroeconômicas para mitigar impactos econômicos negativos no curto prazo (BLANCHARD, 2004). Esse consenso foi fortalecido pela formalização matemática das ideias keynesianas por Hicks, em 1937, que adaptou os conceitos de Keynes ao modelo IS-LM, uma representação gráfica que relaciona o mercado de bens e o mercado monetário (HICKS, 1937). A formalização de Hicks permitiu uma melhor compreensão e aplicação das teorias de Keynes em políticas econômicas práticas, promovendo uma maior aceitação entre os economistas da época (ANDRADE & BACCIOTTI, 2020).

A síntese neoclássica resultou no modelo IS-LM (Investment Saving – Liquidity Money), que equilibra os mercados monetário, de ativos e financeiro, determinando simultaneamente rendimento e taxas de juros (CARVALHO et al., 2007). Esse modelo mostrou como desequilíbrios em um mercado são compensados nos outros dois, resolvendo-se por meio de mudanças nas taxas de juros, salários nominais e níveis de preços (SAYAD, 2015). Dessa forma, o modelo IS-LM demonstrou que o desequilíbrio total no equilíbrio geral walrasiano é de soma zero, ou seja, os ajustes em um mercado compensam os desequilíbrios em outro (CARNEIRO & WU, 2005).

A introdução do modelo IS-LM forneceu uma ferramenta efetiva para os formuladores de políticas econômicas, permitindo-lhes prever e mitigar os efeitos das flutuações econômicas (FAVERO & GIAVAZZI, 2004). Por exemplo, através do uso de políticas fiscais e monetárias coordenadas, os governos podem ajustar as taxas de juros para incentivar o investimento e o consumo durante períodos de recessão, ou aumentar as taxas para controlar a inflação durante períodos de crescimento econômico acelerado (CAVALCANTI & SILVA, 2010). Além disso, o modelo IS-LM demonstrou como a política fiscal pode ser utilizada para estabilizar a demanda agregada, promovendo assim a estabilidade econômica de longo prazo (CASTRO, 2006).

A influência das ideias keynesianas na política econômica moderna não pode ser subestimada. A integração das teorias de Keynes com os modelos clássicos forneceu uma base teórica robusta para a implementação de políticas econômicas que buscam equilibrar o crescimento econômico com a estabilidade de preços e o pleno emprego (ROSSI, 2015). Através da aplicação das políticas fiscais e monetárias propostas por Keynes, os governos têm sido capazes de mitigar os efeitos das crises econômicas e promover um crescimento econômico mais sustentável (OREIRO, 2016). A revolução keynesiana, portanto, continua a influenciar significativamente a política econômica contemporânea, demonstrando a durabilidade e a relevância das suas ideias ao longo do tempo (BLANCHARD, 2004).

A análise do modelo IS-LM mostra o impacto da política monetária no produto global. A curva IS, que representa o mercado de bens, tem inclinação negativa, indicando que gastos governamentais e cortes de impostos aumentam a produção, mas elevam as taxas de juros. Já a curva LM, representando o mercado monetário, possui inclinação positiva (SAYAD, 2015).

Se a curva LM for vertical, a expansão fiscal não afeta o mercado de bens, mas aumenta as taxas de juros. Por outro lado, se a LM for horizontal, a política fiscal expansionista impacta o produto agregado, sem alterar as taxas de juros, conforme a visão keynesiana (CAVALCANTI & SILVA, 2010).

Além disso, mudanças na inclinação da curva IS-LM alteram significativamente o impacto da política fiscal, dependendo da sensibilidade dos parâmetros do modelo. Por exemplo, quanto menor a elasticidade da demanda de investimento em relação às taxas de juros, mais inclinada será a curva IS, resultando em um maior estímulo fiscal (CAVALCANTI & SILVA, 2010).

A configuração desse tipo de estrutura modifica significativamente o impacto da política econômica nos níveis de atividade. Em resumo, a síntese neoclássica reconhece os efeitos de curto prazo da política fiscal, mas utiliza uma abordagem estática em seu modelo (ANDRADE & BACCIOTTI, 2020).

Quando a procura de moeda estrangeira se torna menos sensível às taxas de juros, a política fiscal torna-se menos eficaz. Neste caso, a curva LM torna-se mais íngreme e os efeitos de deslocamento dominam. Um aumento nos gastos públicos causará uma diminuição nos gastos privados. Isso ocorre porque a procura de moeda aumenta à medida que o rendimento aumenta, e se a oferta de moeda permanecer constante, as taxas de juros continuarão a subir até que a procura de moeda diminua, a fim de manter o equilíbrio no mercado monetário. Como a demanda por moeda é menos afetada pelas taxas de juros, estas precisam ser elevadas para reduzir a demanda por moeda. Dessa forma, a política fiscal interfere nas decisões de gastos privados (CAVALCANTI & SILVA, 2010).

Quando a demanda por moeda se torna mais sensível à renda, a capacidade de estímulo da política fiscal diminui. Um aumento na renda eleva a demanda por moeda, criando desequilíbrios no mercado monetário. Quanto maior a sensibilidade da demanda à renda, maior o desequilíbrio, exigindo taxas de juros mais altas para restaurar o equilíbrio. Assim, a curva LM se torna mais íngreme, resultando em efeitos de *crowding-out* dos gastos públicos pelos privados (ANDRADE & BACCIOTTI, 2020).

Orair (2018) afirma que as restrições da balança de pagamentos são analisadas em uma macroeconomia aberta usando a curva do Balanço de Pagamentos (BP). O modelo IS-LM-BP considera diferentes níveis de mobilidade de capital e políticas cambiais com taxas de câmbio fixas e flutuantes. Esse modelo mostra que é impossível ter simultaneamente mobilidade de capitais, taxa de câmbio fixa e política monetária ativa, caracterizando a “trindade impossível”.

Dada uma taxa de câmbio flexível com mobilidade de capitais, a política fiscal expansionista estimula a procura agregada e aumenta a produção. O aumento dos produtos pressiona a demanda por moeda e eleva as taxas de juros. Além disso, o aumento dos produtos aumentou a procura de importações, criando um desequilíbrio nas transações correntes e resultando num déficit na balança de pagamentos internacional (CASTRO, 2006).

Com uma taxa de câmbio flexível e mobilidade de capitais, a política fiscal expansionista estimula a demanda agregada e aumenta a produção. Isso eleva a

demanda por moeda e as taxas de juros. Além disso, o aumento da produção intensifica a demanda por importações, causando um desequilíbrio nas transações correntes e resultando em um déficit na balança de pagamentos internacional (CASTRO, 2006).

Quando as taxas de juros aumentam e a liquidez do capital cresce, ocorre a absorção de capital para compensar o déficit na balança corrente, resultando em um superávit na balança de pagamentos. No entanto, com baixa mobilidade de capitais, ocorre um déficit na balança de pagamentos (CASTRO, 2006).

Andrade e Bacciotti (2020) explicam que o modelo de Oferta Agregada e Demanda Agregada (OA-DA) expande a modelagem econômica. Nesse modelo, há equilíbrio nos mercados monetários, de bens e de trabalho, mas as taxas de juros são substituídas pelo nível geral de preços. A curva DA inclina-se negativamente, pois durante a expansão fiscal, a curva OA inclina-se positivamente, aumentando a produção ao custo de um crescimento no nível geral de preços.

Com pleno emprego e uma curva de oferta agregada vertical, a política fiscal expansionista não afeta a atividade econômica, mas pressiona o nível geral de preços. Na parte horizontal da curva OA, a política fiscal impacta totalmente a produção, sem efeito sobre os preços (ANDRADE & BACCIOTTI, 2020).

Busato e Pinto (2008) argumentam que a formalização de Hicks da teoria keynesiana é reducionista, pois simplifica os conceitos da GT com base na elasticidade. Assim, a análise do impacto da política fiscal sobre o produto agregado é explicada por tendências determinísticas. Além disso, a síntese neoclássica pressupõe a ausência de um conceito de tempo e a existência de ergodicidade, condições necessárias para a estrutura de equilíbrio walsariano discutida por Keynes.

A interpretação neoclássica da GT, segundo Busato e Pinto (2008), destaca a rigidez de preços e salários e as imperfeições do mercado de trabalho como forças endógenas que direcionam os fatores de produção para o pleno emprego.

Embora a síntese neoclássica atribua um papel eficaz à política fiscal no curto prazo, ela se baseia em pressupostos teóricos anteriores à publicação da GT. A interpretação neoclássica de Keynes destaca a automaticidade do pleno emprego, a neutralidade financeira a longo prazo, e a formação de taxas de juros nos mercados de crédito, adotando uma abordagem positivista diferente da metodologia pluralista de Keynes (BUSATO & PINTO, 2008).

A interpretação hicksiana da GT contrasta com a visão crítica de Keynes sobre a teoria clássica, que ele descreve como "A Teoria Geral do Emprego, do Juros e da Moeda". Keynes criticou os argumentos e conclusões dos clássicos que dominavam o pensamento econômico prático e teórico na academia e entre líderes ao longo dos últimos cem anos (KEYNES, 2017).

A teoria clássica se aplica apenas a casos especiais, não a casos gerais, pois assume situações de equilíbrio que são limites. Essas características não correspondem à sociedade econômica real, tornando suas conclusões ilusórias quando aplicadas a fatos empíricos (KEYNES, 2017).

Em suma, a síntese neoclássica permite o "ativismo fiscal" keynesiano. No entanto, embora sirva como referência para tais medidas, a *magnum opus* de Keynes, especialmente "A Teoria Geral", baseia-se em uma metodologia diferente (BUSATO & PINTO, 2008).

Entre as décadas de 1940 e 1970, a política econômica foi influenciada pela síntese neoclássica. No entanto, a oposição decisiva veio da escola monetarista, liderada por Milton Friedman, que defendia a preservação do valor dos ativos financeiros e a estabilidade dos preços (CAVALCANTI & SILVA, 2010). O debate entre Friedman e James Tobin, de Yale, exemplifica as divergências sobre o papel da política monetária e fiscal no contexto macroeconômico (BUSATO & PINTO, 2008).

Busato e Pinto (2008) descrevem a contrarrevolução monetarista, destacando que as opiniões de Friedman estão profundamente integradas na literatura sobre política monetária.

A Teoria Quantitativa da Moeda (TQM) sustenta que uma expansão da oferta monetária além do rendimento real da economia, mantendo uma taxa de circulação constante, afeta apenas o nível de preços (FRIEDMAN, 1948). Economistas influentes da Escola de Chicago, como Milton Friedman, argumentam que a política monetária deve focar no controle quantitativo da oferta monetária para aliviar as pressões inflacionárias (ANDRADE & BACCIOTTI, 2020).

A visão de Milton Friedman sobre política monetária evoluiu ao longo do tempo. Inicialmente, Friedman focou na análise da política monetária e defendeu a coordenação entre despesa pública e política monetária para promover a estabilidade econômica. Milton Friedman também sugeriu regras para a gestão dos orçamentos públicos, afirmando que a discricionariedade governamental poderia desestabilizar a economia ao gerar efeitos inflacionários. Ele acreditava que uma abordagem

sistemática e controlada evitaria essas instabilidades (ANDRADE & BACCIOTTI, 2020).

Friedman argumenta que a política fiscal teve efeitos positivos nas decisões sociais, especialmente nos gastos com transferências sociais, como resultado das escolhas eleitorais dos norte-americanos após a Segunda Guerra Mundial (FRIEDMAN, 1948).

Friedman argumenta que a política fiscal só afeta a demanda agregada se a política monetária for expansionista. Com regras de política monetária, a política fiscal não impacta a atividade econômica, pois não há expansão da oferta monetária. Além disso, ele enfatiza a importância da estabilização macroeconômica, especialmente na manutenção de uma inflação baixa e estável (LOPREATO, 2013).

A estrutura de Friedman dividiu os orçamentos em dois tipos: ideais e reais. Os orçamentos ideais devem ser equilibrados considerando o rendimento e a estabilidade econômica. Já os orçamentos reais refletem a situação financeira atual e atuam como reguladores da oferta monetária (LOPREATO, 2013).

Friedman (1969) argumenta que a política fiscal deve complementar a política monetária na correção dos desequilíbrios inflacionários. No entanto, ele aponta que a visão monetarista sobre a política monetária está em transformação.

A crítica da síntese neoclássica à "positividade fiscal" fica evidente ao considerar que preços e rendimento nominal estão ligados à oferta de moeda, não à demanda agregada. A política monetária, portanto, não deve corrigir desequilíbrios do mercado de trabalho com base em expectativas de ajuste dos atores (ORAIR, 2018).

Segundo Gobetti (2008), manter um orçamento equilibrado ao longo do ciclo econômico reflete a teoria do autoajuste de Milton Friedman. Os déficits orçamentais durante recessões são compensados por excedentes fiscais em períodos de crescimento, reforçando o comportamento cíclico da política monetária.

Uma política fiscal confiável e bem coordenada resultaria em déficits públicos previsíveis durante recessões, independentes da discricionariedade governamental. Essa visão cética questiona a capacidade da política governamental de estabilizar a economia, sugerindo que apenas a política monetária pode estabilizar o ciclo econômico (GOBETTI, 2008).

2.3 POLÍTICA MONETÁRIA

A prossecução da estabilidade de preços é o principal objetivo da política monetária. Contudo, para conseguir isso, as autoridades monetárias frequentemente seguem uma abordagem rigorosa com taxas de juros elevadas. No entanto, nem toda a inflação é causada pelo excesso de demanda no mercado, o que pode afetar negativamente o crescimento econômico. Portanto, é essencial entender as causas da inflação para identificar os melhores meios para combatê-la (GOBETTI, 2008).

Quando se menciona política monetária, geralmente se pensa em taxas de juros, que dependem da quantidade de moeda em circulação no mercado. Simplificadamente, a política monetária pode ser definida como um conjunto de medidas tomadas por um governo com o objetivo de adaptar os meios de pagamento disponíveis às necessidades da economia de um país. Essa política tem sido discutida por várias escolas econômicas, incluindo:

- i. Keynesianismo, que defende que as preferências de liquidez dos agentes econômicos podem abrandar ou acelerar o nível de atividade.
- ii. Corrente Monetarista, que afirma que os atores tomam decisões com base no passado (expectativas adaptativas) e acreditam que a moeda é fundamental nas decisões de política monetária, seja porque ela afeta os níveis de produto e emprego no curto prazo, seja pelo fato de que o estoque de moeda provoca modificações no nível de preços no longo prazo (FILHO, 1996).
- iii. Corrente Neoclássica, que sustenta que os atores são guiados por expectativas racionais, que os levam a antecipar o futuro no presente. Portanto, no curto prazo, a política monetária só pode ter efeitos reais se for imprevista, visto que, de outra forma, os agentes agiriam antecipadamente e não haveria efeitos defasados, uma vez que o aprendizado impediria efeitos mediatos (DATHEIN, 2000).
- iv. Movimento Novo Keynesiano, que acredita e reconhece a rigidez dos preços e salários, pois a microeconomia walrasiana seria inadequada à análise macroeconômica de curto prazo. A flexibilidade de preços deve ser elevada para eliminar o excesso de oferta e procura no mercado. No entanto, Sicsú (1999) salienta que, uma vez que a rigidez está associada à lentidão, os preços rígidos de um determinado bem também se moverão em direção ao equilíbrio, embora de forma mais lenta (SICSÚ, 1999).

Portanto, se as variáveis forem rígidas, o ajuste do mercado será muito lento. No entanto, a longo prazo, ocorre um equilíbrio de mercado de preços e salários, o desemprego involuntário e as flutuações econômicas desaparecem, e a microeconomia walrasiana torna-se eficaz (SICSÚ, 1999). Além do debate sobre o pensamento econômico dominante em relação à política monetária, há um debate adicional sobre como essas políticas devem ser implementadas com base em regras ou discricionárias.

De acordo com Kuhn e Tostes (2010), aqueles que defendem que a política monetária deve ser conduzida de acordo com regras argumentam que os instrumentos de política monetária servem principalmente e dependem de objetivos predefinidos destinados a controlar o nível de preços, sendo independentes das condições econômicas. Segundo os autores, a política monetária baseada em regras promove previsibilidade e estabilidade, o que pode ser benéfico para os mercados financeiros e para a economia em geral.

Por outra via, a política monetária discricionária, segundo Kuhn e Tostes (2010), permite ao governo a liberdade de tomar decisões sobre a situação econômica em resposta a crises e mudanças inesperadas nas condições econômicas. Essa abordagem foi prevalente durante os anos 1960, mas seu fracasso, exemplificado pelo fenômeno do estagflação, levou as autoridades monetárias a priorizarem a adoção de regras para a política econômica. Como resultado, as políticas discricionárias foram gradualmente substituídas por abordagens mais regimentadas.

O Banco Central do Brasil (BCB, 1999) observa que as simples “expectativas” sobre mudanças nas taxas de juros podem ter impacto significativo na economia. Por exemplo, mesmo antes de o banco central alterar formalmente a taxa base, outras taxas de juros podem começar a ajustar-se para cima ou para baixo. Isso reflete a sensibilidade dos mercados às sinalizações das autoridades monetárias e destaca a importância de uma comunicação clara e previsível. Nesse sentido, as autoridades monetárias devem direcionar a política monetária de forma dinâmica e estratégica para influenciar positivamente a economia. Por meio de taxas de juros de curto prazo, como a taxa Selic no caso do Brasil, o BCB busca influenciar a estrutura econômica e promover a estabilidade de preços (BCB, 1999).

Para alcançar a estabilidade econômica, o Banco Central do Brasil (BCB) utiliza uma variedade de instrumentos de política monetária. Entre esses instrumentos estão

as taxas compulsórias, que são depósitos obrigatórios que os bancos comerciais devem manter no banco central com o objetivo de reduzir a liquidez do sistema financeiro e limitar a capacidade de concessão de crédito (BCB, 1999). Além disso, o BCB realiza operações de redesconto de liquidez, que são empréstimos garantidos por ativos líquidos disponibilizados aos bancos comerciais (BCB, 1999). Outro instrumento importante são as operações de mercado aberto, que envolvem a compra e venda de títulos públicos para controlar a quantidade de dinheiro em circulação (BCB, 1999).

De acordo com o BCB (1999), a política monetária tem um caráter preventivo, justificado não apenas pelos menores custos sociais associados a medidas antecipatórias que preveem eventos futuros, mas também pelas limitações intrínsecas da política monetária no controle da inflação. Um aspecto crucial dessa abordagem é o entendimento dos mecanismos de transmissão da política monetária, ou seja, a investigação dos diferentes efeitos que as ações do banco central têm na economia (CARVALHO et al., 2007).

Conforme Carvalho et al. (2007), além dos objetivos imediatos da política monetária, existem também os objetivos intermediários. Esse período compreende um intervalo de tempo mais longo entre a decisão sobre a adoção de uma política monetária e sua implementação efetiva ou não (CARVALHO et al., 2007). A avaliação da eficácia dessas medidas pelas autoridades financeiras é essencial para evitar riscos à estabilidade de preços, que é o principal objetivo da política monetária (CARVALHO et al., 2007). Aumentos nas taxas de juros, por exemplo, são aplicados para mitigar os efeitos negativos da inflação, mas inicialmente podem impactar negativamente os indicadores econômicos e aumentar a dívida pública, especialmente em cenários econômicos desfavoráveis (CAVALCANTI & SILVA, 2010).

Oreiro (2012) destaca que os objetivos operacionais da política monetária não se limitam apenas ao controle das taxas de juros, mas também incluem o monitoramento do crescimento das operações de crédito no setor bancário. Isso visa evitar a formação e a expansão de bolhas especulativas. Além disso, é crucial controlar os fluxos de capitais estrangeiros para manter a estabilidade cambial nominal e gerenciar a dívida externa do sistema financeiro. Essas decisões tornam-se ainda mais complexas quando a política monetária está subordinada a um regime

econômico focado exclusivamente no controle da inflação, como é o caso do Regime de Metas de Inflação (RMI) (OREIRO, 2012).

A operacionalização da política monetária sob diferentes regimes macroeconômicos é um tema crucial, conforme argumenta Rossi (2015). Ele ressalta que essa operacionalização é fundamental não apenas para a estabilidade de preços, mas também para garantir retornos econômicos significativos, como juros e lucros. Rossi (2015) destaca a importância de políticas que considerem a gestão das taxas de câmbio, pois elas influenciam diretamente a competitividade e a rentabilidade das empresas. Segundo Blanchard (2004), a gestão eficaz das políticas monetárias e fiscais pode ajudar a evitar a dominância fiscal, o que, por sua vez, contribui para uma maior estabilidade macroeconômica e um ambiente mais favorável ao crescimento econômico. Além disso, Carneiro e Wu (2005) discutem a importância de uma abordagem integrada, onde as políticas monetárias e fiscais são coordenadas para maximizar os benefícios econômicos e minimizar os riscos de volatilidade no mercado financeiro.

Adicionalmente, Rossi (2015) argumenta que a busca por taxas de juros baixas e taxas de câmbio competitivas deve ser um objetivo primordial da política monetária. Esse objetivo é essencial para promover o desenvolvimento de financiamentos a longo prazo e aumentar a competitividade do setor produtivo. Kuhn e Tostes (2010) apoiam essa visão, destacando que regimes monetários eficazes podem criar condições favoráveis para o crescimento econômico sustentável. Eles sugerem que políticas monetárias focadas em manter baixas taxas de juros incentivam o investimento e a expansão das atividades produtivas, enquanto taxas de câmbio competitivas ajudam a promover as exportações. Gadelha e Divino (2008) também enfatizam a importância de uma política monetária que suporte o equilíbrio externo e interno, argumentando que a estabilidade das taxas de câmbio e juros é crucial para evitar crises financeiras e fomentar um ambiente de crescimento econômico estável.

Nesse sentido, os principais objetivos da política monetária podem ser contraditórios, uma vez que taxas de juros elevadas podem inibir o investimento produtivo e, ao mesmo tempo, não garantir a obtenção da estabilidade de preços. Quando o Banco Central eleva as taxas de juros, o custo do capital para as empresas aumenta, o que pode desestimular novos investimentos em atividades produtivas e projetos de expansão (CAVALCANTI & SILVA, 2010). Essa inibição do investimento

produtivo pode levar a uma desaceleração do crescimento econômico a longo prazo (GADELHA & DIVINO, 2008).

Simultaneamente, o aumento das taxas de juros eleva o custo da dívida pública, já que o governo precisa pagar juros mais altos sobre os títulos que emite (BUSATO & PINTO, 2008). Isso pode resultar em um aumento significativo da dívida pública, comprometendo a sustentabilidade fiscal do país (ROSSI, 2015). Além disso, as taxas de juros elevadas aumentam o custo de oportunidade de armazenamento de bens, o que pode reduzir a atratividade dos investimentos no mercado financeiro e, assim, restringir a liquidez no sistema econômico (OREIRO, 2012). Vale ressaltar que a busca pela estabilidade de preços e pela estabilidade cambial é praticamente incompatível com os objetivos das políticas fiscais e salariais, impactando diretamente o desempenho dessas políticas e criando um dilema para os formuladores de políticas econômicas (ANDRADE & BACCIOTTI, 2020).

De acordo com Oreiro (2016), uma vez que um Estado implementa sua principal ferramenta de política fiscal, que são os gastos discricionários com investimento público em infraestrutura, isso pode levar a uma inflação mais alta devido às pressões de demanda, além de salários reais mais elevados. Quando o governo aumenta seus gastos em infraestrutura, a demanda agregada na economia cresce, o que pode pressionar os preços para cima, especialmente se a economia já estiver operando perto de sua capacidade máxima (BLANCHARD, 2004). Esse aumento nos gastos pode também elevar os salários reais, pois a maior demanda por trabalho em projetos de infraestrutura pode levar a aumentos salariais (CARNEIRO & WU, 2005). Portanto, ao lidar com a inflação, é crucial identificar suas causas, que podem ser tanto do lado da oferta quanto do lado da demanda, antes de se engajar em esforços ilimitados para estabilizar os preços (LACERDA, 2015). No Brasil, a elevação da taxa básica de juros para combater a inflação tem sido uma prática recorrente, independentemente de as causas da inflação estarem relacionadas à oferta ou à demanda, o que pode ser interpretado como uma questão cultural (LACERDA, 2015). Essa prática, apesar de ser uma ferramenta de curto prazo, pode ter consequências adversas no longo prazo, como a desaceleração do crescimento econômico e o aumento da dívida pública (GOBETTI, 2008).

2.4 POLÍTICA CAMBIAL

O regime cambial é uma das ferramentas essenciais para controlar a taxa de câmbio e alcançar a estabilidade econômica em qualquer país (ROSSI, 2015). Durante crises significativas, como as causadas pela COVID-19 e pela Gripe Espanhola, a eficácia das políticas cambiais se torna crucial, pois podem ajudar a mitigar o impacto adverso na economia (GADELHA & DIVINO, 2008). A capacidade de um país para gerenciar sua taxa de câmbio pode determinar sua resiliência econômica em períodos de crise, como as pandemias ou a Grande Peste de Londres (CAVALCANTI & SILVA, 2010). Portanto, é vital entender como lidar com políticas cambiais durante esses períodos, considerando uma discussão detalhada sobre os diferentes regimes cambiais disponíveis.

Além disso, é importante analisar os efeitos resultantes das alterações nas exportações e importações, juntamente com a balança comercial (CASTRO, 2006). Estudos de caso que incluem exemplos de crises cambiais e as medidas tomadas pelos governos para resolvê-las fornecem uma visão abrangente de como essas políticas podem ser aplicadas eficazmente em situações de crise (BARBOSA & CAMÊLO, 2016). De fato, o manejo adequado das políticas cambiais pode ajudar a suavizar as flutuações econômicas e proporcionar uma base mais estável para a recuperação econômica pós-crise (BLANCHARD, 2004).

A política cambial desempenha um papel central na definição da competitividade internacional de um país, afetando diretamente os preços das exportações e importações (FAVERO & GIAVAZZI, 2004). Durante períodos de instabilidade, como crises econômicas ou pandemias, a flexibilidade na política cambial pode oferecer uma válvula de escape que permite aos governos ajustarem rapidamente suas estratégias econômicas para responder às mudanças nas condições globais (MIKHAILA & PIPER, 2012). A eficácia de uma política cambial flexível foi evidenciada durante a crise financeira de 2008, quando vários países que adotaram regimes cambiais flutuantes conseguiram ajustar suas economias de maneira mais eficaz do que aqueles com regimes fixos (CARNEIRO & WU, 2005). Portanto, a escolha do regime cambial não é apenas uma questão técnica, mas uma decisão estratégica que pode influenciar a trajetória econômica de um país em tempos de crise (SIMONSEN, 1995).

O economista Simonsen, em seu estudo "Inflação e Política Cambial", discute as consequências dos sistemas cambiais e ressalta que o Brasil alternou entre regimes de taxas fixas e minidesvalorizações por muitos anos, cada um com seus prós e contras (SIMONSEN, 1995). O Plano Real marcou uma nova era na política cambial brasileira, adotando uma âncora cambial como parte integrante de um plano de estabilização econômica (MINELLA ET AL., 2002). No entanto, essa abordagem mostrou-se fraca devido às repercussões negativas evidenciadas durante a crise mexicana de 1994, demonstrando a insensatez de financiar déficits correntes através de capital especulativo de curto prazo (BUSATO & PINTO, 2008). A adoção de uma âncora cambial, embora inicialmente eficaz na estabilização dos preços, revelou-se insustentável a longo prazo, destacando a necessidade de um regime cambial mais flexível e adaptável às condições econômicas voláteis (MOLLO, 2004). Portanto, a análise de regimes cambiais deve considerar tanto a estabilidade a curto prazo quanto a sustentabilidade a longo prazo, garantindo que as políticas implementadas possam suportar crises econômicas futuras sem comprometer a estabilidade macroeconômica (OREIRO, 2016).

Ademais, é essencial considerar as lições aprendidas com as políticas cambiais passadas para evitar os mesmos erros no futuro. A crise cambial de 1994 no México e suas repercussões no Brasil mostraram que a dependência excessiva de capital especulativo de curto prazo pode levar a uma vulnerabilidade significativa na balança de pagamentos (GADELHA & DIVINO, 2008). A experiência brasileira durante o Plano Real também ilustra como a rigidez cambial pode limitar a capacidade de um país de responder a choques externos e internos, resultando em desequilíbrios macroeconômicos persistentes (CARVALHO et al., 2007). Portanto, ao considerar a implementação de políticas cambiais, é crucial equilibrar a necessidade de estabilidade com a flexibilidade para ajustar-se às mudanças nas condições econômicas globais (OREIRO, 2016).

Os surtos de Gripe Espanhola e COVID-19 ocorreram em períodos distintos, mas ambos demonstraram a importância da escolha de um regime cambial adequado. Países que optaram por taxas fixas enfrentaram desafios adicionais devido às flutuações nos mercados financeiros globais durante essas crises (SIMONSEN, 1995). A rigidez de um regime de taxa fixa pode limitar a capacidade de um país de responder rapidamente a choques externos, como os provocados por pandemias

(MOLLO, 2004). Em contrapartida, sistemas de flutuação livre ou de flutuação suja proporcionam às nações maior flexibilidade para ajustar suas políticas cambiais em resposta a mudanças abruptas nas condições econômicas globais (GADELHA & DIVINO, 2008). Essa flexibilidade é crucial para mitigar os impactos adversos de crises sanitárias e econômicas, permitindo ajustes nas taxas de câmbio que podem suavizar os efeitos negativos sobre a economia (CAVALCANTI & SILVA, 2010).

Em tempos de crise, como o período de pandemia da COVID-19, as alterações na taxa de câmbio e no comércio são cruciais para a competitividade dos países exportadores. A desvalorização das moedas pode tornar as exportações mais baratas, beneficiando setores exportadores ao aumentar sua competitividade no mercado internacional (CASTRO, 2006). No entanto, essa mesma desvalorização encarece as importações, o que pode ser prejudicial para setores que dependem de insumos importados (BARBOSA & CAMÊLO, 2016). Apesar dessas desvantagens, a diversificação dos setores econômicos pode ser promovida, com alguns setores ganhando competitividade enquanto outros se ajustam às novas condições (CARVALHO et al., 2007). As lições retiradas de crises monetárias passadas, como a experiência do México em 1994, fornecem informações valiosas sobre as estratégias de resposta governamental (FAVERO & GIAVAZZI, 2004). No caso do México, a adoção de medidas de ajuste e reformas econômicas desempenhou um papel fundamental no restabelecimento da estabilidade nos mercados cambiais, demonstrando a importância de políticas bem articuladas para a recuperação econômica (MINELLA et al., 2002).

Em suma, a política cambial é uma ferramenta vital para lidar com crises econômicas. É essencial que um país esteja ciente dos diferentes regimes cambiais e do impacto que as flutuações nas taxas de câmbio podem ter na economia (ROSSI, 2015). Além disso, é crucial compreender as diversas estratégias que os governos podem adotar quando confrontados com uma crise cambial, garantindo assim a estabilidade econômica e minimizando os efeitos adversos em tempos de crise (BLANCHARD, 2004). A escolha de um regime cambial adequado, aliado a uma gestão eficiente das políticas econômicas, pode contribuir significativamente para a resiliência econômica e a sustentabilidade a longo prazo (GADELHA & DIVINO, 2008).

2.5 POLÍTICA COMERCIAL

A análise da política comercial é uma tarefa complexa que vai além de uma abordagem superficial, já que exige uma profunda compreensão das teorias econômicas e uma rica variedade de fontes. Estudos como os de Rodrik (1995) e Milner (1999) são fundamentais, pois fornecem uma base teórica sólida sobre os fatores que impulsionam a política comercial, destacando a interação entre grupos de pressão empresarial e funcionários do governo. A partir de suas conclusões, aprende-se que a compreensão das decisões de política comercial adotadas pelos governos envolve considerar as preferências individuais dos agentes econômicos, a influência dos *lobbies* empresariais e a configuração institucional que molda essas decisões (CARVALHO et al., 2007).

Rodrik (1995) enfatiza que a política comercial não pode ser completamente compreendida sem reconhecer o papel crucial dos grupos de interesse. Esses grupos, que incluem grandes corporações e associações empresariais, exercem uma influência significativa sobre os formuladores de políticas. Eles frequentemente utilizam sua capacidade de mobilização e recursos financeiros para pressionar por políticas que favoreçam seus interesses específicos. Da mesma forma, Milner (1999) discute como os funcionários do governo muitas vezes são receptivos a essas pressões devido às suas próprias agendas políticas e econômicas. Esse diálogo constante entre os *lobbies* empresariais e os decisores políticos cria um ambiente em que as políticas comerciais são moldadas não apenas por considerações econômicas objetivas, mas também por dinâmicas de poder e influência.

Nesse contexto, o trabalho empírico de Goldberg e Maggi (1999) é particularmente relevante, pois utiliza modelos estruturais para analisar as decisões de política comercial dos Estados Unidos sob diferentes perspectivas. Eles desenvolveram um modelo onde as pressões empresariais e o bem-estar social são os principais determinantes das políticas comerciais. Os resultados desse estudo apontam para a significativa influência dos *lobbies* corporativos nas decisões de política comercial, destacando o papel central que esses grupos de interesse desempenham no processo de formulação de políticas (BUSATO & PINTO, 2008). Essa análise revela como as pressões empresariais podem moldar as políticas governamentais, muitas vezes em detrimento do bem-estar social mais amplo (OREIRO, 2016).

Além disso, Goldberg e Maggi (1999) mostram que, em muitas situações, os governos tendem a adotar políticas que maximizem o apoio político de grupos de interesse influentes, mesmo que isso signifique sacrificar o bem-estar social geral. Esse comportamento é evidente em diversas economias ao redor do mundo, onde as decisões de política comercial refletem uma complexa dança de concessões e compromissos entre diferentes atores econômicos e políticos (CAVALCANTI & SILVA, 2010). Através de sua modelagem estrutural, Goldberg e Maggi ilustram como os *lobbies* empresariais conseguem direcionar a política comercial para beneficiar setores específicos, enquanto os custos dessas políticas são muitas vezes distribuídos de maneira mais ampla pela sociedade (GADELHA & DIVINO, 2008).

A influência dos grupos de interesse na formulação de políticas comerciais não se limita apenas aos Estados Unidos. No Brasil, por exemplo, estudos indicam que as decisões de política comercial também são fortemente influenciadas por *lobbies* empresariais. Carvalho et al. (2007) argumentam que, ao longo dos anos, setores industriais brasileiros têm conseguido moldar políticas tarifárias e de importação para proteger seus mercados internos contra a concorrência estrangeira. Essa influência é exercida através de uma combinação de pressão direta sobre os formuladores de políticas e estratégias de *lobby* sofisticadas que visam influenciar a opinião pública e os debates legislativos.

Portanto, ao analisar a política comercial, é crucial adotar uma perspectiva multifacetada que considere não apenas os interesses econômicos imediatos, mas também os fatores políticos e institucionais que moldam essas decisões. A interação entre diferentes atores e as dinâmicas de poder envolvidas revelam a complexidade inerente à formulação de políticas comerciais e destacam a importância de uma abordagem analítica abrangente e detalhada (BLANCHARD, 2004). Dessa forma, é possível entender melhor como as políticas comerciais impactam não apenas as economias nacionais, mas também o sistema econômico global (FAVERO & GIAVAZZI, 2004).

No caso da política comercial brasileira, um estudo específico utilizando o referencial teórico proposto por Goldberg e Maggi (1999) destaca uma significativa mudança na postura do governo a partir de 2009. Esse período marcou um aumento substancial na influência dos *lobbies* empresariais em questões relacionadas ao comércio (CASTRO, 2006). Além disso, houve um ajuste nas tarifas que se tornou evidente para os setores de mão de obra intensiva após o fim do Acordo sobre Têxteis

e Vestuário (ATV), em 2004 (SIMONSEN, 1995). Essa modificação é resultado de uma complexa interação entre os interesses econômicos das partes interessadas, as pressões políticas e os objetivos da política comercial do Estado, revelando apenas uma faceta das muitas complexidades a serem consideradas neste contexto específico (CAVALCANTI & SILVA, 2010).

A análise da política comercial brasileira revela como as decisões do governo são frequentemente influenciadas por considerações econômicas e políticas, que vão além das simples teorias de comércio internacional. Por exemplo, a postura do Brasil em relação às tarifas de importação e exportação foi significativamente afetada por mudanças nos acordos comerciais internacionais e pelas dinâmicas de poder entre diferentes grupos de interesse dentro do país (BLANCHARD, 2004). A experiência brasileira demonstra que a política comercial não pode ser vista de forma isolada, mas sim como parte de um quadro maior que inclui políticas fiscais, monetárias e de desenvolvimento (GADELHA & DIVINO, 2008).

Em situações de crise econômica, a compreensão dos diferentes modelos que explicam a política comercial é de suma importância (RODRIK, 1995). Teorias que destacam o papel dos grupos de interesse, como a discutida por Milner (1999), fornecem insights valiosos sobre as razões pelas quais os governos optam por proteger determinados setores econômicos. Esses modelos teóricos permitem analisar as decisões de proteção comercial sob duas perspectivas principais: a mobilidade dos fatores de produção e a concentração temporária em setores específicos (BUSCH & MANSFIELD, 2010). Dessa forma, as políticas governamentais de curto prazo são frequentemente influenciadas pela capacidade dos fatores de produção de se moverem entre diferentes setores da economia (CARVALHO ET AL., 2007).

Estudar a política comercial vai além da análise dos interesses econômicos imediatos, abrangendo também fatores políticos, sociais e institucionais que influenciam as decisões governamentais (BLANCHARD, 2004). Essa perspectiva mais ampla proporciona uma compreensão mais completa das implicações das políticas comerciais, evidenciando seus impactos não apenas nas economias nacionais, mas também nas globais (GADELHA & DIVINO, 2008). Ao considerar os efeitos diretos e indiretos dessas políticas, é possível perceber como diferentes determinantes em diversos níveis influenciam a economia global (FAVERO & GIAVAZZI, 2004). Além disso, a análise de elementos institucionais ajuda a esclarecer

como as políticas são moldadas e implementadas em resposta a pressões internas e externas (CAVALCANTI & SILVA, 2010).

A interconexão entre políticas monetárias, cambiais, comerciais e fiscais é evidente e crucial na gestão econômica de uma nação, especialmente em tempos de crise (ROSSI, 2015). Este capítulo explora essas políticas e suas estratégias de implementação, destacando a importância de uma abordagem integrada. O banco central, por exemplo, conduz a política monetária com o objetivo de gerir a oferta monetária e as taxas de juros, visando alcançar estabilidade de preços, crescimento econômico e níveis adequados de emprego (BCB, 1999). A política cambial, por sua vez, ajuda a estabilizar a economia, embora cada regime cambial tenha suas vantagens e desvantagens, especialmente, durante períodos de crise (SIMONSEN, 1995).

Em suma, a análise dos modelos de política comercial é essencial para entender as decisões governamentais e suas implicações econômicas (RODRIK, 1995; MILNER, 1999). Considerando a influência de fatores políticos, sociais e institucionais, além dos interesses econômicos imediatos, é possível desenvolver uma visão mais abrangente das políticas comerciais e seu impacto tanto em nível nacional quanto global (BUSCH & MANSFIELD, 2010). Dessa forma, é possível traçar estratégias mais eficazes para lidar com crises econômicas e promover o desenvolvimento sustentável (OREIRO, 2016).

2.6 SÍNTESE TEÓRICA SOBRE AS POLÍTICAS ECONÔMICAS

A análise detalhada das políticas econômicas fundamentais — fiscal, monetária, cambial e comercial — destaca a complexidade e a interdependência que caracterizam a gestão econômica moderna. Este capítulo revisitou as principais teorias e estudos empíricos que moldam a compreensão dessas políticas, evidenciando a importância de uma abordagem integrada e informada para enfrentar os desafios econômicos contemporâneos.

A política fiscal, embasada nas teorias keynesianas, continua a ser uma ferramenta crucial para estabilizar a economia, especialmente, em tempos de crise. A introdução do modelo IS-LM permitiu uma melhor aplicação das ideias de Keynes, fornecendo aos formuladores de políticas um *framework* para mitigar os impactos negativos das flutuações econômicas e promover um crescimento sustentável. A

síntese neoclássica reforçou a importância da coordenação entre políticas fiscais e monetárias para alcançar esses objetivos.

No âmbito da política monetária, a gestão da oferta monetária e das taxas de juros mostrou-se vital para controlar a inflação e garantir a estabilidade de preços. A eficácia dessas políticas depende da compreensão dos mecanismos de transmissão e da capacidade de ajustar-se rapidamente às mudanças nas condições econômicas globais.

Os regimes cambiais demonstraram ser uma ferramenta essencial para a manutenção da competitividade internacional e a resiliência econômica. A escolha entre regimes de taxa fixa ou flutuante pode ter implicações significativas para a capacidade de um país de responder a choques externos e manter a estabilidade econômica durante períodos de crise.

A política comercial, influenciada por uma complexa rede de interesses econômicos, políticos e institucionais, destaca a importância de considerar a interação entre diferentes atores na formulação de políticas. Estudos como os de Goldberg e Maggi (1999) revelam a significativa influência dos *lobbies* empresariais, enfatizando a necessidade de uma análise multifacetada para entender completamente as decisões de política comercial e seus impactos.

Em síntese, a revisão teórica e empírica apresentada neste capítulo sublinha a necessidade de uma abordagem holística e integrada na formulação e implementação de políticas econômicas. A interação entre políticas fiscais, monetárias, cambiais e comerciais é fundamental para promover a estabilidade e o crescimento econômico a longo prazo. Os insights derivados dessa análise são essenciais para a construção de estratégias eficazes que possam enfrentar os desafios econômicos atuais e futuros, garantindo um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo, explicita-se a metodologia empregada nesta tese que abrangeu uma análise histórica comparativa das respostas econômicas às pandemias da Gripe Espanhola e da COVID-19 no Brasil. O estudo utilizou uma combinação de fontes primárias e secundárias, incluindo documentos governamentais, relatórios de organizações internacionais, artigos acadêmicos e registros históricos. A análise foi realizada em quatro etapas principais, detalhadas a seguir:

A) Revisão Bibliográfica

A primeira etapa consistiu na coleta e na análise da literatura relevante sobre as pandemias de Gripe Espanhola e COVID-19. Foram consultadas bases de dados acadêmicas, bibliotecas e arquivos digitais para identificar fontes primárias e secundárias que abordassem as respostas econômicas e políticas implementadas no Brasil. Os descritores utilizados incluíram "Gripe Espanhola", "COVID-19", "impactos econômicos", "políticas públicas", "respostas governamentais" e "Brasil". A revisão bibliográfica incluiu:

- Artigos Acadêmicos: Publicações em revistas científicas revisadas por pares que abordam os impactos econômicos das pandemias.
- Relatórios Governamentais: Documentos oficiais publicados por órgãos governamentais brasileiros detalhando as medidas adotadas durante as pandemias.
- Relatórios de Organizações Internacionais: Publicações de instituições como a Organização Mundial da Saúde (OMS), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- Registros Históricos: Documentos históricos, livros e monografias que fornecem contexto e detalhes sobre a Gripe Espanhola e a COVID-19 e suas consequências.

B) Análise Comparativa

A segunda etapa contemplou a comparação das políticas econômicas adotadas durante as pandemias da Gripe Espanhola e da COVID-19. A análise comparativa

buscou identificar padrões, semelhanças e diferenças entre as estratégias de mitigação e recuperação econômica implementadas em ambos os períodos. Os principais aspectos analisados foram:

- Políticas Fiscais: Medidas relacionadas à gestão de gastos públicos, impostos e déficit fiscal.
- Políticas Monetárias: Ações do Banco Central do Brasil e outras autoridades monetárias para controlar a inflação, taxas de juros e oferta de dinheiro.
- Políticas Cambiais e Comerciais: Estratégias para gerenciar a taxa de câmbio, balança comercial e fluxos de comércio exterior.
- Respostas Setoriais: Impacto das políticas nos principais setores econômicos, como agricultura, indústria, serviços e comércio.

C) Síntese dos Achados

A terceira etapa consistiu na integração dos achados das etapas anteriores para fornecer uma visão abrangente dos impactos econômicos das pandemias e das respostas implementadas. A síntese dos achados envolveu:

- Identificação de Tendências: Padrões recorrentes nas respostas econômicas e políticas durante as pandemias.
- Avaliação das Eficácias: Análise crítica da eficácia das diferentes políticas adotadas, destacando sucessos e falhas.
- Impacto Socioeconômico: Consideração dos efeitos das políticas nas desigualdades sociais e econômicas, destacando como as pandemias exacerbaram ou mitigaram essas desigualdades.

D) Recomendações

A última etapa visou especificar recomendações baseadas em evidências históricas e contemporâneas para melhorar a preparação e a resposta a futuras pandemias. As recomendações foram formuladas com base nos seguintes aspectos:

- Políticas Públicas: Sugestões para a formulação de políticas fiscais, monetárias, cambiais e comerciais mais eficazes durante crises sanitárias.
- Estratégias de Mitigação: Abordagens para minimizar os impactos econômicos e sociais de futuras pandemias.

- Resiliência Econômica: Propostas para fortalecer a resiliência da economia brasileira, incluindo a construção de uma infraestrutura de saúde pública fortalecida e mecanismos de proteção social.

A metodologia adotada nesta tese permitiu uma análise comparativa sólida e detalhada das respostas econômicas às pandemias da Gripe Espanhola e da COVID-19 no Brasil. Ao integrar diferentes abordagens e fontes de dados, a metodologia empregada propiciou uma compreensão abrangente dos desafios e das transformações econômicas e sociais decorrentes dessas pandemias. Assim, a análise resultante não apenas esclarece as respostas passadas, mas também oferece valiosas lições e recomendações para a preparação e a resposta a futuras crises sanitárias e econômicas, como poderá ser visto no capítulo de discussão e resultados.

Na seção seguinte, são detalhados os métodos e os materiais utilizados para a construção da revisão integrativa da literatura.

3.1 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa utilizou a revisão integrativa da literatura como base metodológica. Esse método permite a inclusão de estudos tanto quantitativos quanto qualitativos, oferecendo uma visão mais abrangente do tema investigado. A abordagem é especialmente adequada para sintetizar conhecimento sobre os impactos da Gripe Espanhola e da COVID-19 na economia brasileira, pois integra diferentes perspectivas teóricas e empíricas. A revisão integrativa é eficaz para reunir e analisar estudos diversificados, permitindo uma compreensão mais profunda e abrangente das transformações econômicas e sociais decorrentes dessas pandemias. Ela proporciona um panorama amplo que inclui dados estatísticos, análises econômicas e estudos de caso, facilitando a integração de diferentes abordagens metodológicas e resultados de pesquisa.

A pesquisa foi conduzida utilizando diversas bases de dados respeitadas, incluindo o Portal de Periódicos da CAPES, a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e a SCOPUS (Elsevier). Esses recursos foram escolhidos para garantir a abrangência e a relevância das fontes. Para a coleta dos dados, foram utilizados descritores em Português e Inglês, como "crise", "pandemia", "COVID-19", "gripe espanhola", "impactos", "economia", "economia brasileira" em todo o período.

A combinação dos termos foi feita através de operadores booleanos "AND", "OR" e "AND NOT", o que permitiu uma pesquisa mais precisa e abrangente, integrando diferentes áreas do conhecimento e permitindo a identificação de estudos relevantes. Essa metodologia facilitou a identificação de artigos e publicações que abordam os impactos econômicos e sociais das pandemias, permitindo uma análise comparativa e integrativa dos dados coletados.

Para garantir a abrangência da revisão, foram realizadas buscas sistemáticas nas bases de dados mencionadas. Inicialmente, foi formulada a pergunta norteadora da revisão: "Quais foram os impactos da Gripe Espanhola e da COVID-19 na economia brasileira?". Para garantir uma visão atualizada e abrangente sobre o tema, foram incluídos estudos publicados até 2023. Essa abordagem permitiu uma análise detalhada e contemporânea dos impactos econômicos e sociais das pandemias no Brasil, possibilitando uma comparação entre os diferentes períodos históricos e as respostas políticas e econômicas adotadas.

Para a seleção dos estudos a serem incluídos na revisão, foram adotados critérios rigorosos. Os critérios de inclusão foram: estudos originais publicados em Português ou Inglês, publicações indexadas até 2023, estudos que abordassem os impactos da Gripe Espanhola e da COVID-19 na economia brasileira, e pesquisas compatíveis com os descritores definidos anteriormente.

Por outro lado, os critérios de exclusão incluíram referências duplicadas, estudos não disponibilizados na íntegra e artigos que não abordassem diretamente os impactos econômicos das pandemias mencionadas. Inicialmente, foram identificados 2.673 estudos elegíveis. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, a amostra foi reduzida para 245 artigos.

A análise dos títulos foi a primeira fase do processo, resultando na seleção de 75 artigos. Na segunda fase, a leitura dos resumos foi realizada, reduzindo a amostra para 27 artigos que atenderam plenamente aos critérios de inclusão e exclusão. Tais artigos fornecem uma base sólida para a análise dos impactos econômicos das pandemias de Gripe Espanhola e COVID-19, na economia brasileira, oferecendo uma visão abrangente e detalhada dos desafios e transformações enfrentados nos dois períodos históricos.

Dos artigos incluídos no estudo, foram extraídos dados sobre a autoria da publicação, ano de publicação, tipo de pesquisa realizada (quantitativa ou qualitativa) e a abordagem temática dos artigos. Os dados foram analisados de forma integrativa,

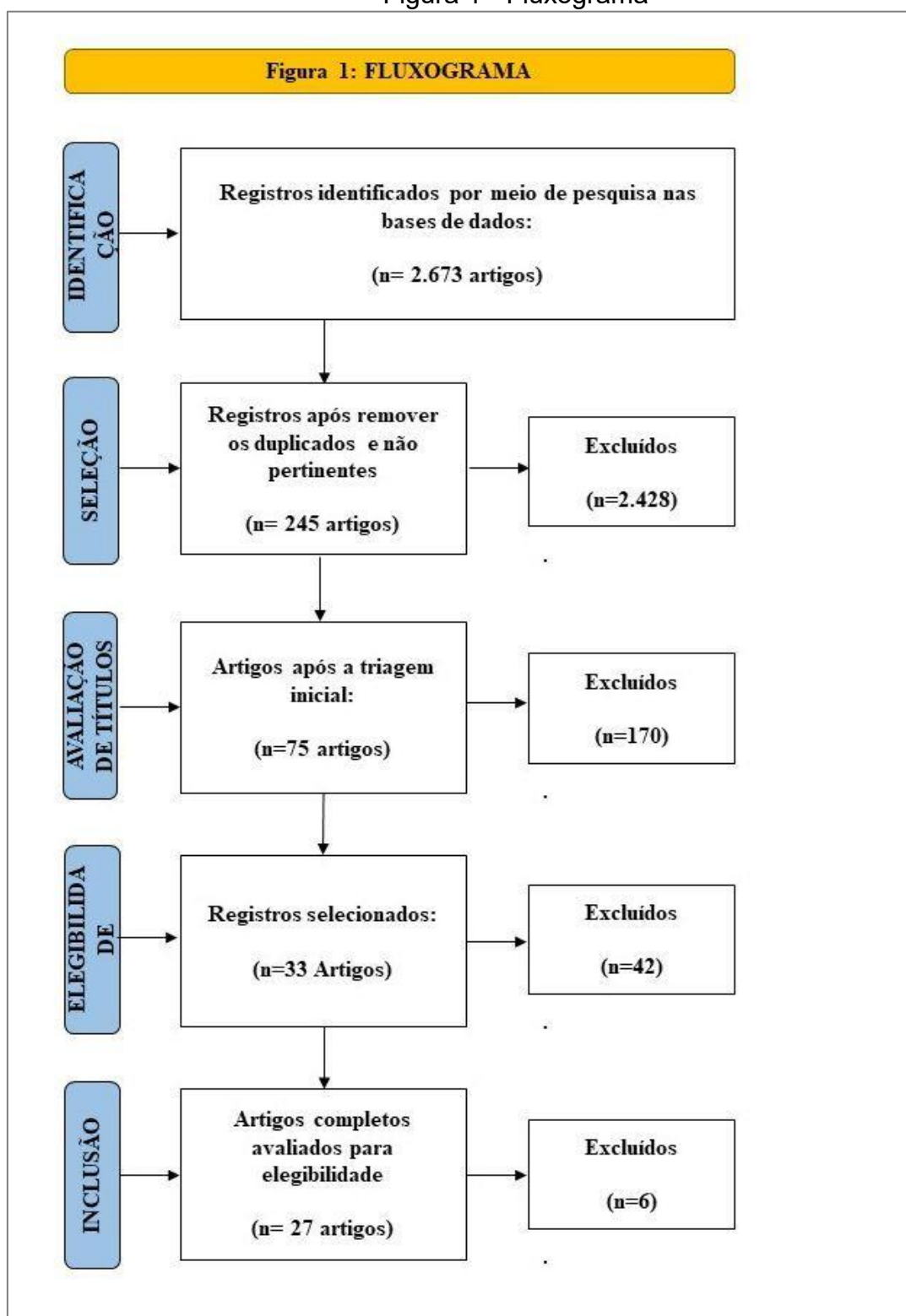
buscando correlacionar os impactos das pandemias na economia brasileira, destacando tanto os efeitos diretos quanto os indiretos. Essa abordagem permitiu a identificação de padrões, tendências e lacunas na literatura existente.

Ao avaliar a autoria e o ano de publicação, observou-se uma diversidade de perspectivas e uma evolução na compreensão dos impactos econômicos das pandemias ao longo do tempo. A distinção entre pesquisas quantitativas e qualitativas proporcionou uma visão abrangente, combinando análises estatísticas com insights contextuais e qualitativos. A análise temática focou nos impactos econômicos, sociais e políticos, demonstrando que a Gripe Espanhola e a COVID-19 afetaram diferentes setores da economia brasileira.

3.2 SÍNTESE DAS ETAPAS DE PESQUISA

O fluxograma a seguir (Figura 1) procura sintetizar as etapas realizadas para a identificação e seleção dos materiais para a revisão de literatura.

Figura 1 - Fluxograma



Fonte: Elaborado pelo autor

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, a seleção resultou em 245 artigos. A primeira fase de análise consistiu na avaliação de títulos, reduzindo a amostra para 75 artigos. A segunda fase envolveu a leitura dos resumos, culminando

na seleção de 27 artigos que atenderam aos critérios de inclusão e exclusão e que eram pertinentes ao problema de pesquisa, sendo, portanto, incluídos na amostra.

Dos estudos incluídos, foram extraídos dados sobre a autoria da publicação, ano de publicação, tipo de pesquisa realizada e abordagem temática dos artigos. Esses dados foram utilizados para mensurar as hipóteses de pesquisa no escopo desta tese. A análise integrativa permitiu construir uma visão abrangente dos impactos das pandemias analisadas, ou seja, a de Gripe Espanhola e a de COVID-19, na economia brasileira, destacando padrões, tendências e lacunas a partir da reflexão acerca da literatura existente, como é apresentado a seguir.

4 REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo, são aprofundados os aspectos históricos, sociais e econômicos acerca das duas principais pandemias, ou seja, a de Gripe Espanhola e a de COVID-19, que marcaram a História, para fins comparativos. Dessa forma, é apresentada a revisão de literatura com os principais achados que são analisados e discutidos. São levantadas as principais estratégias de mitigação e recuperação econômica, com ênfase na identificação e compreensão de boas práticas para o enfrentamento desse tipo de crise.

4.1 AS PANDEMIAS DE GRIPE ESPANHOLA E DE COVID-19

Fenômenos naturais resultam em diversos tipos de desastres e impactos para a sociedade, com significativo potencial destrutivo (CUETO, 2010). Além dessas catástrofes naturais, agentes biológicos como bactérias e micro-organismos também possuem um grande potencial avassalador para a sociedade. Ao longo da História, a disseminação explosiva de doenças impactou impérios, alterou modelos econômicos e promoveu transformações comportamentais, forçando a sociedade a reagir a eventos de catástrofe e calamidade (RASPAUD, 2012).

Apesar das diferenças sociais, temporais, biológicas e geográficas, as pandemias costumam compartilhar pontos em comum, como mudanças de comportamento e caos social (PINTO, 2019). Desde o século XVI, o mundo vivenciou três pandemias a cada século, mostrando a recorrência desses eventos no percurso humano (CUETO, 2010). Com o avanço da globalização, um dos pontos críticos é a fragilidade das fronteiras, que dificulta a contenção do avanço de agentes patogênicos. A globalização, apesar de seus aspectos positivos, propicia maiores possibilidades para o aumento de doenças infectocontagiosas, como ocorreu no caso da pandemia de COVID-19 (TÁVORA, 2020).

Entre os anos de 1918 e 1919, houve uma das mais severas pandemias, a Gripe Espanhola, causada pela mutação do vírus influenza H1N1 (JOHNSON, 2006). Os primeiros registros da doença foram de soldados estadunidenses participantes da Primeira Guerra Mundial, sendo que as más condições sanitárias dos campos de batalha potencializaram a disseminação da doença (BARRY, 2020). A doença era propagada pelo ar, através de saliva e perdigotos expelidos pelas pessoas contaminadas, com sintomas que incluíam dores no corpo, febre, tosse e coriza. Em

casos mais graves, ocorriam complicações respiratórias, cardiovasculares e digestivas (RASPAUD, 2012).

A Gripe Espanhola recebeu esse nome porque a Espanha foi a primeira nação a comunicar oficialmente a existência da epidemia, uma vez que o país neutro, durante a Primeira Guerra Mundial, não impôs censura à imprensa. A falta de conhecimento sobre a gravidade da doença e a ausência de medidas eficazes de contenção do vírus contribuíram para o crescimento exponencial do número de casos. Estimativas indicam que a doença causou cerca de 40 milhões de óbitos e infectou 500 milhões de pessoas em todo o mundo, tornando-se uma das pandemias mais mortais da História (PATTERSON & PYLE, 1991).

No Brasil, a gripe ocorreu em um período de transformações sociais e econômicas significativas, exacerbando a já presente instabilidade causada pela Primeira Guerra Mundial. Esse contexto complexo agravou os desafios enfrentados pelo país, incluindo a pressão sobre os sistemas de saúde pública e as dificuldades econômicas. A pandemia não apenas aumentou o número de mortes, mas também afetou a produção agrícola e industrial, contribuindo para uma crise generalizada (PINTO, 2019).

O surto da doença teve efeitos adversos em diversos setores econômicos. A força de trabalho foi diretamente impactada, com muitos trabalhadores adoecendo ou morrendo, o que resultou em uma significativa escassez de mão de obra em vários setores produtivos. A falta de trabalhadores não apenas retardou a produção industrial e agrícola, mas também elevou os custos operacionais para muitas empresas que tiveram que aumentar os salários para atrair os poucos trabalhadores saudáveis restantes. Além disso, a redução da força de trabalho contribuiu para uma queda na produtividade e na eficiência econômica geral, agravando ainda mais a crise econômica causada pela pandemia (JOHNSON, 2006).

A interrupção das atividades econômicas durante a pandemia de Gripe Espanhola provocou um caos significativo nas cadeias de produção, com empresas dependentes de insumos ou matérias-primas enfrentando grandes dificuldades que impactaram a produção em forma de cascata. Os impactos diretos e indiretos da pandemia culminaram em uma recessão econômica substancial, com queda na produção, escassez de mão de obra e diminuição nas transações comerciais, resultando em uma queda geral da atividade econômica (DE SANTIS e VAN DER VEKEN, 2020).

Essa pandemia, ocorrida em 1918, no Brasil, espalhou-se rapidamente entre a população devido à falta de um meio eficaz de cura. O tratamento médico consistia, principalmente, na prescrição de medicamentos para aliviar os sintomas, enquanto se aguardava a resposta do organismo. As medidas de contenção incluíam evitar aglomerações, contato físico e higienizar as mãos (BERTUCCI, 2003).

Já no século XXI, em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, na China, foi identificado o coronavírus, cuja propagação evoluiu para o patamar de pandemia, em março de 2020, conforme a declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS). As medidas de contenção do vírus, como *lockdowns* e restrições de movimento, levaram a uma recessão econômica global sem precedentes, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, com uma contração de 3,5% no PIB global, em 2020. Além disso, as desigualdades socioeconômicas acentuaram-se, afetando especialmente as economias emergentes e em desenvolvimento (NOY et al., 2020; Brookings Institution, 2021).

A pandemia de COVID-19 impactou significativamente a trajetória esperada para a economia brasileira em 2020 e 2021, causando simultaneamente um choque de oferta devido à quebra das cadeias globais de demanda e produção, e uma queda no consumo devido ao receio de uma recessão ou à queda de renda causada pelas circunstâncias da pandemia. As medidas de contenção, como o isolamento social, exacerbadas pela crise de saúde pública, contribuíram para uma retração econômica significativa no país (MUNDIAL, Banco Grupo, 2020).

A economia brasileira também foi impactada pela volatilidade do mercado e pelas incertezas quanto ao futuro. Em poucas semanas, a taxa de câmbio do Dólar-Real aumentou de R\$ 4,24 para R\$ 5,90, enquanto o índice Bovespa, principal indicador da bolsa de valores brasileira, caiu para 70 mil pontos, uma queda acumulada de mais de 40% no primeiro ano da pandemia (FocusEconomics, 2020; e MUNDIAL, Banco Grupo, 2020). Esse cenário foi marcado por um aumento da aversão ao risco e fuga de capitais, refletindo o nervosismo dos investidores diante da crise sanitária.

As medidas para conter gastos públicos, por meio de reformas, flexibilização da política monetária e ajustes fiscais, indicavam sinais claros e sólidos de recuperação econômica nos anos anteriores. No entanto, essa trajetória foi interrompida pela pandemia de COVID-19, o que ressalta a necessidade de refletir sobre os impactos das pandemias na economia, especialmente, na brasileira.

Dessa forma, esta revisão integrativa da literatura tem como objetivo embasar a análise do contexto das pandemias de Gripe Espanhola e COVID-19 e seus impactos diretos e indiretos na economia brasileira, sintetizando conhecimentos sobre as transformações econômicas e sociais decorrentes desses eventos e apontando os desafios enfrentados pelo Brasil em diferentes períodos históricos (VASCONCELLOS, 2020; MUNDIAL, Banco Grupo, 2020).

A seguir, são apresentados os resultados obtidos a partir da realização da revisão integrativa de literatura e são discutidos os achados da pesquisa.

4.2 RESULTADOS DA REVISÃO DE LITERATURA

Conforme apresentado no capítulo metodológico, dos 27 artigos que compõem a amostra deste estudo, houve a análise e categorização dos dados conforme os anos de publicação e o tipo de pesquisa realizada. A categorização permitiu uma visão detalhada sobre as tendências de pesquisa e os métodos mais utilizados para investigar os impactos das pandemias na economia brasileira.

O Quadro 1 lista os resultados dessa categorização, fornecendo uma visão clara da distribuição dos estudos ao longo do tempo e suas abordagens metodológicas, sejam quantitativas ou qualitativas.

Quadro 1 - Divisão dos dados da amostra de pesquisa

ID	Ano	Autor	Título	Principais Achados
1	1991	PATTERSON, K. David; PYLE, Gerald F.	A geografia e mortalidade da pandemia de gripe de 1918. Boletim de História da Medicina, v. 65, n. 1, p. 4-21, 1991.	A pandemia de Gripe Espanhola de 1918 encontrou a medicina científica com pouco conhecimento sobre a influenza. Inicialmente considerada uma nova doença, o termo "peste" foi usado para descrevê-la. A verdadeira natureza da gripe só foi descoberta na década de 1930 com a identificação dos vírus e a visualização pelo microscópio eletrônico. Facilitada pelos transportes e pela Primeira Guerra Mundial, a pandemia espalhou-se globalmente, alcançando até arquipélagos distantes da Oceania. No Brasil, a gripe entrou pelos portos e rapidamente se disseminou nas áreas de maior concentração populacional.
2	2002	JOHNSON, N. P., & MUELLER, J.	Updating the accounts: mortality of the 1918-1920 "Spanish" influenza pandemic. Bulletin of the History of Medicine, p. 105-115, 2002.	A pandemia de gripe de 1918-20 ocorreu geralmente em três ondas, começando na primavera e verão de 1918, embora algumas áreas tenham visto a gripe persistir ou retornar global em 1920. As estatísticas de morbidade e mortalidade são subestimadas devido a problemas como registros ausentes e diagnósticos incorretos. Estimativas históricas de mortalidade variam, com um cálculo dos anos de 1920 estimando 21,5 milhões de mortes, um estudo de 1991 revisando para 24,7-39,3 milhões, e este artigo sugerindo cerca de 50 milhões. Mesmo essa estimativa pode ser até 100% subestimada, indicando um número de vítimas potencialmente muito maior.

3	2010 CUETO, Marcos.	<p>A Gripe Espanhola no Brasil: Morte e Controvérsias. Editora Fiocruz, 2010</p> <p>O estudo investiga os processos informacionais durante a pandemia de COVID-19, focando na desinformação sobre a origem do vírus, isolamento social e tratamentos. Discute conceitos de desordem informacional, desinformação, assimetria de informações e validação discursiva. A pandemia realçou estratégias de poder, o uso intenso de informação em tempo real, a edição simples de conteúdos e o surgimento do negacionismo científico e da pós-verdade. Enfatiza a importância da sinceridade, veracidade e honestidade na informação. O estudo também aborda fraudes e manipulação na mídia, destacando a complexidade das questões informacionais com a comunicação de muitos para muitos. Destaca a validação discursiva como essencial na disseminação de informação em meio a tensões e controvérsias entre autoridades de saúde, pesquisadores e defensores de direitos humanos.</p>
4	2011 NOY, Ilan et al.	<p>Medir o risco econômico da COVID-19. Política Global, v. 4, p. 413-423, 2011.</p> <p>O artigo revisa a literatura econômica sobre os impactos agregados de desastres naturais, analisando principais fontes de dados e os determinantes dos efeitos diretos. Distingue entre efeitos indiretos de curto e longo prazo e discute questões políticas relevantes. Examina projeções sobre a probabilidade de futuras catástrofes e identifica diversas lacunas significativas na literatura.</p>
5	2014 SHULTZ, James M.	<p>Perspectives on disaster public health and disaster behavioral health integration. Disaster Health, v. 2, n. 2, p. 69-74, 2014.</p> <p>Crises econômicas durante pandemias causam mudanças nos ciclos econômicos, exacerbadas pela negligência na saúde pública. O declínio econômico resulta em efeitos dominó como aumento do desemprego, redução de investimentos em serviços públicos, maior desigualdade social, pobreza e seletividade no tratamento de doenças, incluindo doenças psíquicas. Esses riscos podem intensificar a</p>

		crise, necessitando de atitudes eficazes para minimizar os impactos nas regiões afetadas.
6	2015 MOHER, D. et al.	<p>Principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises: a recomendação PRISMA. Epidemiol Serv Saúde, v. 24, n. 2, p. 335-342, 2015.</p> <p>Revisões sistemáticas e meta-análises são essenciais na assistência à saúde, ajudando clínicos a se atualizarem e servindo de base para diretrizes de práticas clínicas. O valor dessas revisões depende da metodologia, das descobertas e da clareza dos relatos, que variam em qualidade. Estudos anteriores mostraram que muitas revisões não atendem aos critérios científicos. Para melhorar os relatos, foi desenvolvido o guia QUORUM, focado em meta-análises de ensaios clínicos randomizados, e posteriormente atualizado para PRISMA (Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises) para refletir avanços na ciência das revisões sistemáticas.</p>
7	2018 BERTUCCI, Liane Maria.	<p>Epidemia em papel e tinta: a gripe espanhola nos jornais de São Paulo. Khronos, (6), 11-11-2018.</p> <p>O artigo examina a narrativa da imprensa de São Paulo, em 1918, sobre a gripe espanhola, destacando a percepção histórica do homem frente ao perigo epidêmico e nuances específicas dessa epidemia. Publicações elogiaram ou criticaram as considerações médicas e iniciativas médico-governamentais, além de relatar ações de moradores para ajudar os doentes. Auxílios incluíram doações de camas e distribuição de alimentos, com contribuições de indivíduos e grupos organizados, tanto civis quanto religiosos, durante os dias terríveis da Gripe Espanhola.</p>

8	2020 FERREIRA JUNIOR, Reynaldo Rubem; RITA, Luciana Peixoto Santa	Impactos da Covid-19 na Economia: Limites, Desafios e Políticas. Cadernos de Prospecção, v. 13, n. 2, p. 459-472, 2020.	A COVID-19 causou queda nos preços do petróleo e <i>commodities</i> , perda de empregos, enfraquecimento da moeda, aumento da dívida pública e recessão global, com a economia mundial contraindo 12% entre janeiro e março de 2020. Além disso, identificou oportunidades para políticas nas áreas de saúde e educação e ampliou o debate sobre o estado empreendedor.
9	2020 REYES JR, Edgar, et al.	Conflito entre Economia e Saúde? O caso da COVID-19 no Brasil. RGO. Revista Gestão Organizacional, v. 14, n. 1, p. 378–389, 2020.	O estudo analisou o conflito entre economia e saúde no Brasil durante a pandemia de COVID-19, destacando problemas na administração pública. Propõe-se uma estrutura de gestão estratégica para respostas eficazes a problemas complexos no setor público. Utilizando a lógica abduktiva e análises de notícias, identificaram-se cinco divisões de discurso: Pandemia, Legislativo, Pluralidade Social, Resposta Federal e Conflito. Observou-se que o conflito partiu de disputas políticas entre governo federal e governadores, com saúde e economia sendo usadas como ferramentas no embate. Evidenciaram-se fases iniciais de complexidade institucional, incerteza técnico-científica, falha na liderança e pluralismo social.
10	2020 BOMFIM, Fernando.	COVID-19, a Pandemia que mudou a Saúde e a Economia. Revista Ciências em Saúde, v. 10, n. 2, p. 1–2, 2020.	A pandemia de COVID-19, causada pelo Coronavírus SARS-CoV-2, teve início em Wuhan, China, possivelmente ligada ao comércio e consumo de animais selvagens. Há incerteza sobre a origem exata da COVID-19 e as espécies que a transmitiram aos humanos. O SARS-CoV-2 pertence à família dos beta-coronavírus, que inclui SARS-CoV e MERS-CoV, ambos responsáveis por síndromes respiratórias graves. Compreender a história natural da COVID-19 é crucial para definir intervenções, prognósticos e curso da doença. No entanto, os dados são escassos e as publicações existentes são recentes e controversas.

11	2020 BREISSER- PEREIRA, Luiz Carlos	Financiamento da Covid-19, Inflação e Restrição Fiscal. Brazilian Journal of Political Economy, v. 40, n. 4, p. 604–621, 2020.	A pandemia de COVID-19 causa uma depressão econômica que poderia ser mitigada se os Estados compensassem empresas e famílias afetadas pelas políticas de distanciamento social e confinamento. No entanto, os governos limitam os gastos para evitar o aumento da dívida pública. Uma solução proposta é que os bancos centrais comprem novos títulos do tesouro para financiar esses gastos, o que não conflitaria com a restrição de inflação e evitaria o aumento da dívida pública. Esse financiamento monetário não causaria demanda excessiva, aumento das importações, apreciação da moeda, inflação acelerada ou crises de balanço de pagamentos.
12	2020 MAGALHÃES, Graziela; CARDOSO, Leonardo Chaves Borges.	Efeitos econômicos e distributivos da pandemia de coronavírus no Brasil. Revista de Economia e Agronegócio, v. 18, n. 1, 2020.	Escrito em maio e junho de 2020, o editorial destaca o alto desconhecimento sobre o SARS-CoV-2 e a rápida atualização das informações. Até aquele momento, havia mais de 445 mil mortes pela COVID-19 no mundo, com 47 mil no Brasil, tornando-o o segundo país mais afetado e o novo epicentro da doença, com mais de 980 mil infectados. O Brasil tinha 224 mortes por milhão de habitantes, 3,8 vezes a média mundial, mas ainda abaixo dos países com as maiores taxas de mortalidade. A acurácia dos dados brasileiros foi questionada devido à possível subestimação dos casos e mortes, uma vez que o Brasil realizava relativamente poucos testes, 11 mil por milhão de habitantes, comparado a outros países, como Peru e Chile, com mais de 40 mil testes por milhão.
13	2020 SILBER, Simão Davi.	A fragilidade econômica e financeira na pandemia do SarsCovid-19. Impactos da pandemia. Estud. av., v. 34, n. 100, 2020.	O texto discute a fragilidade econômica e financeira da economia moderna e como choques exógenos, como o SARS-CoV-2, desorganizam a economia, criando um descompasso entre as necessidades econômicas e as ações possíveis do Estado. Destaca que a ação estatal não consegue alcançar todos os agentes econômicos para protegê-los da crise, resultando em uma

		destruição irreversível de empresas, capital físico e humano.
14	2020 TÁVORA, F. L., n. 274, 2020	Impactos do novo coronavírus (Covid-19) no agronegócio brasileiro. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas CONLEG / Senado / A pandemia de COVID-19 causou impactos significativos no setor produtivo global, incluindo o agronegócio. Este estudo identifica as consequências da pandemia para a economia brasileira, descreve os impactos no agronegócio brasileiro e aponta perspectivas para o cenário pós-pandemia.
15	2020 CORREIA, S., STEPHAN, L.; VERNER, E.	Pandemics Depress the Economy, Public Health Interventions Do Not: Evidence from the 1918 Flu. Cadernos de saúde, v. 26, n. 4, 2020. O estudo analisou o impacto das intervenções não farmacêuticas (NPIs) na mortalidade e na atividade econômica em cidades dos EUA durante a pandemia de gripe de 1918. A combinação de NPIs rápidas e rigorosas reduziu o pico de mortalidade em 50% e a mortalidade cumulativa em 24 a 34%. Embora a pandemia tenha causado perturbações econômicas de curto prazo, essas foram semelhantes em cidades com NPIs rigorosos e brandos. As NPIs não pioraram os resultados econômicos a médio prazo, indicando que podem reduzir a transmissão de doenças sem impactar negativamente a atividade econômica.
16	2020 BARRY, John M.	A Grande Gripe: A história da pandemia mais mortal da história - Pinguim Reino Unido, 2020. O livro "A Grande Gripe" descreve a pandemia de Gripe Espanhola de 1918, detalhando como um vírus emergiu nos EUA e causou a morte de milhões globalmente. O autor discute as transformações na ciência e medicina, a Primeira Guerra Mundial, e os bastidores do poder e da política que influenciaram a resposta humana à força da natureza.

17	2020 FocusEconomics. (2020).	Brazil Exchange Rate May 2020.	A fundação da Academia Paulista de Medicina (APM) coincidiu com a disseminação da Gripe Espanhola. Durante a epidemia, em São Paulo, membros da APM, incluindo os médicos Galeno de Revoredo, Rubião Meira e Eduardo Monteiro, atuaram para conter a doença e reduzir os casos fatais. Após a diminuição dos casos, esses médicos elaboraram um relatório com recomendações para combater a gripe no interior do estado, apresentado em sessão da APM. O artigo discute esse relatório, contextualizando-o nos debates sobre a doença e o tratamento dos infectados na cidade de São Paulo, a partir de uma perspectiva de história social.
18	2020 MÉDICI, André César.	Efeitos das Pandemias na Economia: Da Gripe Espanhola ao Covid-19. Cadernos de economia, v. 14, n. 103, 2020.	A Gripe Espanhola, a maior pandemia do século XX, ocorreu em três ondas: a primeira em março de 1918, a segunda em novembro de 1918, após o fim da Primeira Guerra Mundial, e a terceira, na primeira metade de 1919, com o retorno das tropas. Estima-se que a pandemia tenha infectado um terço da população mundial, cerca de 500 milhões de pessoas, sendo pelo menos quatro vezes mais letal que a Primeira Guerra Mundial. Grande parte das mortes ocorreu em territórios não diretamente envolvidos na guerra, como a Índia, que teve cerca de 13,8 milhões de mortes.
19	2020 MUNDIAL, Banco Grupo.	COVID-19 no Brasil: impactos e respostas de políticas públicas. Brasília: Banco Mundial, 2020. World Bank Group. (2020)	A pandemia de COVID-19 desafiou o Brasil, que implementou medidas para conter o vírus e evitar a sobrecarga do sistema de saúde. Apesar de ter um sistema de saúde robusto, havia desigualdade na capacidade de atendimento, especialmente nas áreas pobres do Norte e Nordeste, ameaçando a resposta à demanda por serviços e colocando vidas vulneráveis em risco. A economia brasileira mostrava sinais de recuperação antes da pandemia, mas a COVID-19 interrompeu essa trajetória. A revisão literária analisa as pandemias da Gripe Espanhola e

			COVID-19, destacando seus impactos econômicos e sociais no Brasil e os desafios históricos enfrentados.
20	2021	SILVA, Hudson da; LIMA, Luciana	<p>A COVID-19 foi declarada pandemia pela OMS em 11 de março de 2020. Dezoito meses depois, os casos confirmados ultrapassaram 200 milhões e as mortes superaram 4 milhões. Mais de 2,3 bilhões de pessoas receberam ao menos uma dose de vacina, com cerca de 50% completamente vacinadas. A América do Sul teve os maiores números de casos e mortes por milhão de habitantes, enquanto a Europa (42%) e a América do Norte (39%) tiveram quase o dobro de pessoas completamente vacinadas em comparação com a América do Sul (22%). Apenas 4% da população africana recebeu pelo menos uma dose da vacina, com grandes variações na taxa de vacinação entre países e regiões.</p> <p>Dias de. Política, Economia e Saúde: Lições da COVID-19. Cadernos de Saúde Pública, v. 37, n. 9, 2021.</p>
21	2021	BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos	<p>Os impactos da COVID-19 na população e economia brasileira são abordados, destacando a elevada mortalidade por 100 mil habitantes e a lenta estabilização. São comparados esses resultados com os de outro país da América Latina, onde a mortalidade foi menor, e com a França, onde a recuperação econômica foi mais forte. Avalia a eficiência dos gastos, desfavorável ao Brasil, e discute o financiamento, observando que apenas a Argentina seguiu a política de compra de títulos pelo banco central, adotada por países ricos com moeda e banco central próprios.</p> <p>Brasil: Impactos da Covid-19 e Recuperação. Revista de Economia (Curitiba, Brazil), v. 42, n. 77, p. 1-18, 2021.</p>

22	2021 CARVALHO, Felipe Wesley Santiago, et al.	O e-commerce e o impacto econômico positivo em empresas do comércio varejista durante o período pandêmico. RCA – Revista Científica da AJES, Juína/MT, v. 10, n. 21, p. 153–169, 2021.	A pesquisa analisou cinco das dez empresas de e-commerce de varejo listadas na B3 durante a pandemia, entre 2018 e 2020, observando os impactos e comportamentos econômicos dessas empresas. O objetivo foi destacar o lado positivo econômico para algumas empresas durante a pandemia, como a preservação do faturamento apesar das projeções e flutuações negativas. Os resultados mostram que essas empresas conseguiram manter um desempenho positivo mesmo frente à crise econômica provocada pela COVID-19.
23	2021 Knust, M. A., da Silva, K. F. T., de Souza, H. A. N., de Cantuária, J. S. C. L., Correia, L. M., Neto, M., & Porto, F. (2021).	Uso do Lysol em tempos pós-pandêmicos da gripe espanhola. Revista de Enfermagem Referência, (1).	Durante a década de 1920, após a pandemia de Gripe Espanhola, o Lysol era recomendado como produto de higiene nos manuais de enfermagem para a formação das enfermeiras brasileiras. Anos mais tarde, essa recomendação gerou discussões. O estudo questiona o conteúdo desses manuais sobre o uso do Lysol e articula essa recomendação com peças publicitárias do produto divulgadas na imprensa social, destacando a cultura dos cuidados de saúde da época.
24	2022 CAMPOS, Eduardo Lima, et al..	A Further Deterioration of the Brazilian Fiscal Reaction in View of COVID-19. Revista de Economia Política, v. 42, n. 32, p. 664679, 2022.	A função de reação fiscal, que mede a resposta do superávit primário à evolução da dívida pública, vem diminuindo quase constantemente desde 2012, tornando-se negativa em 2017 e 2018. Há uma recuperação devido a melhorias em alguns indicadores econômicos, mas, em 2020, a pandemia de COVID-19 provoca um aumento nas despesas com saúde e auxílios emergenciais, resultando em uma forte deterioração fiscal e levando o coeficiente de reação fiscal novamente a valores negativos.

25	2022 CORREIA, Sergio; LUCK, Stephan; VERNER, Emil.	Pandemics depress the economy, public health interventions do not: Evidence from the 1918 flu. The Journal of Economic History, v. 82, n. 4, p. 917-957, 2022.	O estudo analisou o impacto das intervenções não farmacêuticas (NPIs) na mortalidade e na atividade econômica em cidades dos EUA durante a pandemia de gripe de 1918. A aplicação rápida e rigorosa das NPIs reduziu o pico de mortalidade em 50% e a mortalidade cumulativa em 24 a 34%. Embora a pandemia tenha causado perturbações econômicas de curto prazo, elas foram semelhantes em cidades com NPIs rigorosos e brandos. As NPIs não pioraram os resultados econômicos a médio prazo, sugerindo que tais intervenções podem reduzir a transmissão de doenças sem afetar negativamente a atividade econômica.
26	2022 GOMES, Helen Maria da Silva; LELES, Tony Leonardo da Silva; ALMEIDA, Alysson Nunes de Moura.	Covid-19 e o impacto financeiro do lockdown: uma revisão sistemática. Revista Brasileira de Administração Científica, v. 13, n. 3, 2022.	Trata dos principais estudos sobre os impactos econômicos globais da implementação do lockdown durante a pandemia de COVID-19. A revisão sistemática incluiu inicialmente 13 estudos, discutindo a pandemia na economia dos países e o mercado global com o lockdown. Posteriormente, mais 9 artigos foram adicionados, resultando na análise do impacto financeiro real da pandemia em 2020. Constatou-se que a maior parte das previsões sobre os efeitos econômicos do lockdown estavam corretas, embora não possam ser generalizadas devido às variações na gestão do lockdown e comportamento populacional. Países com saídas econômicas positivas servem de exemplo para a administração de crises futuras.
27	2023 ROSTIROLLA, Luciano; OLIVEIRA Nilton Marques.	Intervenção do Estado na Economia: Algumas reflexões no contexto de pandemia / state intervention in the economy: some reflections in the	O estudo analisou os modelos econômicos e as medidas de recuperação adotadas por diversos países durante a recessão econômica causada pela pandemia de COVID-19. Utilizando dados de 2020 e 2021, a pesquisa revelou diversas políticas de intervenção estatal, incluindo: transferências de renda imediatas e diretas, combate à extrema pobreza, apoio fiscal e tributário, redução de tempo de trabalho e

		<p>pandemic context. salários com ressarcimento de contribuições Informe GEPEC, v. sociais, garantias de acesso ao crédito, reforço 27, n. 1, p. 26-44, do sistema sanitário, e apoio à ciência e tecnologia. O estudo sugere a necessidade de controle fiscal para conter o aumento da dívida pública e destaca que a pandemia evidenciou a importância da saúde como um bem público, requerendo uma estrutura estatal com consciência social.</p>
--	--	---

Fonte: elaborado pelo autor.

Os resultados obtidos com a revisão integrativa da literatura proporcionam uma visão abrangente dos impactos econômicos e sociais das pandemias da Gripe Espanhola e COVID-19 na economia brasileira. A análise dessas 27 publicações revela não apenas os desafios enfrentados durante esses períodos, mas também as oportunidades e políticas implementadas para mitigar os efeitos adversos.

As pandemias representam um desafio significativo para a economia global, gerando impactos profundos e duradouros em diversos setores. A Gripe Espanhola de 1918 e a COVID-19 são exemplos notórios de crises sanitárias que resultaram em recessões econômicas e exigiram respostas rápidas e eficazes dos governos. Ambas as pandemias destacaram a importância de instrumentos políticos e econômicos para mitigar os efeitos adversos e promover a recuperação econômica.

Durante a Gripe Espanhola, a falta de conhecimento sobre o vírus e a limitada infraestrutura de saúde pública dificultaram a implementação de medidas eficazes. No entanto, as respostas incluíram políticas fiscais e monetárias que buscavam estabilizar a economia em meio à crise. Em contraste, a pandemia de COVID-19, beneficiando-se de avanços científicos e tecnológicos, viu a implementação de uma variedade de políticas econômicas mais sofisticadas, incluindo políticas cambiais e comerciais, além de intervenções fiscais e monetárias robustas.

A política fiscal, por exemplo, envolveu aumento dos gastos públicos para sustentar a saúde pública e auxiliar setores afetados, enquanto a política monetária incluiu cortes nas taxas de juros e programas de compra de ativos para manter a liquidez no mercado. As políticas cambiais e comerciais também desempenharam um papel crucial, com medidas para estabilizar a moeda e ajustar as tarifas comerciais para proteger os mercados domésticos.

A revisão integrativa da literatura buscou analisar os impactos econômicos das pandemias da Gripe Espanhola e da COVID-19 no Brasil, destacando os instrumentos políticos e econômicos utilizados para combater as consequências dessas crises. Ao explorar as respostas políticas adotadas e seus efeitos na economia, a análise fornece uma compreensão aprofundada das estratégias de mitigação e recuperação econômica aplicadas durante esses eventos históricos, como será demonstrado a seguir.

4.3 IMPACTOS DA PANDEMIA DE GRIPE ESPANHOLA NA ECONOMIA

Nesta seção, busca-se explicitar os principais impactos da Gripe Espanhola na economia, de acordo com a literatura analisada. A Gripe Espanhola teve um impacto devastador na economia global e, em particular, na brasileira, exacerbando a instabilidade social e econômica existente.

Cueto (2010) destaca que a falta de conhecimento sobre a gravidade de uma pandemia e a ausência de medidas eficazes de contenção contribuíram significativamente para o crescimento exponencial dos casos. Estimativas indicam que a pandemia causou cerca de 40 milhões de óbitos e infectou 500 milhões de pessoas em todo o mundo, tornando-se uma das pandemias mais mortais da história. No Brasil, essa crise impactou diretamente a produção agrícola e industrial, resultando em uma crise generalizada.

Patterson e Pyle (1991) relatam que a pandemia devastou o mundo, em 1918, com a medicina científica da época que tinha pouco conhecimento sobre a influenza. As estatísticas de mortalidade foram subestimadas devido a problemas como registros ausentes e diagnósticos incorretos. A epidemia espalhou-se globalmente, facilitada pelo desenvolvimento dos transportes e pela Primeira Guerra Mundial. Tal cenário de mobilidade elevada contribuiu para a rápida disseminação do vírus, agravando ainda mais a situação econômica global.

No Brasil, a narrativa da imprensa de São Paulo, em 1918, examinada por Bertucci (2018), destacou a percepção histórica do perigo epidêmico e as nuances específicas dessa epidemia. Publicações elogiaram ou criticaram as iniciativas médico-governamentais e relataram ações de moradores para ajudar os doentes, evidenciando a solidariedade comunitária durante a crise. Essa resposta comunitária foi crucial para mitigar alguns dos impactos mais severos, mas não conseguiu evitar a disrupção generalizada da economia.

Correia et al. (2022) estudam o impacto das intervenções não farmacêuticas (NPIs) na mortalidade e na atividade econômica, durante a pandemia de gripe, de 1918. A aplicação rápida e rigorosa das NPIs reduziu o pico de mortalidade em 50% e a mortalidade cumulativa de 24 a 34%. Embora a pandemia tenha causado perturbações econômicas de curto prazo, elas foram semelhantes em cidades com NPIs rigorosos e brandos. As NPIs incluíram medidas como quarentenas, isolamento social e restrições de mobilidade. Essas intervenções não pioraram os resultados

econômicos a médio prazo, sugerindo que tais medidas podem ser eficazes em reduzir a transmissão de doenças sem afetar negativamente a atividade econômica de maneira duradoura.

Johnson e Mueller (2002) destacam que a pandemia de gripe de 1918-20 ocorreu em três ondas, começando na primavera/verão de 1918. As estatísticas de morbidade e mortalidade foram subestimadas devido a problemas como registros ausentes e diagnósticos incorretos. Estimativas históricas de mortalidade variam, com cálculos sugerindo entre 21,5 milhões e 50 milhões de mortes, possivelmente, subestimadas em até 100%. No Brasil, essa subestimação complica a avaliação completa dos impactos econômicos e sociais. A pandemia impactou significativamente a força de trabalho, com muitos trabalhadores adoecendo ou morrendo, o que resultou em uma escassez de mão de obra que, por sua vez, afetou a produção e a economia como um todo.

Knust et al. (2021) discutem o uso do Lysol como produto de higiene indicado nos manuais de enfermagem, durante a década de 1920, após a pandemia de Gripe Espanhola. A recomendação gerou discussões anos mais tarde, destacando a evolução das práticas de saúde e higiene. Esse exemplo ilustra como a pandemia influenciou mudanças nas práticas de saúde pública e nas políticas sanitárias, refletindo a necessidade de adaptação e aprendizado contínuo em resposta a crises sanitárias.

No Brasil, as medidas de quarentena e o medo do contágio reduziram o consumo, especialmente nos centros urbanos, impactando negativamente pequenos negócios. A inflação foi outro problema crítico, com o aumento no preço dos alimentos devido à desorganização do setor agrícola e às interrupções nas cadeias de fornecimento (JOHNSON E MUELLER 2002).

Segundo Bertucci (2018), o comércio internacional sofreu grandes disrupções devido ao fechamento de portos e restrições de transporte, o que prejudicou as exportações e importações, agravando a escassez de produtos essenciais. Além disso, os governos precisaram aumentar os gastos com saúde pública, pressionando ainda mais os orçamentos em uma época de recursos limitados.

Globalmente, o PIB caiu cerca de 5% a 10%, com economias como a dos Estados Unidos registrando uma queda de 6% no PIB e 18% na produção industrial.

Esses efeitos, tanto globalmente quanto no Brasil, contribuíram para uma desaceleração econômica significativa, agravando as dificuldades já existentes no pós-guerra, levando a um cenário de crise econômica prolongada em muitas regiões do mundo (BERTUCCI 2018).

4.4 IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA ECONOMIA

Nesta seção, são elencadas as principais repercussões econômicas da pandemia de COVID-19, conforme exposto pela literatura analisada. A epidemia de COVID-19, iniciada em dezembro de 2019, em Wuhan, na China, rapidamente se tornou um evento global com impactos econômicos e sociais significativos. Segundo Noy et al. (2020), a declaração de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em março de 2020, marcou o início de uma série de medidas de contenção que incluíram *lockdowns* e restrições de movimento, resultando em uma recessão econômica global sem precedentes desde a Segunda Guerra Mundial. A economia global contraiu 3,5%, em 2020, com desigualdades socioeconômicas acentuadas, especialmente, nas economias emergentes e em desenvolvimento.

Ferreira Junior e Rita (2020) analisam os impactos da COVID-19 na economia brasileira, identificando choques de oferta, demanda e financeiros. O estudo revelou que a pandemia expôs fragilidades econômicas como a queda nos preços do petróleo e *commodities*, perda de empregos, enfraquecimento da moeda e aumento da dívida pública. Além disso, a economia mundial contraiu 12%, entre janeiro e março de 2020. Contudo, o estudo também identificou oportunidades para políticas nas áreas de saúde e educação e um maior espaço para o debate sobre o estado empreendedor.

Silva e Lima (2021) destacam que, dezoito meses após a declaração da pandemia, o número de casos confirmados ultrapassava 200 milhões globalmente, com mais de 4 milhões de mortes. A América do Sul apresentou os números mais elevados de casos e mortes por milhão de habitantes, enquanto a Europa e a América do Norte tinham quase o dobro de pessoas completamente vacinadas em comparação com a América do Sul. Esse cenário evidenciou as disparidades regionais na resposta à pandemia e no acesso a vacinas.

Reyes Jr. et al. (2020) sublinham o conflito entre economia e saúde, no Brasil, durante a pandemia, propondo uma estrutura de gestão estratégica para respostas eficazes a problemas complexos no setor público. O estudo utilizou análises de

notícias para identificar cinco divisões de discurso: Pandemia, Legislativo, Pluralidade Social, Resposta Federal e Conflito. Constatou-se que o conflito teve origem em disputas políticas entre o governo federal e governadores estaduais, com saúde e economia sendo usadas como ferramentas no embate.

Rostirolla e Oliveira (2023), por sua vez, avaliam modelos econômicos e medidas de recuperação adotadas por diversos países durante a recessão causada pela COVID-19. A pesquisa aponta políticas de intervenção estatal, como transferências imediatas de renda, combate à pobreza extrema, apoio fiscal e tributário, e garantias de acesso ao crédito. O estudo sugere a necessidade de controle fiscal para conter o aumento da dívida pública e destaca a saúde como um bem público, requerendo uma estrutura estatal com consciência social.

Já Bomfim (2020) discute a incerteza sobre a origem exata da COVID-19 e as espécies que transmitiram o vírus aos humanos. O estudo destaca a importância de compreender a história natural da doença para definir intervenções, prognósticos e o curso da pandemia. Embora os dados sejam escassos e as publicações existentes controversas, a resposta global à pandemia, segundo o autor, incluiu medidas de saúde pública e intervenções econômicas para mitigar os impactos.

Bresser-Pereira (2020) argumenta que a depressão econômica causada pela COVID-19 poderia ter sido substancialmente reduzida se os Estados compensassem empresas e famílias afetadas pelas políticas de distanciamento social e confinamento. Ele propõe que os bancos centrais comprem novos títulos do tesouro para financiar esses gastos, evitando o aumento da dívida pública. Esse financiamento monetário, conforme o autor, não causaria demanda excessiva, aumento das importações ou crises de balanço de pagamentos, e ajudaria a estabilizar a economia.

Campos et al. (2022) observam que a função de reação fiscal, que mede a resposta do superávit primário à evolução da dívida pública, deteriorou-se significativamente, em 2020, devido às despesas com saúde e auxílios emergenciais. Essa deterioração fiscal reflete a necessidade de políticas fiscais robustas para enfrentar crises sanitárias e econômicas.

Gomes, Leles e Almeida (2022) analisam os impactos econômicos globais da implementação de *lockdown* durante a pandemia de COVID-19. A revisão sistemática mostra que a maior parte das previsões sobre os efeitos econômicos do *lockdown* estavam corretas, embora não pudessem ser generalizadas devido às variações na

gestão da medida e no comportamento populacional. Para eles, países com saídas econômicas positivas servem de exemplo para a administração de crises futuras.

Carvalho et al. (2021) buscam enfatizar que algumas empresas de e-commerce conseguiram manter um desempenho positivo durante a pandemia, preservando o faturamento apesar das projeções negativas. Tal exemplo ilustra como setores específicos podem se beneficiar economicamente durante crises sanitárias.

Magalhães e Cardoso (2020) realçam o alto desconhecimento sobre o SARS-CoV-2 e a rápida atualização das informações durante a pandemia. O Brasil foi severamente afetado, com estimativa de mais de 445 mil mortes e 980 mil infectados até aquele momento. A acurácia dos dados brasileiros foi questionada devido à possível subestimação dos casos e mortes, pois relativamente poucos testes foram realizados em comparação a outros países.

Silber (2020), por sua vez, discute a fragilidade econômica e financeira causada por choques exógenos como a COVID-19, que desorganizam a economia e criam um descompasso entre as necessidades econômicas e as ações possíveis do Estado. Destaca que a ação estatal não consegue alcançar todos os agentes econômicos, resultando em uma destruição irreversível de empresas, capital físico e humano.

Como se pode notar, a pandemia de COVID-19 ressaltou a importância de instrumentos políticos e econômicos bem-estruturados na mitigação dos impactos das pandemias e na promoção da recuperação econômica. O entendimento das respostas históricas e contemporâneas oferece lições valiosas para a formulação de estratégias mais eficazes para enfrentar futuras crises sanitárias e econômicas.

5 A PANDEMIA DE GRIPE ESPANHOLA E OS EFEITOS NA ECONOMIA BRASILEIRA

No início do século XX, o mundo estava passando por transformações significativas, tanto políticas quanto econômicas. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) havia devastado grande parte da Europa, causando milhões de mortes e deixando muitos países em estado de ruína econômica (GOULART, 2005). As consequências do conflito mundial não se limitaram aos campos de batalha, mas também afetaram a dinâmica global, influenciando diretamente as economias e as relações internacionais (EVANS, 1992).

O Brasil, apesar de sua localização geograficamente distante dos principais teatros de guerra, não ficou imune aos impactos do conflito (EVANS, 1992). A economia brasileira, fortemente dependente da exportação de *commodities* como o café, sofreu com as flutuações do mercado internacional e as restrições comerciais impostas pelo conflito (MEDEIROS; RODRIGUES, 2019). A demanda por produtos brasileiros flutuou, gerando incertezas econômicas internas.

Antes da pandemia de gripe espanhola, o Brasil estava em um período de recuperação econômica lenta e gradual, tentando restabelecer suas bases produtivas e comerciais. A sociedade brasileira, marcada por profundas desigualdades sociais e econômicas, enfrentava desafios significativos em termos de saúde pública e infraestrutura (MENDONÇA, 2008). A maioria da população vivia em condições precárias, sem acesso adequado a serviços de saúde, saneamento básico e habitação (GOULART, 2005).

Foi nesse contexto de fragilidade econômica e social que a Gripe Espanhola encontrou terreno fértil para se espalhar rapidamente pelo país. A pandemia, que começou em 1918, foi uma das mais mortais da história, infectando aproximadamente um terço da população mundial e resultando em dezenas de milhões de mortes (SOARES, 2020). No Brasil, a moléstia chegou por meio dos portos, trazida por navios que transportavam tanto mercadorias quanto passageiros infectados. A falta de um sistema de saúde robusto e de políticas públicas eficientes para controlar a disseminação da doença agravou a situação, levando a uma crise sanitária de grandes proporções (GOULART, 2005).

A chegada da Gripe Espanhola ao Brasil ocorreu em um momento em que o país ainda lidava com as repercussões da Primeira Guerra Mundial, o que complicou

ainda mais a resposta à pandemia. As cidades, especialmente, os grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo, tornaram-se focos de disseminação da doença, enfrentando altos índices de mortalidade e colapsos nos serviços de saúde (SOARES, 2020).

Dessa forma, a Gripe Espanhola não só exacerbou as dificuldades já existentes, mas também introduziu novos desafios, afetando profundamente todos os aspectos da vida social, econômica e política do país (EVANS, 1992). Este capítulo aborda como esses fatores se inter-relacionaram e influenciaram a trajetória da pandemia no Brasil, destacando os impactos diretos e indiretos no contexto brasileiro.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DA GRIPE ESPANHOLA

No período anterior ao surto da Gripe Espanhola, a Primeira Guerra Mundial afetou o Brasil, que dependia das exportações de café. Em 1917, a oferta caiu devido a um bloqueio naval britânico e à proibição da compra de cereais, para priorizar produtos essenciais, assim, otimizando o espaço nos navios (MENDONÇA, 2008). Para compensar a queda nos preços do café, milhões de sacas foram queimadas para manter um preço negociável. Além disso, houve dificuldades na importação de produtos europeus e o governo federal enfrentava as Guerras do Contestado (1912-1916), no Paraná e em Santa Catarina (DARÓZ, 2016).

O governo enfrentou greves trabalhistas, principalmente, promovidas por trabalhadores têxteis de São Paulo e Rio de Janeiro, motivadas pela fome e fatores econômicos como a política de exportação e o monopólio dos bancos estrangeiros (MENDONÇA, 2008). Durante a Primeira Guerra Mundial, pequenos artigos sobre a gripe apareceram nos jornais de agosto a setembro de 1918, mas não chamaram a atenção. Desde maio, uma epidemia, na Europa e África, inicialmente confundida com cólera, dengue e tifo, espalhava-se (KOLATA, 2002).

Somente em junho, chegou a Londres a informação de que a doença que se expandia pela Europa era a gripe e, em oito meses, ela mataria entre 50 e 100 milhões de pessoas, tornando-se um grande mistério médico. O nome "Gripe Espanhola" surgiu porque a Espanha, ao contrário de outros países, não escondia os danos causados pela epidemia. A origem do termo "espanhola" teve motivações políticas, ligadas à neutralidade da Espanha na Primeira Guerra Mundial e à simpatia de uma facção do governo espanhol pelos alemães. A atribuição do nome foi principalmente uma iniciativa britânica com um forte significado político (KOLATA, 2002).

Instituições, como a *Royal Academy of Medicine* de Londres, inicialmente, apoiaram a ocultação da doença. No entanto, em setembro de 1918, poucos acreditavam na teoria das origens espanholas. A censura militar restringiu a divulgação de notícias sobre o surto, especialmente, devido ao impacto nas forças armadas). Durante esse período, a censura militar foi amplamente aplicada, com muitos países restringindo a divulgação de notícias sobre a moléstia, principalmente, devido ao seu impacto nas forças militares, inicialmente, sendo conhecida como febre das trincheiras (MENDONÇA, 2008; D'AVILA, 1993).

D'Avila (1993) menciona que a disseminação da doença levou ao fracasso dos planos de batalha dos alemães na ofensiva de julho de 1918, resultando na renúncia do General Erich von Ludendorff, dois meses depois, em resposta às críticas recebidas. Mendonça (2008) relata que a Gripe Espanhola, também chamada de *La Dansarina*, gripe pulmonar ou peste pneumônica, matou milhões de pessoas, especialmente jovens, foi causada pela virulência incomum da cepa do vírus influenza A, subtipo H1N1 (KOLATA, 2002).

Embora as origens geográficas da doença sejam desconhecidas, os primeiros casos nos EUA ocorreram no Texas, em março de 1918, e em Nova Iorque, uma semana depois. Em abril, a gripe chegou à Europa, espalhando-se por França, Grã-Bretanha e América do Norte, e atingindo Grécia, Espanha e Portugal, em maio, Dinamarca e Noruega, em junho, e Países Baixos e Suécia, em agosto (MENDONÇA, 2008).

A primeira onda de gripe terminou em setembro, sendo altamente contagiosa, mas causando poucas mortes. A segunda onda começou em agosto e atingiu o pico de setembro a novembro, em pleno outono no Hemisfério Norte, sendo muito mais virulenta e afetando a Europa, os EUA, a Índia, o Sudeste Asiático, o Japão, a China, a África e a América Latina (MENDONÇA, 2008).

A terceira e última onda começou em fevereiro de 1919 e terminou em maio de 1920. A pandemia afetou cerca de 50% da população mundial, matando entre 20 e 40 milhões de pessoas, superando as mortes da Primeira Guerra Mundial (15 milhões). Foi classificada como a pandemia mais grave e o pior conflito de doenças infecciosas da História (KOLATA, 2002).

Enquanto a Gripe Espanhola se espalhava pela Europa, no Rio de Janeiro, as notícias sobre a doença eram ignoradas ou tratadas com desprezo, com uma estranha

sensação de imunidade. Um artigo da Careta, n. 537, mostra por meio de evidências anedóticas que a sociedade estava mal-informada sobre a ameaça:

A gripe espanhola e os perigos do contágio - estima-se que esta doença foi uma criação dos alemães que a espalharam pelo mundo, através dos seus submarinos, passaram pelos hospitais de frente dos oficiais, marinheiros e médicos da esquadra, que partiram há um mês, apanhá-los pelo caminho e ser vítima da traiçoeira criação bacteriológica dos alemães, porque, em nossa opinião, a misteriosa doença foi fabricada na Alemanha, carregada de virulência por sabe-tudo teutônico, engarrafada e depois distribuída por submarinos responsáveis, espalhando as garrafas perto das costas dos países aliados, para que, levadas pelas ondas até as praias, as garrafas recolhidas por inocentes espalhassem o terrível morbus por todo o universo, obrigando assim os neutros a permanecerem neutros (BERTUCCI, 2002, p. 101).

A citação anterior sublinha as críticas políticas à lentidão do governo brasileiro em se envolver na Primeira Guerra Mundial. A participação do Brasil, iniciada após os ataques a navios brasileiros, em 1917, e novamente, em 1941, foi considerada crucial para proteger a soberania, autonomia e grandeza do país, exigindo uma presença militar significativa para defesa (EVANS, 1992).

Essa análise destaca a condenação da sociedade à desinformação sobre a Gripe Espanhola, enquanto revela o medo público de que medidas de saúde possam ser usadas para restabelecer políticas coercitivas. As epidemias frequentemente causam agitação social e política devido à reação ao controle rigoroso das autoridades e aos preconceitos associados a essas medidas. (EVANS, 1992).

Kolata (2002) observa que o combate à doença inicialmente serviu de pretexto para intervir na vida das pessoas, segundo jornalistas, da população e opositores do governo de Vaclav Blaz. As epidemias sempre foram influenciadas por fatores políticos e sociais, afetando populações de maneiras diversas e provocando diferentes reações. Goulart (2005) observa que o Brasil acompanhou a doença de longe pelos jornais e, devido à distância da Europa, a população brasileira demonstrou menos interesse em comparação com a espanhola, já que não estava espalhada por todo o território.

Contrariando previsões otimistas, a gripe entrou no Brasil em setembro de 1918, quando uma divisão da Marinha retornou de Dakar após uma patrulha do Atlântico Sul. No primeiro momento, mais de 100 marinheiros morreram, o mesmo número de brasileiros mortos na Primeira Guerra Mundial (SOUZA, 2015).

A propagação da gripe no Brasil foi atribuída a navios que atracaram em portos do Nordeste, como o britânico Demerara, que esteve em Recife e Salvador em

setembro. Em pouco tempo, a gripe atingiu diversas cidades do Nordeste e, no final de outubro, quase todas as principais cidades, incluindo Rio de Janeiro e São Paulo. Chegou à Amazônia em novembro, causando êxodo nos centros urbanos por medo de contágio (GOULART, 2005).

Sem conhecer um tratamento para prevenir a infecção, as autoridades recomendaram evitar multidões. Durante a pandemia, houve mais de 35 mil mortes no Brasil, com o Rio de Janeiro registrando o maior número. Em dois meses, cerca de 12.700 pessoas morreram na cidade, que tinha uma população de aproximadamente 1 milhão de habitantes (SOUZA, 2015).

Goulart (2005) relata que, em meados de outubro, o diretor da Direção-Geral de Saúde Pública, Carlos Seidl, admitiu a impossibilidade de controlar a gripe, paralisando as cidades. Universidades, quartéis e fábricas cessaram operações e houve escassez de alimentos, remédios, camas e caixões. A pedido do Presidente da República, Carlos Chagas liderou o combate, estabelecendo 27 postos de atendimento na capital federal (SOUZA, 2015).

Goulart (2005) também aponta que São Paulo, com 470 mil habitantes, registrou 5.328 mortes, entre outubro e dezembro, levando muitos a irem para o interior. Recife, com 218 mil habitantes, teve 1.250 mortes em outubro. Porto Alegre, com 140 mil habitantes, registrou 1.316 mortes e criou um cemitério específico para as vítimas. Salvador teve a menor taxa de mortalidade, com 386 mortes entre 130 mil casos em uma população de 320 mil.

Embora a moléstia tenha afetado todas as classes sociais, a maioria das vítimas foi das classes mais baixas e indigentes. A doença matou até o presidente eleito Rodríguez Alves, que não tomou posse em 15 de novembro de 1918 e faleceu em janeiro de 1919 (SOUZA, 2015).

5.2 A CAFEICULTURA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A ECONOMIA

Para compreender a história econômica do Brasil, é essencial entender os ciclos econômicos e sua relação com o contexto político e social. Isso requer revelar as origens das fontes de renda em cada período e identificar os produtos e regiões envolvidos na exploração em cada ciclo (MEDEIROS; RODRIGUES, 2019). Os produtos comerciais como açúcar, algodão, cacau, fumo, borracha, ouro, erva-mate e charque são fundamentais na história econômica do Brasil, mas o café se destaca entre eles (FURTADO, 1968).

Taunay (1934) ressalta que o café teve impactos não apenas econômicos, mas também políticos e socioculturais. Seu cultivo promoveu a transição do trabalho escravo para o assalariado, impulsionou a imigração europeia para as plantações de café e contribuiu para a industrialização e migração interna no Brasil.

Segundo dados da ABIC e do Ministério da Agricultura, o Brasil é um importante produtor e consumidor de café, representando 32% do mercado mundial, com uma média de consumo de 4,89 quilos por habitante, sendo o segundo maior consumidor depois dos Estados Unidos. Com cerca de 287 mil produtores em 15 estados, o setor cafeeiro brasileiro gera mais de 8 milhões de empregos (MEDEIROS; RODRIGUES, 2019).

Os dados atuais evidenciam a relevância do café para a economia brasileira. No entanto, entender sua história nacional sugere que muitos avanços econômicos, políticos e sociais derivam do sucesso da "economia de ciclo do café", que teve início em torno de 1825. Naquela época, o Brasil assumiu uma posição proeminente no comércio internacional de café devido à crise política no Haiti, o maior produtor naquele momento (FURTADO, 1968).

Gremaud aponta ainda que:

Por outro lado, alguns outros setores se beneficiaram diretamente do esquema de valorização do café. Podemos destacar os próprios importadores estrangeiros do produto que se beneficiaram com a intervenção, já que esta valorizou os estoques que eles possuíam. O controle que parte destes importadores conseguiu na operacionalização do plano também conferiu a estes ganhos importantes, em detrimento não apenas dos consumidores, mas também dos produtores. Finalmente, o financiamento do plano gerou ganhos para os banqueiros que dele participaram, já que nenhum default ao longo da República foi efetuado. Deste modo, a intervenção envolvia um conjunto de interesses bem mais complexo do que apenas o dos produtores paulistas (GREMAUD, 1997, p. 54).

Furtado (1968) destaca que o café foi crucial para a economia brasileira, impulsionando o crescimento econômico e o desenvolvimento das regiões cafeeiras, especialmente Minas Gerais e São Paulo, durante a era republicana. Os recursos do café aceleraram o desenvolvimento do Brasil e sua inserção na economia global.

É crucial entender os alicerces da produção cafeeira no Brasil até o final do século XIX, especialmente seu desenvolvimento inicial no Vale do Paraíba. No início do século XIX, o café começou a superar a cana-de-açúcar como principal cultura agrícola no Rio de Janeiro, impulsionando o Brasil a se tornar o maior produtor mundial de café, destacando-se a produção no Vale do Paraíba (SILVA, 1978).

O café foi essencial para a economia do Império brasileiro, superando a renda do açúcar em 1,7 vezes, segundo Taunay (1939, Volume IV). Entre 1830 e 1860, suas exportações aumentaram em 500%, evidenciando o rápido avanço da indústria cafeeira no país durante o século XIX. Esse crescimento refletiu a crescente importância do café na economia brasileira (FURTADO, 1968). O café, principal riqueza do Brasil no século XIX e início do século XX, impulsionou a transição do trabalho escravo para o assalariado, fortaleceu a classe média e iniciou a industrialização (TAUNAY, 1934). A estratégia de estocagem durante a guerra levou à busca por esquemas de securitização e redesconto pelo Banco do Brasil (GREMAUD, 1997, p.56).

Sallum Júnior (1982) observa que, apenas nas últimas décadas do século XIX e na virada do século XX, a cafeicultura ganhou maior dinamismo social e econômico, tornando-se o núcleo central da economia brasileira e moldando a sociedade, especialmente, no estado de São Paulo. Os ciclos econômicos anteriores ao café dependiam do trabalho escravo, mas esse modelo não atendia às necessidades da cafeicultura, que exigia uma mão de obra constante e específica. Segundo Furtado (1987) e Prado Júnior (1981), apesar das pressões políticas e sociais da época, o trabalho escravo não era adequado para a cultura cafeeira, pois a demanda por trabalhadores variava conforme o processo de produção.

Sallum Júnior (1982) argumenta que a mão de obra nas propriedades agrícolas não dedica sua capacidade máxima ao cultivo, revelando um desequilíbrio entre capacidade e força de trabalho. Durante a colheita, toda a mão de obra deve ser mobilizada, incluindo assentados e trabalhadores contratados sazonalmente para atividades específicas, destacando-se a qualidade da mão de obra utilizada no cultivo do café.

A mão de obra para a cafeicultura exigia melhores qualificações e experiência na gestão de terras, tornando os imigrantes europeus a melhor opção. Eles possuíam experiência agrícola e, frequentemente, as ferramentas necessárias. Assim, as famílias imigrantes foram empregadas pelos produtores de café, com seus membros tornando-se colonos ou trabalhadores (SILVA, 1978).

O ciclo do café impulsionou a migração e transformou a cultura brasileira, pois os colonos e trabalhadores imigrantes, ao se estabelecerem, adotaram aspectos da cultura local e incorporaram elementos de suas próprias culturas, contribuindo para o multiculturalismo brasileiro (FURTADO, 1968). O reconhecimento dos benefícios da

economia do café impulsionou sua expansão, levando à mecanização parcial do processo produtivo e à construção de ferrovias para facilitar o transporte e escoamento da produção. Empresas exportadoras e redes bancárias financiaram e ampliaram a produção, alcançando milhões de sacas anualmente (FURTADO, 1968).

Os trabalhadores assalariados impulsionaram o consumo, enquanto os produtores de café investiram parte de seus rendimentos, criando as bases para o mercado interno e a industrialização inicial do Brasil. Os salários dos trabalhadores no setor exportador foram essenciais para esse desenvolvimento (SILVA, 1978).

Izepão (2008) argumenta que, diante da inacessibilidade dos bens importados à maioria devido aos altos preços, os produtores de café direcionaram seus esforços para a indústria de bens de consumo, visando capturar parte dos lucros do comércio externo. Assim, a economia cafeeira impulsionou a revitalização dos centros urbanos, à medida que os grandes produtores se afastaram das plantações para atuarem como agentes de exportação.

O cultivo do café no Brasil, especialmente, no centro-sul, estava redefinindo o cenário econômico e político. Apesar de impulsionar o crescimento inicial, o ciclo do café enfrentava desafios como a superprodução e queda nos preços, devido a crises econômicas e aumento da concorrência internacional. Isso altera a dinâmica do mercado e influencia a economia do país (IZEPÃO, 2008).

Desde a era dourada do Vale do Paraíba, São Paulo já despontava como uma província em crescimento na cafeicultura. O fortalecimento desse setor demandava infraestruturas essenciais, principalmente, em transporte, como ferrovias e portos. A expansão do cultivo de café em São Paulo ocorreu muito devido à necessidade de novas áreas produtivas, impulsionando o desenvolvimento de rotas para o oeste paulista ao longo das décadas (FURTADO, 1968). No auge do Vale do Paraíba, São Paulo prosperava na cafeicultura, impulsionando a necessidade de infraestrutura, como ferrovias e portos. A expansão para o oeste paulista ocorreu devido à busca por novas áreas produtivas, levando ao desenvolvimento de rotas nessa direção, ao longo das décadas (FURTADO, 1968).

A persistência da agricultura como missão econômica do Brasil atravessou séculos, desde o período colonial até a independência em 1822. Nesse contexto, a economia permaneceu voltada para a exportação, influenciada pela dinâmica capitalista da Europa e da América do Norte. Essa realidade moldou a formação econômica do Paraná (SILVA, 1978). Silva (1978) destaca que, ao final do século XVI,

a economia inicialmente baseava-se nas atividades mineiras e, posteriormente, nas indústrias tropelista, herbácea e madeireira. O cultivo do café teve início na década de 1930, sendo vital para a expansão territorial e populacional até os anos 1960. A Primeira Guerra Mundial facilitou o crescimento da atividade cafeeira no Paraná.

Nessa época, o Brasil, especializado na produção de café, enfrentou dificuldades devido à queda dos preços e à pressão sobre o governo federal. A crise de 1929 agravou a situação, levando a políticas para valorizar os produtos. A década de 1930 marcou a expansão do cultivo do café em território nacional, buscando desenvolver o mercado interno e substituir produtos importados pela produção nacional paranaense (SILVA, 1978).

O cultivo do café no Paraná diferenciou-se das regiões tradicionais do Brasil, ausente de escravidão e grandes fazendas. Teve início no final do século XIX, em São Pedro Alcântara e na Colônia Mineira. Essa cultura expandiu-se para o norte paranaense, incluindo Londrina e Maringá, moldando a economia regional. O cultivo do café teve influência do capital internacional, diferindo das origens dos latifúndios paulistas. A presença estrangeira, como a Companhia de Terras Norte do Paraná, foi crucial. A empresa optou pela alocação de terras, abandonando o projeto inicial que era o algodão (IZEPÃO, 2008).

5.3 EFEITOS DIRETOS DA PANDEMIA DE GRIPE ESPANHOLA NO BRASIL

Considerando o contexto econômico brasileiro, neste capítulo, aprofunda-se a identificação e a análise dos efeitos diretos da pandemia de Gripe Espanhola no país. No Brasil, a doença propagou-se rapidamente, especialmente, na região sudeste, que apresentou alta mortalidade. Barry (2020) destaca que a falta de divulgação precoce e de medidas de controle, aliadas às más condições de vida, resultaram em consequências graves. As medidas de quarentena e fechamento de empresas foram implementadas tardiamente, gerando isolamento e falta de bens essenciais. Esse atraso resultou em pânico generalizado e afetou diversos setores, incluindo economia, política e saúde, perturbando a sociedade brasileira (VELDE, 2020).

Os trabalhadores enfrentavam baixos salários, condições precárias e acesso limitado à assistência médica, fatores que contribuíram para a rápida propagação da Gripe Espanhola. Além disso, a alta densidade populacional em áreas urbanas e a

falta de saneamento básico adequado exacerbavam a disseminação do vírus (Barry, 2020).

Em geral, conforme Barro et al. (2020), os países sofreram, em média, um declínio de 6-8% no PIB. Vale destacar que as cidades americanas que implementaram o distanciamento social conseguiram acelerar o crescimento pós-pandemia (CORREIA, LUCK E VERNER, 2020). Neufeld (2020) observa que a pandemia afetou principalmente adultos em idade ativa, com cerca de 29% das mortes, em 1918, ocorrendo na faixa etária de 20 a 50 anos. A mortalidade infantil foi de aproximadamente 16%, enquanto as mortes em pessoas com mais de 50 anos representaram cerca de 6%.

Pandemias, como a da Gripe Espanhola, desencadeiam impactos econômicos significativos ao afetar tanto a oferta quanto a demanda. O aumento de doenças e mortes desestabiliza a oferta de trabalho, levando a gargalos produtivos (CORREIA, LUCK E VERNER, 2020). As restrições sociais e econômicas levam a uma escassez de bens e serviços, resultando em aumentos de preços devido à falta de mão de obra. A incerteza econômica gera postergação da demanda, impactando os mercados de maneira desigual (VELDE, 2020).

Eichenbaum et al. (2020) argumenta que as epidemias afetam negativamente tanto a oferta quanto a demanda econômica. A exposição dos trabalhadores ao vírus reduz a oferta de mão de obra, enquanto o medo do contágio restringe a demanda, diminuindo a atividade econômica. Também impacta o investimento privado, com empresários adiando ou abandonando operações comerciais devido à incerteza. A produção industrial é afetada de forma desigual, dependendo da importância dos produtos. Aspectos financeiros, como empréstimos bancários, também são ineficazes durante a incerteza econômica (EICHENBAUM et al., 2020; VELDE, 2020).

Voltando mais especificamente aos efeitos da pandemia de Gripe Espanhola no Brasil, quando a doença começou a se espalhar, as autoridades estaduais tentaram conter o surto em setembro de 1918, especialmente, nas cidades portuárias de Salvador e Recife. No entanto, a falta de estratégias e recursos adequados dificultou o controle do surto pela população e pelas unidades de saúde (SOARES, 2020). Correia, Luck e Verner (2020) e Soares (2020) descrevem campanhas para reduzir os horários de trabalho e permitir o afastamento dos doentes, dados a falta de equipamentos de proteção e o desconhecimento sobre o vírus. O surto também levou

ao fechamento de portos, transportes e serviços públicos, afetando gravemente a economia (VELDE, 2020).

Em São Paulo, a pressão sobre os serviços de saúde cresceu rapidamente. Em 25 de outubro de 1918, foram registradas 2.241 novas infecções, e, em apenas cinco dias, esse número subiu para cerca de 4.500 infectados (SOARES, 2020). A rápida escalada dos casos evidenciou a insuficiência das medidas tomadas para conter a pandemia (SOUZA, 2015).

Além disso, as condições de vida precárias em favelas e cortiços, comuns em grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, contribuíram significativamente para a rápida propagação do vírus. As aglomerações nos transportes públicos, mercados e locais de trabalho aumentaram a vulnerabilidade das populações urbanas (BARRY, 2020). Segundo Goulart (2005), "a gripe espanhola causou grande impacto nas áreas urbanas densamente povoadas, onde a falta de infraestrutura básica facilitou a disseminação do vírus".

A pandemia também trouxe à tona desigualdades sociais preexistentes. As classes mais baixas, que viviam em condições de maior vulnerabilidade, foram as mais afetadas. Em contraste, as classes mais altas conseguiram se isolar mais facilmente e tiveram melhor acesso a cuidados médicos (GOULART, 2005). Segundo Souza (2015), "a gripe espanhola evidenciou a profunda desigualdade social no Brasil, com os mais pobres sofrendo as consequências mais severas da pandemia".

As respostas governamentais foram marcadas por esforços de última hora para mitigar os danos. Em algumas cidades, foram criados hospitais de campanha e implementadas medidas de desinfecção em espaços públicos. No entanto, a falta de coordenação central e a escassez de recursos limitaram a eficácia dessas ações (SOUZA, 2015). Damacena Neto (2020) destaca que "as medidas de isolamento social e higiene pública adotadas pelo governo foram insuficientes para conter a rápida disseminação do vírus, devido à falta de recursos e planejamento".

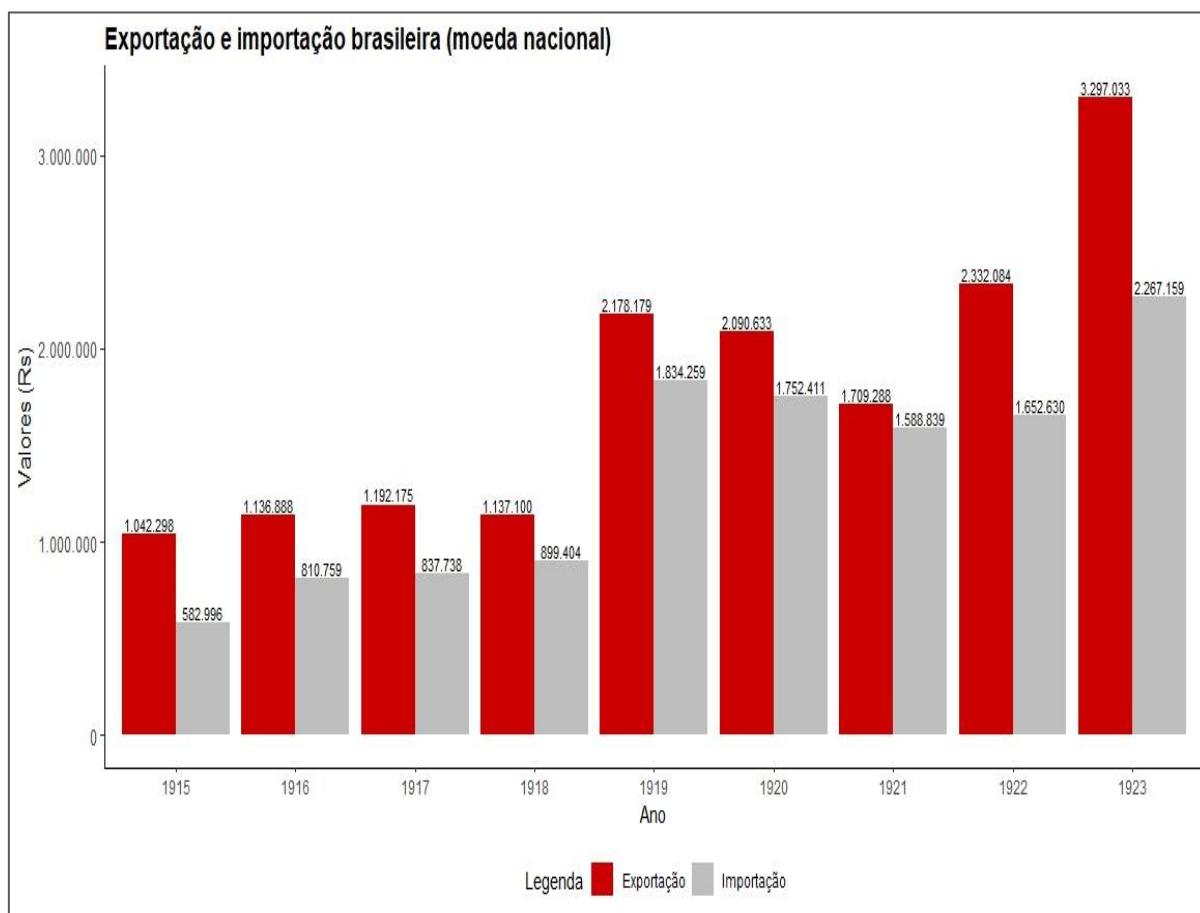
A pandemia também teve efeitos psicológicos profundos na população. O medo do contágio e a alta mortalidade geraram um clima de ansiedade e desespero. Muitas famílias perderam entes queridos e enfrentaram dificuldades econômicas adicionais devido à perda de renda e aos custos médicos (DAMACENA NETO, 2020).

5.4 EFEITOS INDIRETOS DA PANDEMIA DE GRIPE ESPANHOLA NO BRASIL

Pandemias, como a de Gripe espanhola, deixam impactos duradouros em diversas áreas da sociedade, incluindo os campos social, político, econômico, sanitário e civil, exigindo esforços de recuperação subsequentes (JOHNSON; MÜLLER, 2002). A análise dos efeitos indiretos da moléstia na economia brasileira envolve a importação/exportação e as relações comerciais internacionais, como demonstrado na Figura 2, com dados estatísticos históricos do País do período de 1915 a 1923, que abrangem três anos anteriores, durante e posteriores à pandemia (BRASIL, 1990).

A Figura 2 mostra que, com exceção de 1920, houve um superávit na exportação em relação à importação. Em 1919, durante a pandemia, as exportações cresceram significativamente, atingindo 2.178.179 réis, enquanto as importações foram de 1.834.259 réis (BRASIL, 1990). Isso sugere que, apesar dos desafios impostos pela Gripe Espanhola, a economia brasileira conseguiu manter um equilíbrio favorável na balança comercial. Em 1920, as importações superaram as exportações, refletindo os impactos econômicos da pandemia, mas a recuperação foi rápida, como evidenciado pelo retorno ao superávit em 1921 (BRASIL, 1990).

Figura 2 - Exportação e importação brasileira (moeda nacional)

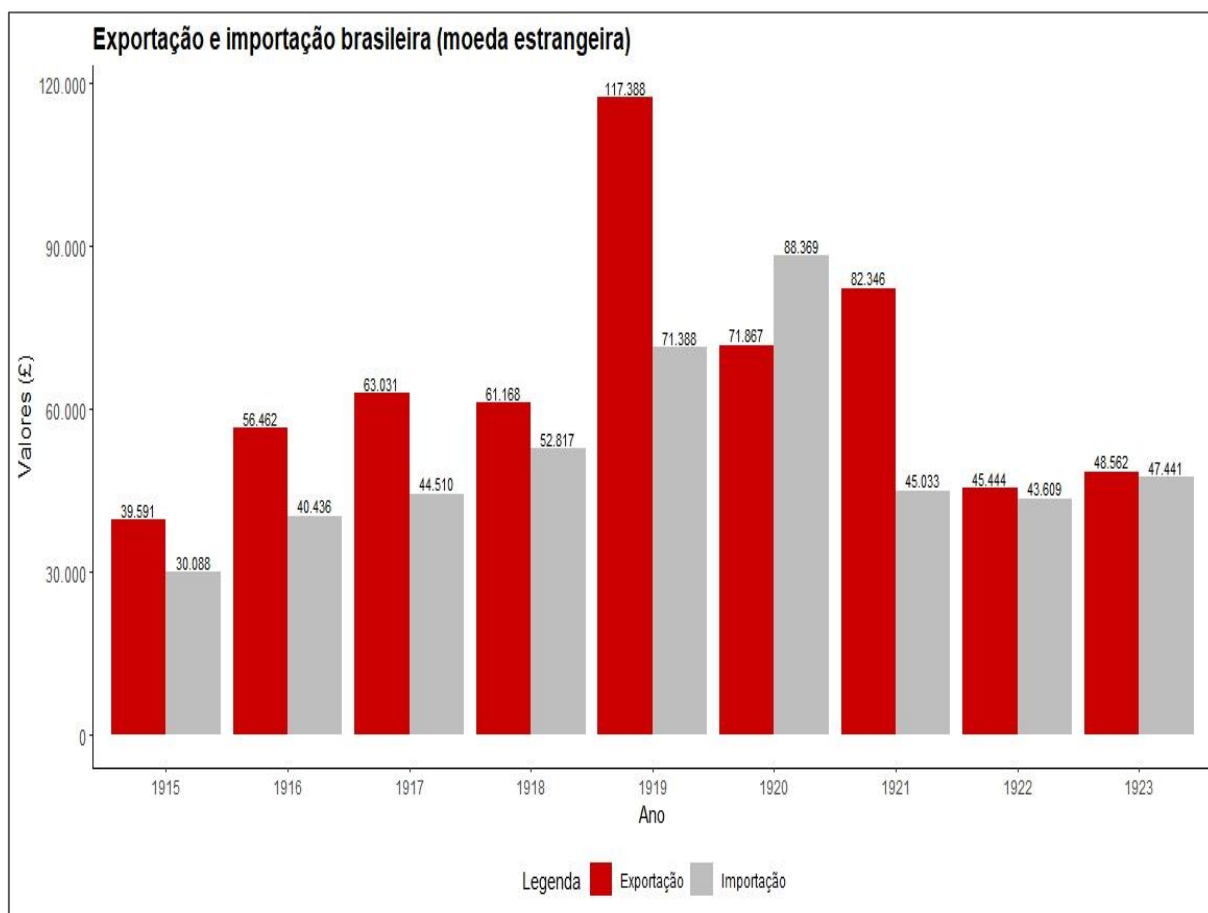


Nota: Valores apresentados em contos de réis.

Fonte: Brasil (1990).

A Figura 3, por sua vez, quantifica esses dados em libras-ouro. Observa-se que, em 1919, durante a pandemia, as exportações em libras-ouro também cresceram significativamente, alcançando 462.286 libras, enquanto as importações foram de 389.007 libras (BRASIL, 1990). Esse aumento nas exportações sugere que, apesar dos desafios econômicos e sanitários, o Brasil conseguiu sustentar suas exportações, refletindo a resiliência de sua economia agrícola, particularmente no setor cafeeiro. Em 1920, nota-se novamente que as importações superaram as exportações, com uma recuperação visível em 1921, quando o superávit comercial foi restabelecido (BRASIL, 1990).

Figura 3 - Exportação e importação brasileira (moeda estrangeira)

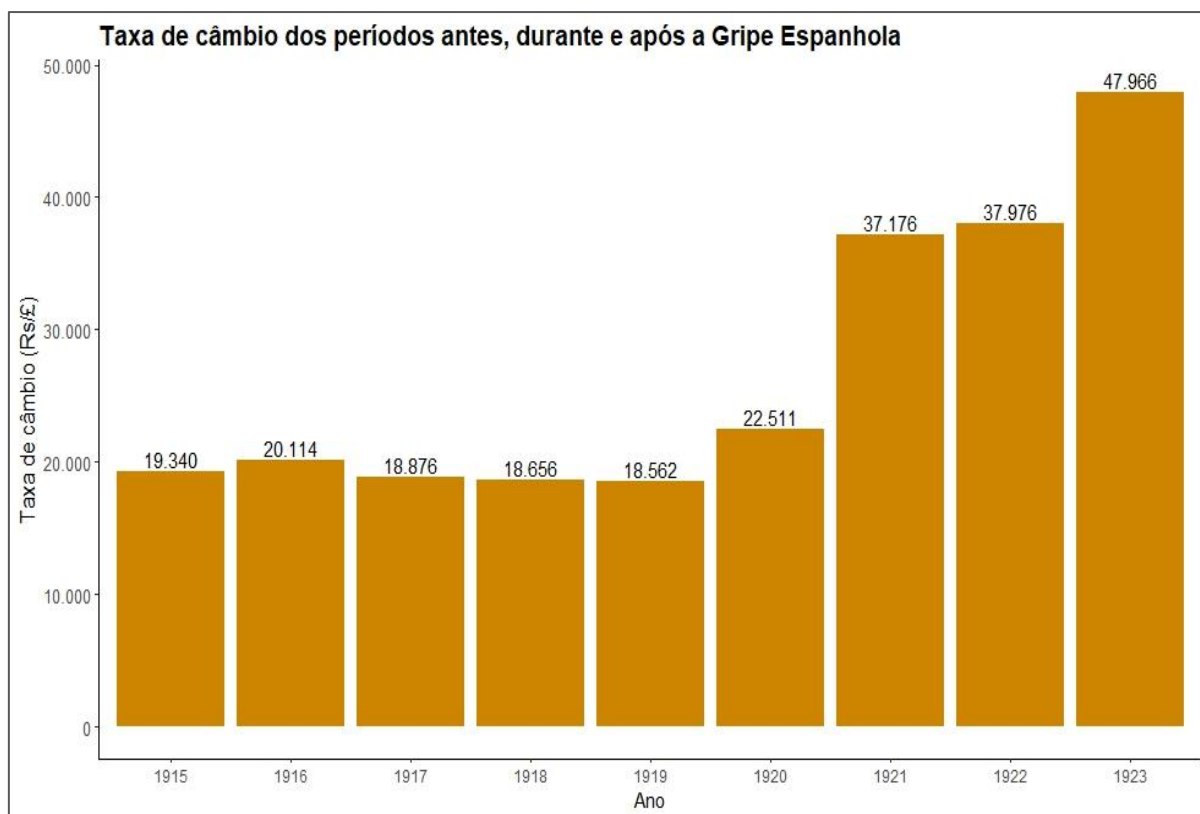


Nota: Valores apresentados em libra-ouro.
Fonte: Brasil (1990).

Os dados sobre a taxa de câmbio são cruciais para entender a situação econômica brasileira durante e após o período pandêmico. Antes da pandemia, a taxa de câmbio entre os réis brasileiros e a libra esterlina apresentou pouca variação significativa, mantendo-se estável entre 1915 e 1917. No entanto, em 1918 e 1919, a taxa de câmbio diminuiu ligeiramente, atingindo 18.562 réis por libra, em 1919 (BRASIL, 1990).

Durante os anos de recuperação, houve um aumento exponencial na taxa de câmbio, passando para 22.511 réis por libra, em 1920, e chegando a 47.966 réis por libra, em 1923. Esse aumento significativo indica uma desvalorização da moeda brasileira, refletindo as recuperações econômicas aceleradas em ambos os países após os efeitos devastadores da pandemia (BRASIL, 1990). Observe-se a figura a seguir:

Figura 4 - Taxa de câmbio dos períodos antes, durante e após a Gripe Espanhola.



Nota: Valores apresentados em libra-ouro.

Fonte: Brasil (1990).

Os dados de importação e exportação com países como Alemanha, Canadá, Grã-Bretanha, Japão, Bélgica, França, Itália, Argentina, Estados Unidos, Holanda e Suécia foram analisados para entender os efeitos indiretos da doença na economia brasileira. Os dados são apresentados na Tabela 1.

Até o ano de 1919, a Alemanha Ocidental não tinha relações comerciais significativas com o Brasil. A partir de 1919, observa-se um aumento significativo tanto na exportação quanto na importação, com exportações atingindo 701.497 libras-ouro e importações de 201.033 libras-ouro. Em 1920, tanto as exportações quanto as importações aumentaram ainda mais, mas as exportações começaram a diminuir nos anos seguintes, enquanto as importações mantiveram-se relativamente altas até 1923, quando superaram as exportações (BRASIL, 1990).

O Canadá apresentou um padrão diferente, com importações sempre superiores às exportações. Em 1920, no último ano da pandemia de Gripe Espanhola, houve um pico significativo nas importações (704.612 libras-ouro) em comparação às exportações (118.860 libras-ouro), seguido por uma redução gradual nos anos subsequentes (BRASIL, 1990).

A Grã-Bretanha manteve um equilíbrio entre exportação e importação nos anos anteriores à pandemia, mas, após 1918, a importação de matéria-prima aumentou significativamente, especialmente, em 1920. No Japão, houve um aumento acentuado nas importações, de 1918 a 1920, seguido por uma queda significativa nos três anos seguintes, evidenciando flutuações comerciais severas durante e após a pandemia (BRASIL, 1990).

A Bélgica, durante a pandemia, viu suas exportações superarem as importações em 1919 e 1920. No entanto, os anos seguintes não mostraram um padrão claro. França e Itália mantiveram relações comerciais constantes, com o Brasil exportando mais do que importando em períodos específicos. A França destacou-se em 1919, 1920 e 1923, enquanto a Itália teve seus picos em 1917, 1918 e 1920 (BRASIL, 1990).

Os Estados Unidos registraram o maior superávit comercial entre os países analisados, com exportações significativamente maiores que as importações na maioria dos anos. Em 1919, os EUA tiveram o maior superávit, e o período pós-gripe espanhola mostrou uma recuperação das exportações em relação às importações (BRASIL, 1990).

A Holanda e a Suécia também registraram uma predominância de exportações sobre importações na maioria dos anos. No entanto, a Holanda não registrou exportações em 1918, e a Suécia teve um equilíbrio menos consistente, com importações mais altas em 1917 e 1918, mas com recuperação das exportações em 1919 e nos anos seguintes (BRASIL, 1990).

Tabela 1 - Intercâmbio comercial brasileiro com principais parceiros (1915-1923).

		Alemanha Ocidental (RFA)		Canadá		Grã-Bretanha	
		Intercâmbio comercial (££)		Intercâmbio comercial (££)		Intercâmbio comercial (££)	
Anos	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Importação
1915	----	----	1 077	245 353	6 475 698	6 596 897	
1916	----	----	2 979	268 692	6 493 249	8 228 784	
1917	----	----	----	236 668	7 811 815	7 979 264	
1918	----	----	184 857	222 922	6 168 829	10 783 721	
1919	701 497	201 033	22 002	253 487	9 483 666	12 737 126	
1920	6 184 210	5 875 913	118 860	704 612	8 759 398	27 197 417	
1921	5 569 531	4 864 004	70 788	569 629	4 073 912	12 336 595	
1922	4 203 335	4 309 270	83 404	336 661	6 811 535	12 544 534	
1923	4 139 051	5 272 469	74 543	431 191	5 120 797	13 427 738	
		Japão		Bélgica		França	
		Intercâmbio comercial (££)		Intercâmbio comercial (££)		Intercâmbio comercial (££)	
Anos	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Importação
1915	----	10 759	----	51 777	6 031 852	1 486 525	
1916	7	23 321	----	57 959	8 899 577	2 095 378	
1917	21 328	72 321	----	22 191	8 325 754	1 785 118	
1918	14 977	326 226	323 434	-	5 564 065	2 518 993	
1919	20 181	500 624	4 740 757	110 132	27 267 743	2 967 405	
1920	18 675	591 806	2 884 406	2 207 116	12 850 008	6 847 672	
1921	10 969	221 326	1 454 815	2 455 900	5 797 604	3 775 263	
1922	16 419	77 466	1 935 992	1 553 076	7 571 592	2 895 658	
1923	22 411	88 573	1 912 695	1 913 253	9 084 397	3 262 288	
		Itália		Argentina		Estados Unidos	
		Intercâmbio comercial (££)		Intercâmbio comercial (££)		Intercâmbio comercial (££)	
Anos	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Importação
1915	1 662 748	1 323 013	2 692 439	4 786 028	22 149 556	9 651 305	
1916	3 401 060	1 410 597	3 393 699	5 675 425	25 831 905	15 840 605	
1917	4 853 614	878 005	5 707 387	5 791 925	28 013 136	21 065 302	
1918	6 421 278	1 126 521	9 296 626	10 020 245	21 287 015	18 984 413	
1919	3 821 439	1 067 111	5 836 881	12 032 250	54 079 947	37 412 191	
1920	7 826 860	3 079 707	7 093 995	10 544 889	44 987 187	51 939 093	
1921	3 810 106	1 760 198	3 847 852	6 902 798	21 664 607	19 147 865	
1922	3 743 771	1 886 508	4 694 198	6 737 686	26 456 544	11 081 624	
1923	4 743 477	1 987 832	3 942 986	6 196 424	30 292 731	11 238 827	
		Holanda		Suécia			
		Intercâmbio comercial		Intercâmbio comercial			

Anos	(££)		(££)	
	Exportação	Importação	Exportação	Importação
1915	3 369 821	206 807	4 775 722	265 436
1916	1 684 819	241 562	1 531 800	526 482
1917	320 347	46 397	77 674	398 069
1918	-----	63 093	290 179	498 152
1919	4 090 386	314 190	3 337 429	879 024
1920	3 011 097	639 853	1 788 450	1 475 988
1921	4 164 541	523 044	961 594	334 592
1922	3 892 002	738 587	1 410 420	444 698
1923	4 115 379	536 716	1 511 679	460 196

Nota: Valores apresentados em libra-ouro

Fonte: Brasil (1990)

Ao observar os valores de comercialização do café brasileiro, percebe-se que o período de menor valor de exportação foi em 1915, com exportações atingindo 6,10 milhões de libras. Em 1916 e 1917, os valores subiram para 7,80 e 7,70 milhões de libras, respectivamente, mantendo-se relativamente estáveis. No primeiro ano da pandemia de Gripe Espanhola, isto é, em 1918, o valor das exportações de café foi de 8,20 milhões de libras, seguindo a tendência de estabilidade dos anos anteriores (BRASIL, 1990).

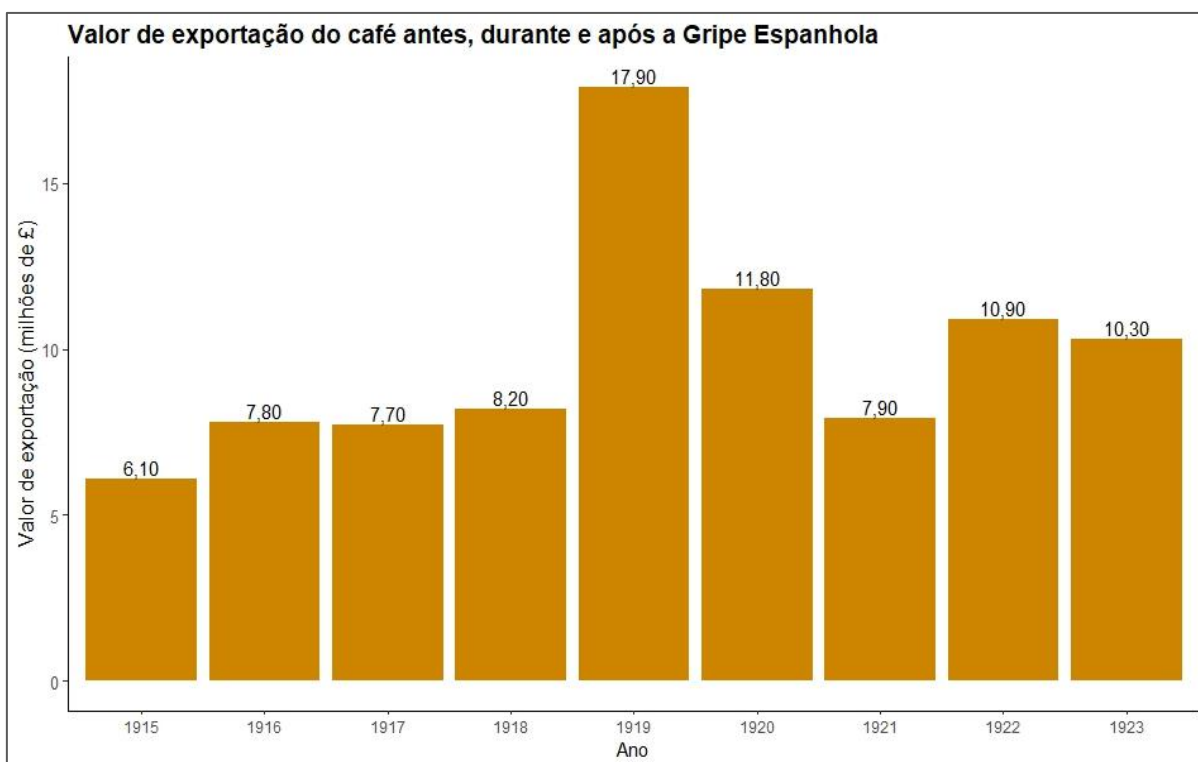
No entanto, o ano de 1919 se destacou com um aumento significativo no valor das exportações de café, alcançando 17,90 milhões de libras, quase triplicando em comparação a 1915. Foi o ano de maior valor de exportação do café no período analisado, refletindo a alta demanda internacional, possivelmente como uma tentativa de compensar as perdas causadas pela pandemia (BRASIL, 1990).

Em 1920, apesar da continuidade da pandemia, o valor das exportações de café foi de 11,80 milhões de libras, mostrando uma redução em relação ao ano anterior, mas ainda significativamente mais alto do que os valores de anos pré-pandemia. Em 1921, o valor caiu para 7,90 milhões de libras, indicando uma estabilização após os picos observados durante os anos de pandemia (BRASIL, 1990).

Nos anos subsequentes, houve um aumento nos valores de exportação, com 10,90 milhões de libras em 1922 e 10,30 milhões de libras em 1923, atingindo níveis semelhantes aos de 1918. Esses dados sugerem que, apesar das flutuações

causadas pela pandemia de Gripe Espanhola, o setor cafeeiro brasileiro conseguiu se recuperar relativamente rápido e manteve sua relevância no mercado internacional (BRASIL, 1990).

Figura 5 - Valor de exportação do café antes, durante e após a pandemia de Gripe Espanhola



Nota: Valores apresentados em libra-ouro
Fonte: Brasil (1990)

Os atrasos na divulgação da gravidade da doença e a falta de controle eficaz da infecção tiveram consequências devastadoras. A implementação tardia de medidas como quarentena e fechamento de empresas agravou a situação, gerando escassez de bens essenciais e afetando todos os setores da sociedade (GOULART, 2005).

Inicialmente, as autoridades minimizaram a gravidade da Gripe Espanhola, retratando-a como uma doença comum e inofensiva. No entanto, essa percepção mudou drasticamente quando a primeira morte foi anunciada, forçando uma mudança no discurso oficial e na abordagem das medidas de contenção (SOUZA, 2015). Durante a pandemia, uma campanha incentivou empresários a permitir que trabalhadores doentes se ausentassem em vez de demiti-los, tentando mitigar a propagação do vírus (GOULART, 2005).

A falta de equipamentos de proteção individual para médicos e o desconhecimento sobre o vírus complicaram ainda mais a situação. Isso também afetou a economia, com a suspensão de portos, transportes e serviços públicos, paralisando o fluxo de mercadorias e pessoas (SOARES, 2020).

Os países afetados pela moléstia enfrentaram mudanças socioeconômicas significativas. Houve declínios na expectativa de vida e altas taxas de mortalidade, especialmente, entre comunidades pobres e desfavorecidas. A busca por melhores condições de vida, higiene e saúde se intensificou, dadas as condições já precárias que foram exacerbadas pela pandemia (CAMPOS FILHO, 2020). Embora os dados econômicos fossem limitados, Medici (2020) estima que a Gripe Espanhola reduziu o PIB global em 6% e o consumo total em 8%.

O impacto foi sentido no mercado de trabalho, com o aumento da mortalidade entre adultos em idade ativa (15 a 45 anos), levando à perda de trabalhadores em seu auge produtivo (MEDICI, 2020). Alves (2020) contextualiza que, durante o liberalismo econômico, a Gripe Espanhola foi devastadora. Sem as leis trabalhistas exigindo pagamento por doença, os empregadores não compensaram os trabalhadores infectados, aumentando a pobreza. Isso levou muitos funcionários doentes a continuarem trabalhando por necessidade financeira.

Medici (2020) observa que a pandemia resultou em escassez de mão de obra, impulsionando os salários e rendimentos nas pequenas empresas. A reestruturação industrial da Primeira Guerra Mundial gerou mais empregos, mas a alta mortalidade causada pela Gripe Espanhola entre os trabalhadores elevou os salários dos sobreviventes. Alves (2020) destaca que os governadores estaduais no Brasil tinham autonomia para adotar medidas contra a pandemia, como inspeções e desinfecções de áreas suspeitas, montagem de enfermarias e divisão da cidade em blocos de saúde.

Algumas áreas impuseram quarentenas e suspenderam atividades, incluindo eventos e instalações de entretenimento, para evitar aglomerações e conter a propagação da doença (ALVES, 2020). Durante a pandemia, o governo brasileiro instituiu uma agência de assistência social, o *Commodity and Food Assistance Board*, para ajudar os necessitados, minimizar a escassez de alimentos na cidade e controlar os preços de itens essenciais, estabelecendo preços máximos para alimentos e remédios (ALVES, 2020).

Os esforços governamentais em Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, no entanto, não foram eficazes para melhorar a situação dos pobres, que enfrentavam a doença e a escassez de alimentos (ALVES, 2020). Damacena Neto (2020) destaca o isolamento social como a medida mais crucial durante a pandemia da Gripe Espanhola, envolvendo confinamento em casa, fechamento de empresas, proibição de reuniões públicas e privadas, suspensão de aulas e eventos, resultando em perturbação na vida cotidiana das sociedades afetadas.

5.5 MEDIDAS ECONÔMICAS E CANAIS DE TRANSMISSÃO DURANTE A PANDEMIA DE GRIPE ESPANHOLA

Neste subcapítulo, será detalhado o conjunto de medidas econômicas implementadas durante a pandemia da Gripe Espanhola e seus respectivos canais de transmissão na economia brasileira. A análise abrange as políticas fiscais, monetárias, comerciais e cambiais, destacando como cada uma delas desempenhou um papel crucial na mitigação dos impactos econômicos da crise e na promoção da recuperação econômica. Essa abordagem busca oferecer uma visão integrada das estratégias adotadas, proporcionando uma compreensão mais aprofundada das decisões econômicas tomadas em um contexto de grande incerteza.

5.5.1 Medidas Fiscais

Durante a Gripe Espanhola, os governos ao redor do mundo, incluindo o Brasil, adotaram várias políticas fiscais para mitigar os impactos econômicos da pandemia. A principal estratégia fiscal envolvia o aumento dos gastos públicos para estimular a economia, compensando a queda na atividade econômica devido à crise sanitária.

No Brasil, as medidas fiscais adotadas durante a Gripe Espanhola seguiram princípios semelhantes aos propostos por John Maynard Keynes em sua obra "The General Theory of Employment, Interest and Money" (KEYNES, 1936). Keynes argumenta que, em tempos de recessão, o aumento dos gastos governamentais pode ajudar a estimular a economia. Este princípio foi fundamental para as políticas fiscais adotadas durante a pandemia, onde os governos aumentaram os investimentos em infraestrutura e programas sociais para sustentar a demanda agregada. A revolução keynesiana introduziu novos instrumentos para gerenciar a demanda agregada,

influenciando significativamente a política econômica contemporânea (BLANCHARD, 2005).

Durante a pandemia, o governo brasileiro aumentou significativamente os gastos com saúde pública. Isso incluiu a construção de novos hospitais, aquisição de medicamentos e equipamentos médicos, e contratação de profissionais de saúde. Esses investimentos eram essenciais para conter a propagação do vírus e fornecer cuidados médicos adequados à população afetada. Além disso, os gastos com saúde pública ajudaram a sustentar a economia ao criar empregos e manter a demanda agregada. Como Keynes argumentou, a intervenção governamental direta pode ser crucial para evitar o colapso econômico em tempos de crise (KEYNES, 1936).

Outra medida importante foi o direcionamento de recursos para a construção de infraestrutura, como estradas, ferrovias e obras públicas. Esses investimentos não apenas criaram empregos, mas também melhoraram a capacidade logística do país. O aumento dos investimentos em infraestrutura durante a pandemia foi uma estratégia crucial para sustentar a economia em um momento de crise profunda. Segundo Castro (2006), políticas fiscais expansionistas como essas são essenciais para sustentar a demanda agregada e promover a estabilidade econômica a longo prazo.

Além disso, o governo implementou políticas de alívio fiscal, como reduções temporárias de impostos e adiamento de obrigações fiscais. Essas medidas foram projetadas para aliviar a pressão financeira sobre empresas e indivíduos durante a crise. Ao reduzir a carga tributária e adiar pagamentos fiscais, o governo procurou proporcionar alívio imediato para aqueles que estavam enfrentando dificuldades econômicas devido à pandemia. Esse tipo de intervenção é consistente com as recomendações de Keynes para sustentar a demanda agregada durante períodos de recessão (BLANCHARD, 2005).

As políticas fiscais adotadas tiveram impactos significativos na economia brasileira. O aumento dos gastos públicos ajudou a sustentar a demanda agregada em um momento em que a atividade econômica estava em forte declínio devido à pandemia. No entanto, essas medidas também levaram a um aumento substancial no déficit fiscal e na dívida pública. O aumento dos gastos públicos resultou em um déficit fiscal significativo, e o governo teve que emitir dívida pública para financiar esses gastos, levando a um aumento na dívida pública (ROSSI, 2015). Segundo Cavalcanti e Silva (2010), a política fiscal expansionista pode impactar o produto agregado sem alterar as taxas de juros conforme a visão keynesiana.

Embora as medidas fiscais tenham sido necessárias para mitigar os efeitos imediatos da pandemia, elas também colocaram em destaque a questão da sustentabilidade fiscal a longo prazo. A dívida pública elevada poderia restringir a capacidade do governo de responder a futuras crises econômicas. Portanto, enquanto as políticas fiscais expansionistas foram eficazes em manter a demanda agregada e evitar um colapso econômico mais severo, elas também destacaram a necessidade de um planejamento fiscal cuidadoso para garantir a sustentabilidade a longo prazo.

Os impactos das políticas fiscais adotadas durante a Gripe Espanhola foram amplamente positivos em termos de curto prazo. A criação de empregos e a manutenção da demanda agregada ajudaram a evitar um colapso econômico completo. Além disso, o aumento dos investimentos em saúde pública e infraestrutura proporcionou benefícios duradouros para a sociedade, melhorando a capacidade do sistema de saúde e a infraestrutura do país.

No entanto, os desafios relacionados ao aumento do déficit fiscal e da dívida pública destacam a necessidade de um planejamento fiscal cuidadoso. A sustentabilidade fiscal a longo prazo é crucial para garantir que o governo tenha a capacidade de responder a futuras crises econômicas. Segundo Rossi (2015), a integração das teorias de Keynes com os modelos clássicos forneceu uma base teórica robusta para a implementação de políticas econômicas que buscam equilibrar o crescimento econômico com a estabilidade de preços e o pleno emprego.

Em suma, as políticas fiscais adotadas durante a Gripe Espanhola foram essenciais para amortecer o impacto econômico da pandemia no Brasil. O aumento dos gastos públicos com saúde e infraestrutura, juntamente com as medidas de alívio fiscal, ajudaram a sustentar a economia em um momento de crise profunda. No entanto, os desafios relacionados ao aumento do déficit fiscal e da dívida pública destacam a necessidade de um planejamento fiscal cuidadoso para garantir a sustentabilidade a longo prazo e a capacidade de responder a futuras crises econômicas. Como Blanchard (2005) ressalta, a política fiscal embasada nas teorias keynesianas continua a ser uma ferramenta crucial para estabilizar a economia especialmente em tempos de crise.

5.5.2 Medidas Monetárias

Durante a Gripe Espanhola, os governos e bancos centrais ao redor do mundo, incluindo o Brasil, adotaram diversas políticas monetárias para lidar com os efeitos econômicos da pandemia. As políticas monetárias foram essenciais para manter a estabilidade econômica em um período de grande incerteza e volatilidade. As estratégias adotadas focaram principalmente no controle da oferta monetária e na estabilização das taxas de juros para mitigar os impactos adversos da crise.

Uma das principais medidas adotadas foi a flexibilização da política monetária, com o objetivo de aumentar a liquidez no sistema financeiro. Os bancos centrais reduziram as taxas de juros para incentivar o empréstimo e o investimento. Esta abordagem foi consistente com as teorias monetaristas de Milton Friedman, que defendem a importância de uma gestão rigorosa da oferta monetária para controlar a inflação e garantir a estabilidade econômica (FRIEDMAN, 1948). Ao reduzir as taxas de juros, os bancos centrais procuraram estimular a atividade econômica, incentivando empresas e consumidores a tomar empréstimos e gastar.

No Brasil, a política monetária durante a Gripe Espanhola envolveu uma série de intervenções diretas no mercado financeiro. O Banco do Brasil, que desempenhava o papel de banco central na época, adotou medidas para garantir a liquidez no sistema bancário e estabilizar as taxas de câmbio. Essas medidas incluíam operações de redesconto, onde o banco central oferecia empréstimos de curto prazo aos bancos comerciais para garantir que tivessem liquidez suficiente para atender às necessidades de seus clientes. A implementação dessas políticas foi crucial para evitar uma crise de crédito que poderia ter exacerbado os efeitos econômicos da pandemia.

Outra medida importante foi a intervenção no mercado cambial para estabilizar a moeda. Durante a Gripe Espanhola, o Brasil transitou de um regime de taxa de câmbio flexível para fixa a partir de 1918 (SIMONSEN, 1995). Essa mudança foi motivada pela necessidade de controlar a volatilidade cambial e evitar a depreciação excessiva da moeda, que poderia levar a uma inflação elevada. A estabilidade cambial foi vista como uma forma de garantir a confiança dos investidores e prevenir a fuga de capitais, o que era essencial para manter a estabilidade econômica durante a crise.

Os efeitos dessas políticas monetárias sobre a economia e a população foram significativos. A redução das taxas de juros e o aumento da liquidez ajudaram a

sustentar a atividade econômica em um momento de grande incerteza. Com taxas de juros mais baixas, empresas e consumidores foram incentivados a tomar empréstimos e investir, o que ajudou a manter a demanda agregada. Esse efeito foi crucial para evitar um colapso econômico mais profundo e ajudar na recuperação pós-crise.

A intervenção no mercado cambial teve implicações importantes para a população. A estabilização da taxa de câmbio ajudou a controlar os preços dos bens importados, o que foi crucial para evitar uma inflação descontrolada. No entanto, a manutenção de uma taxa de câmbio fixa também exigiu a utilização de reservas internacionais e, em alguns casos, a implementação de controles cambiais mais rígidos. Essas medidas impactaram o comércio exterior e a disponibilidade de moeda estrangeira para as empresas, o que poderia ter efeitos mistos na economia.

As políticas monetárias também tiveram impactos sociais importantes. A redução das taxas de juros facilitou o acesso ao crédito para as famílias, permitindo que muitas pessoas conseguissem financiar suas necessidades durante a crise. Esse acesso ao crédito ajudou a mitigar os impactos negativos da pandemia sobre o consumo e a qualidade de vida da população. No entanto, as políticas de expansão monetária também podem levar a uma pressão inflacionária. Embora a prioridade durante a pandemia fosse evitar uma crise econômica imediata, as autoridades monetárias precisaram equilibrar essas medidas com a necessidade de controlar a inflação a longo prazo. Segundo Feijó et al. (2022), a gestão da política monetária durante períodos de crise requer uma compreensão cuidadosa dos mecanismos de transmissão e dos efeitos retardados dessas políticas.

A eficácia das políticas monetárias adotadas durante a Gripe Espanhola é um tema de debate entre os economistas. Por um lado, as medidas ajudaram a mitigar os impactos imediatos da pandemia, sustentando a atividade econômica e evitando uma crise de crédito. Por outro lado, as pressões inflacionárias e os desafios associados ao controle cambial destacam a complexidade de gerenciar a política monetária durante períodos de crise. Friedman (1968) argumenta que a política monetária deve ser cuidadosamente calibrada para equilibrar a necessidade de estímulo econômico com a estabilidade de preços. Esse equilíbrio é crucial para garantir que as medidas adotadas para enfrentar uma crise não criem problemas econômicos adicionais no futuro.

A intervenção dos bancos centrais no mercado financeiro durante a pandemia também teve um papel importante na manutenção da confiança do público no sistema

bancário. Ao garantir a liquidez e estabilizar as taxas de juros, os bancos centrais ajudaram a prevenir pânico bancários e retiradas em massa de depósitos, que poderiam ter exacerbado a crise econômica. Essa estabilidade foi crucial para assegurar que o sistema financeiro continuasse a funcionar de maneira eficiente, mesmo em meio a um ambiente de grande incerteza.

Além disso, as políticas monetárias adotadas durante a Gripe Espanhola também tiveram implicações de longo prazo para a estrutura do sistema financeiro. A experiência da crise levou a uma maior compreensão da importância da supervisão e regulação bancária, e muitos países, incluindo o Brasil, adotaram medidas para fortalecer seus sistemas financeiros após a pandemia. Essas reformas ajudaram a preparar o terreno para um sistema financeiro mais robusto e resiliente, capaz de enfrentar futuras crises econômicas com maior eficácia.

Em resumo, as políticas monetárias implementadas durante a Gripe Espanhola foram essenciais para sustentar a economia brasileira em um período de grande incerteza. A redução das taxas de juros, o aumento da liquidez e a estabilização cambial ajudaram a evitar um colapso econômico mais severo. No entanto, os desafios associados ao controle da inflação e à gestão cambial destacam a necessidade de um planejamento cuidadoso e uma compreensão profunda dos mecanismos de transmissão da política monetária. As lições aprendidas durante esse período são valiosas para a formulação de políticas econômicas em futuras crises. Como enfatiza Blanchard (2005), a integração das teorias de Keynes com os modelos clássicos forneceu uma base teórica robusta para a implementação de políticas econômicas que buscam equilibrar o crescimento econômico.

5.5.3 Medidas Comerciais

Durante a Gripe Espanhola, além das políticas fiscais e monetárias, as políticas comerciais também desempenharam um papel crucial na manutenção da economia. O contexto histórico da industrialização brasileira antes de 1930 fornece um cenário fundamental para entender como as políticas comerciais influenciaram o desenvolvimento econômico do país durante esse período. Estudos como o de Versiani (1978) são essenciais para explorar a interseção entre industrialização e políticas comerciais no Brasil.

5.5.3.1 Contexto Histórico da Industrialização

A industrialização brasileira, antes de 1930, foi marcada por um crescimento significativo impulsionado por uma série de fatores econômicos e políticos. Versiani (1978) argumenta que a industrialização no Brasil começou a ganhar força no final do século XIX e início do século XX, impulsionada pela demanda interna crescente e pelas mudanças nas políticas econômicas e comerciais do governo (VERSIANI, p. 3-24). Esse período foi caracterizado por um movimento em direção à diversificação econômica e à redução da dependência das exportações agrícolas, especialmente do café. Segundo Versiani, "o desenvolvimento industrial brasileiro foi impulsionado pela necessidade de atender a uma demanda interna cada vez mais complexa e diversificada".

A Gripe Espanhola coincidiu com um período de transição para a economia brasileira, onde o país estava começando a se industrializar de maneira mais significativa. As políticas comerciais desempenharam um papel essencial nesse processo, influenciando diretamente a capacidade do Brasil de importar máquinas e equipamentos necessários para a industrialização. Durante a pandemia, a interrupção das cadeias de suprimento globais e as restrições comerciais impostas por outros países representaram desafios significativos para o Brasil. No entanto, o governo brasileiro adotou medidas para mitigar esses impactos, incluindo a implementação de tarifas e outras políticas comerciais destinadas a proteger e promover a indústria nacional.

5.5.3.2 Impacto das Políticas Comerciais na Industrialização

As políticas comerciais adotadas durante a Gripe Espanhola tiveram um impacto profundo na industrialização brasileira. Uma das principais estratégias foi a adoção de tarifas protecionistas que visavam proteger as indústrias nascentes do Brasil da concorrência externa. Essas tarifas foram fundamentais para permitir que as indústrias domésticas se desenvolvessem e se tornassem mais competitivas. Versiani destaca que a proteção tarifária foi uma política eficaz que ajudou a promover o crescimento industrial ao fornecer às indústrias locais um mercado doméstico seguro para seus produtos.

Versiani (1978) também aponta que as tarifas protecionistas foram complementadas por uma série de incentivos governamentais que visavam estimular

o investimento industrial. Entre esses incentivos estavam a concessão de subsídios para a construção de fábricas e a importação de máquinas e equipamentos, bem como a implementação de políticas fiscais favoráveis para novas indústrias (VERSIANI, 1978, p. 12). Essas medidas ajudaram a criar um ambiente propício para o crescimento industrial, permitindo que o Brasil começasse a desenvolver uma base manufatureira mais diversificada.

Além das tarifas, o governo brasileiro também adotou políticas para incentivar a produção local de bens que antes eram importados. Isso incluiu a promoção de indústrias como a têxtil, alimentícia e de transformação, que eram essenciais para reduzir a dependência de importações e fortalecer a economia interna. Essas políticas foram apoiadas por investimentos em infraestrutura, como a construção de ferrovias e estradas, que melhoraram a logística e facilitaram o transporte de bens dentro do país. Versiani argumenta que "a melhoria da infraestrutura de transporte foi crucial para o desenvolvimento industrial, pois permitiu uma distribuição mais eficiente dos produtos manufaturados".

A transição para um regime de taxa de câmbio fixa a partir de 1918 também teve implicações importantes para as políticas comerciais. Essa mudança foi motivada pela necessidade de controlar a volatilidade cambial e garantir um ambiente econômico mais estável para o comércio e a indústria. Como Simonsen (1995) observa, a estabilização da taxa de câmbio foi crucial para manter a confiança dos investidores e prevenir a fuga de capitais durante a crise. Versiani complementa essa visão ao afirmar que "a estabilidade cambial foi um elemento essencial para a promoção da industrialização, pois proporcionou previsibilidade para os investimentos de longo prazo".

A política cambial durante esse período também foi instrumental na industrialização brasileira. A estabilização da taxa de câmbio ajudou a manter os preços dos bens importados sob controle, permitindo que as indústrias locais competissem de maneira mais eficaz. Além disso, a intervenção do governo no mercado cambial ajudou a garantir que as empresas tivessem acesso à moeda estrangeira necessária para importar máquinas e equipamentos vitais para a industrialização. Essa combinação de políticas cambiais e comerciais criou um ambiente propício para o crescimento industrial. Segundo Feijó et al. (2022), reforçam essa visão ao afirmar que "a política comercial deve ser vista como um complemento

às políticas fiscais e monetárias, criando uma sinergia que promove o desenvolvimento econômico".

Os efeitos das políticas comerciais adotadas durante a Gripe Espanhola também podem ser vistos na transformação estrutural da economia brasileira. A promoção da indústria local levou a um aumento na produção manufatureira e a uma diversificação da base econômica do país. Isso não apenas fortaleceu a economia no curto prazo, mas também criou uma base mais resiliente para o crescimento econômico a longo prazo. A industrialização ajudou a reduzir a dependência do Brasil em relação às exportações de produtos agrícolas e aumentou a capacidade do país de gerar valor agregado através da produção industrial. Versiani observa que "a diversificação da base econômica foi um dos principais legados das políticas comerciais adotadas durante a Gripe Espanhola".

Em resumo, as políticas comerciais adotadas durante a Gripe Espanhola desempenharam um papel crucial na promoção da industrialização brasileira. As tarifas protecionistas, a promoção da produção local e a estabilização cambial foram estratégias eficazes que ajudaram a fortalecer a economia durante um período de crise. O estudo de Versiani (1978) destaca como essas políticas contribuíram para o crescimento industrial e a transformação econômica do Brasil, criando uma base sólida para o desenvolvimento futuro. As lições aprendidas durante esse período são valiosas para a formulação de políticas comerciais em tempos de crise, destacando a importância de um ambiente econômico estável e de políticas governamentais que promovam a competitividade e o crescimento industrial.

5.5.3.3 Mudanças Cambiais durante o período da Gripe Espanhola até 1917

Antes da Gripe Espanhola, o Brasil operava sob um regime de taxa de câmbio flexível, o que significava que o valor da moeda flutuava de acordo com as condições do mercado. Esse regime permitia uma maior adaptabilidade às condições econômicas globais, mas também trazia consigo uma certa volatilidade que podia impactar negativamente o comércio exterior e a estabilidade econômica interna.

Com a chegada da Gripe Espanhola, a necessidade de estabilidade econômica se tornou ainda mais premente. A volatilidade cambial, exacerbada pela incerteza global e pela retração econômica causada pela pandemia, representava um risco significativo para a economia brasileira. Essa instabilidade cambial afetava particularmente as exportações, que eram uma fonte crucial de receitas para o país.

As oscilações no valor da moeda brasileira tornavam os preços dos produtos exportados imprevisíveis, o que podia desincentivar os compradores internacionais e reduzir as receitas de exportação.

5.5.3.4 Transição para um Regime de Taxa de Câmbio Fixa a partir de 1918

Em resposta a esses desafios, o Brasil iniciou uma transição para um regime de taxa de câmbio fixa a partir de 1918. Essa mudança foi motivada pela necessidade de estabilizar a economia e proporcionar um ambiente mais previsível para o comércio e a indústria. Ao adotar uma taxa de câmbio fixa, o governo brasileiro procurou controlar a volatilidade da moeda e garantir que os preços dos produtos exportados permanecessem competitivos no mercado internacional.

Wilson Suzigan (1971), em seu artigo "Política Cambial Brasileira, 1889-1946", detalha as medidas adotadas pelo governo brasileiro para implementar e sustentar este novo regime cambial. Suzigan destaca que a transição para uma taxa de câmbio fixa envolveu uma série de intervenções no mercado financeiro e na política monetária. Uma das medidas principais foi a utilização de reservas internacionais para manter o valor da moeda dentro de um intervalo predefinido. Isso exigia uma gestão cuidadosa das reservas cambiais e a capacidade de intervir no mercado de câmbio para evitar grandes flutuações (SUZIGAN, 1971, p. 100).

Além disso, o governo brasileiro implementou controles cambiais mais rigorosos para evitar a especulação e garantir a estabilidade do mercado. Essas medidas incluíam a regulamentação das operações de câmbio e a imposição de limites às transações cambiais. Suzigan observa que essas políticas foram fundamentais para manter a confiança dos investidores e assegurar que a transição para uma taxa de câmbio fixa fosse bem-sucedida.

5.5.3.5 Medidas para evitar a queda nas exportações, especialmente, do café

Um dos principais objetivos das mudanças cambiais e das políticas comerciais durante a Gripe Espanhola era evitar a queda nas exportações, em especial, do café, que era uma das principais commodities exportadas pelo Brasil. O café representava uma parte significativa das receitas de exportação do país, e qualquer queda nas vendas internacionais poderia ter impactos devastadores na economia brasileira.

Para evitar essa queda, o governo brasileiro adotou várias medidas. Além da estabilização cambial, foram implementadas políticas de suporte direto aos produtores de café. Isso incluía a concessão de crédito e subsídios para os produtores, bem como a compra de estoques excedentes pelo governo para evitar uma queda nos preços internacionais. Suzigan (1971) detalha que essas políticas de intervenção direta foram essenciais para sustentar o setor cafeeiro durante a crise.

Outra medida importante foi a promoção ativa do café brasileiro nos mercados internacionais. O governo brasileiro investiu em campanhas de marketing e negociações comerciais para assegurar que o café brasileiro mantivesse sua competitividade global. Essas ações ajudaram a mitigar os impactos negativos da pandemia nas exportações de café e garantiram que o Brasil continuasse a gerar receitas significativas com suas exportações.

A transição para um regime de taxa de câmbio fixa, combinada com políticas comerciais e intervenções diretas no mercado, criou um ambiente mais estável para o comércio exterior brasileiro. Essas medidas foram fundamentais para sustentar a economia durante a Gripe Espanhola e ajudaram a estabelecer as bases para o crescimento econômico a longo prazo. A experiência do Brasil durante este período demonstra a importância de políticas econômicas coordenadas e bem implementadas em tempos de crise.

Em resumo, as mudanças cambiais durante a Gripe Espanhola e a transição para um regime de taxa de câmbio fixa, a partir de 1918, foram fundamentais para estabilizar a economia brasileira. As medidas detalhadas por Wilson Suzigan, incluindo a utilização de reservas internacionais, controles cambiais rigorosos e suporte direto aos produtores de café, demonstram a complexidade e a eficácia das políticas adotadas. Essas ações ajudaram a evitar uma queda significativa nas exportações e proporcionaram um ambiente mais previsível para a indústria e o comércio, contribuindo para a resiliência e o crescimento econômico do Brasil durante um período de grande incerteza.

5.5.4 Medidas Cambiais

As políticas cambiais adotadas pelo Brasil, entre 1889 e 1946, tiveram um impacto profundo na economia do país, principalmente, durante períodos de crise como a Gripe Espanhola. O estudo de Wilson Suzigan (1971) sobre a política cambial brasileira nesse período oferece uma visão detalhada das várias fases e das

estratégias adotadas pelo governo para lidar com os desafios econômicos. Este tópico será abordado com base no trabalho de Suzigan, analisando as diferentes fases das políticas cambiais e seus impactos na economia brasileira durante a Gripe Espanhola.

5.5.4.1 Política Cambial Brasileira 1889-1946

A) Análise das Políticas Cambiais de 1889 a 1917: Liberdade Cambial

Entre 1889 e 1917, o Brasil operava sob um regime de liberdade cambial, onde as transações cambiais eram amplamente desregulamentadas e o mercado cambial funcionava sem grandes intervenções governamentais. Este período foi caracterizado por uma volatilidade significativa na taxa de câmbio, refletindo as flutuações na oferta e demanda por moeda estrangeira. Suzigan aponta que essa liberdade cambial permitia uma flexibilidade econômica que era benéfica em tempos de estabilidade, mas também expunha a economia brasileira a riscos consideráveis durante períodos de incerteza global.

Durante a Gripe Espanhola, a volatilidade associada à liberdade cambial tornou-se um problema significativo. A incerteza econômica global aumentou a pressão sobre o mercado cambial brasileiro, levando a flutuações acentuadas na taxa de câmbio. Essas flutuações dificultaram a previsão dos custos de importação e exportação, impactando negativamente os comerciantes e a economia em geral. A necessidade de uma intervenção governamental mais direta tornou-se evidente à medida que a crise se aprofundava.

B) Fiscalização das Operações Cambiais e Regularização do Mercado (1917-1926).

Em resposta às dificuldades enfrentadas durante o período de liberdade cambial, o governo brasileiro começou a implementar medidas de fiscalização das operações cambiais e a regularização do mercado a partir de 1917. Suzigan (1971, p. 100) detalha que essas medidas incluíam a introdução de controles mais rigorosos sobre as transações cambiais, com o objetivo de combater a especulação e garantir a estabilidade do mercado. A criação de uma supervisão mais estrita ajudou a mitigar as flutuações cambiais e a criar um ambiente econômico mais previsível.

A regularização do mercado cambial durante esse período foi crucial para manter a confiança dos investidores e estabilizar a economia brasileira. Com a implementação dessas políticas, o governo buscou criar um sistema cambial mais

controlado que pudesse resistir melhor às pressões externas e internas causadas pela pandemia. Além disso, a introdução de controles cambiais ajudou a evitar a fuga de capitais, o que poderia ter exacerbado ainda mais a crise econômica.

C) Estabilidade Cambial e a Crise de 1929-1930

A crise de 1929, também conhecida como a Grande Depressão, teve um impacto devastador na economia global e, por extensão, no Brasil. Durante este período, a estabilidade cambial tornou-se uma prioridade ainda maior para o governo brasileiro. Suzigan (1971, p. 104) observa que, em resposta à crise, o governo adotou medidas adicionais para estabilizar a taxa de câmbio, incluindo intervenções diretas no mercado e a utilização de reservas internacionais para manter a estabilidade da moeda.

As políticas cambiais adotadas durante a crise de 1929-1930 tiveram como objetivo principal evitar uma desvalorização descontrolada da moeda, que poderia levar a uma hiperinflação. A estabilidade cambial foi vista como essencial para proteger a economia brasileira dos piores efeitos da depressão global. Essas medidas ajudaram a manter a confiança dos investidores e a assegurar que o Brasil pudesse continuar a participar do comércio internacional, apesar das dificuldades econômicas.

D) Controle Cambial (1931-1938)

A partir de 1931, o Brasil entrou em um período de controle cambial mais rigoroso. Suzigan (1971, p. 106) explica que essa fase foi caracterizada pela implementação de políticas que davam ao Banco do Brasil o monopólio das operações cambiais, centralizando a compra e venda de moeda estrangeira. Esse controle estrito foi visto como necessário para proteger a economia brasileira de choques externos e garantir a estabilidade cambial durante um período de extrema volatilidade econômica.

Durante esse período, o governo brasileiro também adotou políticas de racionamento cambial, onde a alocação de moeda estrangeira era direcionada para setores prioritários da economia, como a importação de bens essenciais e matérias-primas para a indústria. Essas políticas foram fundamentais para assegurar que a escassa moeda estrangeira disponível fosse utilizada de maneira a maximizar os benefícios econômicos para o país. Suzigan (1971) destaca que o controle cambial

ajudou a evitar uma crise cambial mais profunda e a proteger a economia de flutuações desestabilizadoras.

E) Retorno à Liberdade Cambial (1939-1946)

A partir de 1939, o Brasil começou a retornar a um regime de maior liberdade cambial. Suzigan (1971, p. 110) descreve que esse período foi marcado por uma transição gradual de volta a um sistema de câmbio mais flexível, embora ainda com algumas medidas de controle para garantir a estabilidade econômica. O retorno à liberdade cambial foi impulsionado pela necessidade de adaptar a política econômica às novas condições globais que surgiram com o início da Segunda Guerra Mundial.

O governo brasileiro buscou equilibrar a necessidade de flexibilidade cambial com a manutenção de um grau de controle que pudesse proteger a economia de choques externos. Essa abordagem híbrida permitiu ao Brasil ajustar suas políticas cambiais de acordo com as mudanças nas condições econômicas internacionais, garantindo ao mesmo tempo a estabilidade necessária para o crescimento econômico. Suzigan observa que essa fase final de sua análise mostra um movimento em direção a um regime cambial mais liberal, mas ainda consciente da necessidade de mecanismos de controle para prevenir crises futuras.

F) Impactos das Políticas Cambiais na Economia durante a Gripe Espanhola

As políticas cambiais adotadas pelo Brasil durante a Gripe Espanhola tiveram impactos significativos na economia do país. A transição de um regime de liberdade cambial para um controle mais rigoroso das operações cambiais ajudou a estabilizar a economia em um período de grande incerteza. As medidas adotadas para controlar a especulação cambial e regular o mercado foram cruciais para manter a confiança dos investidores e assegurar a estabilidade econômica.

Durante a Gripe Espanhola, a volatilidade cambial representou um desafio significativo para a economia brasileira. As flutuações na taxa de câmbio dificultavam a previsão dos custos de importação e exportação, impactando negativamente os comerciantes e a economia em geral. A implementação de controles cambiais ajudou a mitigar essas flutuações, proporcionando um ambiente mais previsível para o comércio e a indústria.

A estabilização da taxa de câmbio também foi essencial para proteger o setor exportador do Brasil, especialmente o café, que era uma das principais commodities

exportadas pelo país. As medidas de intervenção no mercado cambial ajudaram a manter os preços do café competitivos no mercado internacional, evitando uma queda significativa nas receitas de exportação. Suzigan destaca que essas políticas foram fundamentais para sustentar a economia durante a pandemia e criar uma base para a recuperação econômica.

Além disso, as políticas cambiais adotadas durante a Gripe Espanhola contribuíram para a transformação estrutural da economia brasileira. A transição para um regime de taxa de câmbio fixa e a implementação de controles cambiais ajudaram a criar um ambiente econômico mais estável, que foi propício para o desenvolvimento industrial. Essas medidas permitiram que o Brasil começasse a diversificar sua base econômica, reduzindo a dependência das exportações agrícolas e aumentando a capacidade de gerar valor agregado através da produção industrial.

Em resumo, as políticas cambiais adotadas pelo Brasil, entre 1889 e 1946, e, especificamente, durante a Gripe Espanhola, tiveram um impacto profundo na economia do país. As medidas detalhadas por Wilson Suzigan mostram como a transição de um regime de liberdade cambial para um controle mais rigoroso ajudou a estabilizar a economia em tempos de crise. As políticas cambiais adotadas durante esse período foram fundamentais para proteger o setor exportador, manter a confiança dos investidores e criar um ambiente econômico estável para o desenvolvimento industrial. Essas lições são valiosas para a formulação de políticas econômicas em futuras crises, destacando a importância de um equilíbrio entre flexibilidade e controle na gestão cambial.

6 A PANDEMIA DE COVID-19 E OS EFEITOS NA ECONOMIA BRASILEIRA

O novo coronavírus¹, o SARS-CoV-2, emergiu no final de 2019 na cidade de Wuhan, na China. Rapidamente, ele se espalhou globalmente, levando a uma crise de saúde pública sem precedentes. Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia global (OMS, 2020). Os governos em todo o mundo adotaram medidas drásticas para conter a disseminação do vírus, incluindo quarentenas, *lockdowns*, restrições de viagem e campanhas de vacinação em massa.

A pandemia não só sobrecarregou os sistemas de saúde, mas também provocou uma desaceleração econômica significativa. A interrupção das cadeias de suprimentos, o fechamento de empresas e a perda de empregos foram algumas das consequências imediatas. A economia global enfrentou uma contração, com o Produto Interno Bruto (PIB) de muitas nações caindo drasticamente em 2020 (Fundo Monetário Internacional, 2022).

No Brasil, o primeiro caso de COVID-19 foi confirmado em fevereiro de 2020. A resposta inicial à pandemia variou significativamente entre os diferentes níveis de governo, com estados e municípios adotando medidas de contenção em graus variados. A disparidade nas respostas complicou os esforços de contenção e levou a um rápido aumento no número de casos e mortes.

O impacto econômico foi imediato e severo. A economia brasileira, que já enfrentava desafios estruturais antes da pandemia, sofreu uma queda acentuada no PIB. Segundo o Banco Central do Brasil, o PIB contraiu-se em 4,1% em 2020, marcando a maior recessão em décadas (BACEN, 2021). Setores como turismo, varejo, indústria e serviços foram particularmente afetados, com milhares de empresas fechando suas portas e milhões de trabalhadores perdendo seus empregos (BACEN, 2021).

Além disso, a incerteza econômica e as políticas de distanciamento social afetaram negativamente o consumo e o investimento. As cadeias de suprimentos foram interrompidas, levando à escassez de produtos e ao aumento dos preços. A inflação, que estava relativamente sob controle antes da pandemia, começou a subir, exacerbando a crise econômica (SILVA, 2020).

¹ De acordo com a OMS (2020) coronavírus e o termo SARS-CoV-2 são sinônimos.

Este capítulo tem como objetivo analisar de forma abrangente os impactos da pandemia de COVID-19 na economia brasileira. Dessa forma, o presente capítulo abrange uma visão geral sobre a natureza do vírus, seus modos de transmissão, sintomas e as medidas de prevenção adotadas globalmente e no Brasil (caracterização da COVID-19), bem como uma análise da situação econômica do Brasil antes da pandemia, incluindo o crescimento econômico, o mercado de trabalho, as políticas fiscais e monetárias e o comércio exterior (economia brasileira pré-COVID). Traz ainda a avaliação dos impactos imediatos da pandemia em setores críticos da economia brasileira, como saúde, atividade econômica, emprego e políticas de resposta emergencial (efeitos diretos) e uma discussão sobre os impactos secundários e de longo prazo, incluindo as mudanças no PIB, no comércio exterior, no mercado de trabalho, na educação, apontando aspectos psicológicos e sociais (efeitos indiretos).

Este estudo baseia-se em uma ampla gama de fontes, incluindo relatórios do Banco Central do Brasil, estudos do Banco Mundial, publicações de organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), bem como artigos acadêmicos e relatórios de pesquisa (BACEN, 2020; Banco Mundial, 2021; CEPAL, 2022).

Tal análise detalhada e fundamentada dos efeitos da COVID-19 na economia brasileira propicia uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados e das estratégias adotadas para mitigar esses impactos, além de fornecer insights sobre as políticas futuras necessárias para a recuperação econômica.

6.1 CARACTERIZAÇÃO DA COVID-19

O novo coronavírus, SARS-CoV-2, foi identificado pela primeira vez em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, na província de Hubei, na China, como já mencionado. O vírus é parte de uma família de coronavírus que inclui outros vírus conhecidos, como o SARS-CoV, que causou a epidemia de SARS em 2003, e o MERS-CoV, que causou a síndrome respiratória do Oriente Médio em 2012. Acredita-se que a origem do SARS-CoV-2 esteja relacionada a um mercado de frutos do mar em Wuhan, onde também eram vendidos animais selvagens, sugerindo uma zoonose, ou seja, uma transmissão inicial de um animal para humanos (Organização Mundial da Saúde, 2020).

Rapidamente, o vírus se espalhou para outras regiões da China e, em poucas semanas, foi detectado em outros países da Ásia, Europa e América do Norte. Em janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), e, em março do mesmo ano, foi declarada uma pandemia global (OMS, 2020).

A disseminação global do vírus foi acelerada pela alta transmissibilidade do SARS-CoV-2 e pela mobilidade global das pessoas. Viagens internacionais e movimentos populacionais urbanos contribuíram para a rápida disseminação, resultando em surtos simultâneos em vários países (BARRO, URSÚA e WENG, 2020).

Os sintomas da COVID-19 variam amplamente, desde casos assintomáticos até doenças graves. Os sintomas mais comuns incluem febre, tosse seca e fadiga. Outros sintomas menos comuns, mas significativos, são dores musculares, dor de garganta, diarreia, conjuntivite, dor de cabeça, perda de paladar ou olfato, erupções cutâneas ou descoloração dos dedos das mãos ou dos pés. Em casos mais severos, a COVID-19 pode levar à dificuldade respiratória, dor ou pressão no peito, perda de fala ou movimento, necessitando de atenção médica imediata (OMS, 2020).

A COVID-19 é transmitida principalmente através de gotículas respiratórias expelidas quando uma pessoa infectada tosse, espirra ou fala. Essas gotículas podem ser inaladas diretamente ou podem contaminar superfícies e objetos, que, quando tocados, podem conduzir o vírus para as mucosas do nariz, da boca ou dos olhos de uma pessoa não infectada. A transmissão pode ocorrer em ambientes fechados e mal ventilados, onde o vírus pode permanecer suspenso no ar por períodos mais longos (New England Journal of Medicine, 2020).

Para conter a disseminação do vírus, muitos países implementaram quarentenas e *lockdowns* rigorosos. Essas medidas incluíram o fechamento de escolas, empresas, locais de culto e espaços públicos, além de restrições de viagem e ordens para que as pessoas permanecessem em casa. Embora eficazes na redução da transmissão, essas medidas tiveram impactos econômicos e sociais significativos, levando à paralisação de atividades econômicas e ao aumento do desemprego (CEPAL, 2022; Brookings Institution, 2023).

O uso de máscaras faciais e o distanciamento social foram promovidos como medidas preventivas eficazes para reduzir a transmissão do vírus. Máscaras ajudam a impedir que gotículas respiratórias infectadas sejam inaladas ou expelidas,

enquanto o distanciamento social reduz a probabilidade de contato próximo com pessoas infectadas. Essas medidas se mostraram cruciais, especialmente, em locais públicos e áreas de alta densidade populacional (CEPAL, 2021).

O desenvolvimento de vacinas contra a COVID-19 foi uma das maiores realizações científicas durante a pandemia. Em tempo recorde, várias vacinas foram desenvolvidas, testadas e aprovadas para uso emergencial. As principais vacinas incluem a Pfizer-BioNTech, Moderna, AstraZeneca e Johnson & Johnson, entre outras. Essas vacinas utilizam diferentes tecnologias, como mRNA, vetor viral e vírus inativado, para induzir uma resposta imunológica que proteja contra a infecção pelo SARS-CoV-2 (BARRO, URSÚA e WENG, 2020).

No Brasil, as campanhas de vacinação começaram no início de 2021, priorizando profissionais de saúde, idosos e pessoas com comorbidades. Com o tempo, a vacinação foi ampliada para outros grupos etários e profissionais. Apesar de desafios logísticos e de fornecimento, o Brasil conseguiu vacinar uma parte significativa de sua população em poucos meses. A vacinação em massa foi crucial para reduzir o número de casos graves, hospitalizações e mortes, ajudando a controlar a pandemia (Banco Mundial, 2021; BACEN, 2023).

6.2 A ECONOMIA BRASILEIRA PRÉ-COVID-19

Antes da pandemia de COVID-19, a economia brasileira vinha enfrentando desafios significativos, mas mostrava sinais de recuperação gradual. Após uma profunda recessão entre 2015 e 2016, o Brasil experimentou um crescimento econômico moderado. Entre 2017 e 2019, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu a uma taxa média anual de aproximadamente 1,1% (IBGE, 2020). Esse crescimento, embora modesto, indicava uma recuperação lenta e gradual da economia.

Diversos setores contribuíram para o crescimento econômico no período pré-COVID. O setor agrícola destacou-se como um dos mais dinâmicos, com recordes de produção e exportação de commodities como soja, milho e carne bovina. O setor de serviços, que representa a maior parte do PIB brasileiro, também mostrou crescimento, especialmente nos segmentos de tecnologia da informação, serviços financeiros e educação. A indústria, embora ainda enfrentasse desafios estruturais, apresentava sinais de recuperação em áreas como a produção de automóveis e a construção civil (CEPEA, 2021; CNI, 2019).

No período pré-pandemia, o mercado de trabalho brasileiro ainda estava se recuperando dos altos níveis de desemprego resultantes da recessão de 2015-2016. Em 2019, a taxa de desemprego estava em torno de 11,9%, um decréscimo em relação aos picos de mais de 13% em anos anteriores. A criação de empregos estava concentrada principalmente no setor informal, que absorvia uma grande parte da força de trabalho, enquanto o emprego formal crescia de maneira mais lenta (IBGE, 2019).

Os principais setores empregadores no Brasil pré-COVID incluíam o setor de serviços, que abarcava atividades como comércio, transporte e serviços domésticos. A indústria de transformação, em especial, nas áreas de alimentos, bebidas e manufaturas diversas, também era um importante gerador de empregos. A construção civil, após uma queda significativa, começava a mostrar sinais de recuperação, contribuindo para a geração de postos de trabalho (CNI, 2019).

Antes da pandemia, a política fiscal brasileira era caracterizada por esforços para controlar o déficit público e estabilizar a dívida. O governo federal implementou medidas de austeridade, incluindo a Emenda Constitucional 95, que estabeleceu um teto para os gastos públicos. Essas medidas tinham como objetivo restaurar a confiança dos investidores e garantir a sustentabilidade fiscal a longo prazo (BACEN, 2017).

A política monetária, conduzida pelo Banco Central do Brasil (BACEN), foi fundamental para a estabilização econômica. A taxa Selic, principal taxa de juros do país, foi gradualmente reduzida de 14,25% em 2016 para 4,5% ao final de 2019, refletindo a desaceleração da inflação e a necessidade de estimular o crescimento econômico. A inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), manteve-se dentro da meta estabelecida pelo Bacen, oscilando em torno de 3,75% ao ano (BACEN, 2020; Silva, 2020).

O comércio exterior brasileiro desempenhava um papel crucial na economia pré-COVID. As exportações brasileiras eram dominadas por commodities agrícolas e minerais. A soja, o minério de ferro e o petróleo estavam entre os principais produtos exportados. Em contrapartida, as importações consistiam principalmente de bens de capital, produtos químicos e combustíveis. Em 2019, o superávit da balança comercial brasileira foi de aproximadamente 46 bilhões de dólares, refletindo uma forte performance exportadora (MDIC, 2020).

Os principais parceiros comerciais do Brasil incluíam a China, que era o maior destino das exportações brasileiras, seguida pelos Estados Unidos e pela União

Europeia. As relações comerciais com a China eram particularmente significativas devido à grande demanda por commodities brasileiras. Além disso, países como Argentina e México também desempenhavam papéis importantes no comércio regional, tanto em exportações quanto em importações (MDIC, 2020; EIA, 2022).

6.3 OS EFEITOS DIRETOS

A pandemia de COVID-19 colocou uma pressão sem precedentes sobre o sistema de saúde brasileiro. A demanda por serviços de saúde aumentou exponencialmente à medida que o número de casos crescia rapidamente. Hospitais e unidades de saúde enfrentaram um aumento significativo de pacientes necessitando de atendimento intensivo, muitos dos quais precisavam de ventilação mecânica e outros cuidados críticos. Esta demanda sobrecarregou o sistema de saúde, levando à escassez de leitos de UTI, profissionais de saúde e equipamentos médicos essenciais (Banco Mundial, 2021).

A capacidade hospitalar do Brasil foi rapidamente esgotada devido ao aumento de internações. Hospitais públicos e privados lutaram para expandir a capacidade de leitos de UTI, muitas vezes recorrendo a medidas de emergência, como a construção de hospitais de campanha. Além disso, a pandemia gerou uma demanda sem precedentes por insumos médicos, incluindo equipamentos de proteção individual (EPIs), ventiladores, oxigênio e medicamentos. A falta desses insumos em diversas regiões do país agravou a crise sanitária, expondo as vulnerabilidades do sistema de saúde brasileiro (CEPAL, 2021).

A pandemia de COVID-19 teve um impacto devastador na atividade econômica do Brasil. O Produto Interno Bruto (PIB) contraiu-se significativamente em 2020, com uma redução de 4,1% em relação ao ano anterior. Esse declínio foi um dos maiores na história recente do país, refletindo a magnitude da crise econômica causada pela pandemia (BACEN, 2021). A paralisação de atividades econômicas não essenciais, as medidas de distanciamento social e os *lockdowns* contribuíram para a queda acentuada na produção e no consumo.

O fechamento de empresas foi uma consequência direta das medidas de contenção da pandemia. Pequenas e médias empresas, em particular, enfrentaram dificuldades extremas devido à redução da demanda e à interrupção das cadeias de suprimentos. Setores como turismo, varejo, alimentação e entretenimento foram duramente atingidos. Estima-se que milhares de empresas fecharam

permanentemente, resultando em uma perda significativa de empregos e rendimentos (BACEN, 2021; Brookings Institution, 2023).

O impacto da pandemia no mercado de trabalho foi profundo e imediato. A taxa de desemprego aumentou significativamente, atingindo picos históricos. Em 2020, a taxa de desemprego subiu para 14,6%, representando milhões de brasileiros sem trabalho (IBGE, 2021). A informalidade, que já era uma característica marcante do mercado de trabalho brasileiro, aumentou à medida que muitos trabalhadores formais perderam seus empregos e buscaram meios alternativos de subsistência.

Os setores mais afetados pela pandemia foram aqueles que dependem de interação presencial e mobilidade, como turismo, transporte, serviços de alimentação e varejo. A indústria também sofreu, embora em menor escala, com interrupções nas cadeias de suprimentos e redução da demanda por bens duráveis. O setor de serviços, responsável por uma grande parte do emprego no Brasil, foi particularmente impactado, resultando em altas taxas de desemprego e subemprego (Banco Mundial, 2021; BACEN, 2023).

Em resposta à crise econômica e social causada pela pandemia, o governo brasileiro implementou uma série de políticas de apoio. O auxílio emergencial foi uma das medidas mais significativas, destinado a fornecer suporte financeiro direto a milhões de brasileiros afetados pela crise. Esse programa de transferência de renda ajudou a mitigar os efeitos negativos da pandemia sobre as famílias de baixa renda e a sustentar o consumo em um momento de grave retração econômica (BACEN, 2023).

Além do auxílio emergencial, o governo brasileiro lançou diversas linhas de crédito e programas de apoio para empresas, em especial, pequenas e médias, com o objetivo de preservar empregos e garantir a continuidade dos negócios. Programas como o Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) forneceram crédito com condições favoráveis para ajudar as empresas a superarem as dificuldades financeiras impostas pela pandemia. Esses esforços foram essenciais para estabilizar a economia e fornecer um alívio temporário aos setores mais afetados (Banco Mundial, 2021; BACEN, 2023).

Esta análise dos efeitos diretos da pandemia de COVID-19 na economia brasileira destaca a profundidade e a extensão dos desafios enfrentados pelo país. As medidas de resposta econômica implementadas foram cruciais para mitigar os impactos imediatos, mas a recuperação plena exigirá esforços contínuos e estratégias bem coordenadas nos próximos anos.

Contudo, ainda no âmbito dos efeitos diretos, cabe sublinhar, neste subcapítulo, o impacto no PIB brasileiro causado pela pandemia de COVID-19. Assim, passa-se, a seguir, a destacar essa consequência do período pandêmico no Brasil.

Em 2020, o PIB do Brasil contraiu-se em 4,1%, representando uma das maiores quedas na história recente do país (BACEN, 2021; IBGE, 2021). Essa retração foi provocada por uma série de fatores interligados, incluindo a paralisação de atividades econômicas, a redução do consumo, a queda no investimento e o impacto severo nas cadeias de suprimentos globais.

As medidas de *lockdown* e distanciamento social, necessárias para conter a disseminação do vírus, resultaram no fechamento temporário de inúmeras empresas e setores produtivos. O setor de serviços, que representa uma grande parcela da economia brasileira, foi particularmente afetado, com segmentos como turismo, entretenimento, restaurantes e varejo experimentando uma queda drástica na atividade econômica (Banco Mundial, 2021). A indústria manufatureira também sofreu, enfrentando interrupções na produção devido à falta de insumos e à redução da demanda.

O impacto da pandemia no PIB do Brasil pode ser contextualizado melhor ao comparar com outras economias globais. O gráfico a seguir mostra a variação do PIB de 2019 a 2023 para Brasil, Estados Unidos, China e o PIB mundial. Em 2019, todas essas economias apresentavam crescimento estável, refletindo um comércio global ativo. No entanto, em 2020, a pandemia causou uma queda significativa nas exportações globais devido às interrupções nas cadeias de suprimentos e à queda na demanda global.

A economia dos EUA também sofreu uma queda significativa no PIB, em 2020, mas apresentou uma recuperação mais rápida em 2021, impulsionada por pacotes de estímulo econômico e a rápida implementação de campanhas de vacinação. A China, por outro lado, foi uma das poucas grandes economias a registrar um crescimento positivo, em 2020, devido à sua rápida resposta à pandemia e ao aumento na demanda por produtos médicos e eletrônicos. Em comparação, a recuperação do Brasil foi mais lenta e desigual, refletindo desafios estruturais e a necessidade de reformas econômicas (Banco Mundial, 2021; BACEN, 2023).

Em 2021, o PIB do Brasil cresceu cerca de 4,6%, impulsionado pela reabertura das atividades econômicas e pelo avanço das campanhas de vacinação (BACEN, 2021). A recuperação econômica foi sustentada por uma combinação de fatores,

incluindo a recuperação da demanda interna, a melhoria das condições de mercado e o aumento nos preços das commodities, que beneficiaram as exportações brasileiras.

Apesar desse crescimento, a recuperação foi desigual entre os diferentes setores da economia. Enquanto a agricultura e a mineração se beneficiaram da alta demanda global e dos preços elevados das commodities, setores como serviços e indústria continuaram a enfrentar dificuldades. Além disso, a recuperação econômica foi acompanhada por desafios persistentes, como a inflação alta, que reduziu o poder de compra das famílias, e a instabilidade política, que afetou a confiança dos investidores (BACEN, 2021; CEPAL, 2022).

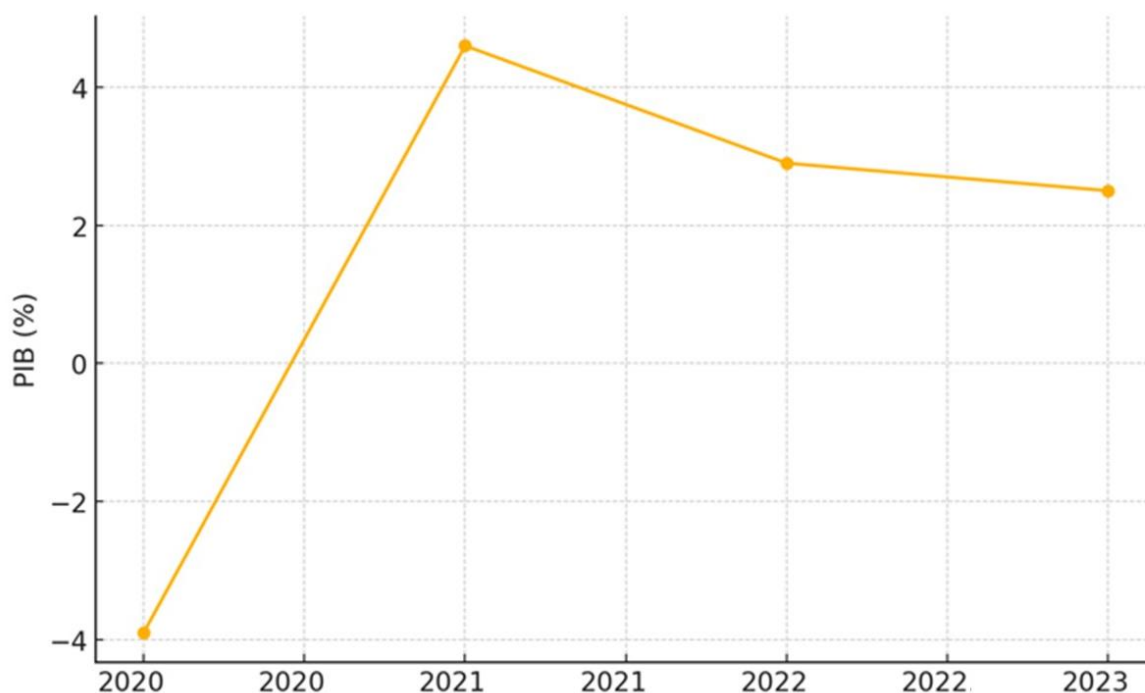
As projeções econômicas para os próximos anos indicam um crescimento moderado e cheio de desafios. Em 2022, a economia brasileira continuou a enfrentar tensões geopolíticas, como a guerra na Ucrânia, que impactaram os preços das commodities e a estabilidade dos mercados globais. Apesar dessas adversidades, o comércio global mostrou resiliência, e as exportações brasileiras continuaram a crescer, impulsionadas pelos altos preços das commodities agrícolas e minerais (Banco Mundial, 2021; BACEN, 2023).

Para os anos seguintes, a recuperação completa do PIB brasileiro dependerá de vários fatores. A remissão da pandemia e a eficácia das campanhas de vacinação continuarão a desempenhar um papel crucial. Além disso, a implementação de políticas econômicas eficazes será fundamental para enfrentar os desafios estruturais do país, como a necessidade de reformas fiscais, a melhoria da infraestrutura e a promoção da inovação tecnológica (BACEN, 2023; Brookings Institution, 2023).

O Banco Central do Brasil e outras instituições financeiras preveem um crescimento econômico mais moderado nos próximos anos, com a inflação e a instabilidade política sendo desafios persistentes. A necessidade de diversificação econômica e a melhoria da produtividade serão essenciais para garantir um crescimento sustentável e inclusivo a longo prazo (Banco Mundial, 2021; BACEN, 2023).

O gráfico 1 mostra a variação do PIB do Brasil de 2020 a 2023. Após a significativa queda de 2020, o PIB teve uma recuperação acentuada em 2021, crescendo cerca de 4,6%. Em 2022, o crescimento desacelerou, mas se manteve positivo, refletindo os desafios contínuos e a adaptação da economia às novas condições impostas pela pandemia. Observe-se o gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Taxa de crescimento do PIB (%) do Brasil 2020-2023



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do IBGE, 2024

Essa análise detalhada sobre o impacto direto da pandemia no PIB brasileiro proporciona uma compreensão clara dos desafios econômicos enfrentados e das medidas necessárias para a recuperação. A análise comparativa com outras economias globais e as projeções futuras fornecem um contexto abrangente para entender a dinâmica econômica do Brasil no cenário pós-pandemia.

A análise do impacto direto da COVID-19 no PIB brasileiro revela a gravidade da crise econômica e a complexidade dos desafios enfrentados pelo país. A queda acentuada do PIB, em 2020, seguida por uma recuperação desigual, destaca a importância de políticas econômicas bem coordenadas e de esforços contínuos para fortalecer a resiliência econômica do Brasil. A pandemia expôs vulnerabilidades estruturais que precisam ser abordadas para garantir um crescimento sustentável e inclusivo no futuro. As lições aprendidas durante essa crise podem servir como um guia para a implementação de estratégias econômicas mais robustas e resilientes (Banco Mundial, 2021; BACEN, 2023).

6.4 EFEITOS INDIRETOS

A pandemia de COVID-19 trouxe mudanças profundas e duradouras na economia brasileira, além dos impactos imediatos no PIB. Setores que dependiam de interações presenciais e mobilidade foram obrigados a se adaptar rapidamente às novas condições impostas pela pandemia.

Uma das mudanças mais marcantes foi a transição para o trabalho remoto. Empresas que podiam operar à distância adotaram rapidamente essa modalidade, o que exigiu adaptações tecnológicas e culturais significativas. Investimentos em infraestrutura digital se tornaram essenciais, e os trabalhadores tiveram que desenvolver novas habilidades para se adaptar ao ambiente virtual (Banco Mundial, 2021). Essa transformação, inicialmente uma resposta à crise, pode se consolidar como uma tendência permanente, alterando a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro (BACEN, 2023).

Além disso, a pandemia expôs vulnerabilidades nas cadeias de suprimentos globais, afetando a disponibilidade de matérias-primas e componentes essenciais. O Brasil, dependente de importações para vários setores industriais, enfrentou desafios significativos. A escassez de insumos e o aumento dos custos de transporte impactaram a produção e elevaram os preços de diversos produtos (CNI, 2019). A necessidade de diversificação das fontes de suprimento e a busca por maior resiliência nas cadeias produtivas tornaram-se questões centrais para a estratégia econômica pós-pandemia (Banco Mundial, 2021).

O comportamento de consumo também foi profundamente alterado. Com as restrições de mobilidade e o fechamento de lojas físicas, o comércio eletrônico experimentou um crescimento acelerado. Consumidores passaram a valorizar mais a conveniência e a segurança das compras online. Houve uma mudança nas prioridades de consumo, com maior foco em produtos essenciais e menor gasto em bens supérfluos (Banco Mundial, 2021). Essas alterações têm implicações duradouras para o varejo e outros setores econômicos (BACEN, 2023).

Com a pandemia, o e-commerce no Brasil cresceu de maneira exponencial, transformando-se em uma peça-chave para a sobrevivência de muitas empresas. Em 2020, as vendas online aumentaram cerca de 41% em relação ao ano anterior, um crescimento sem precedentes impulsionado pela necessidade de manter o distanciamento social e evitar aglomerações em lojas físicas (BACEN, 2021). Esse

fenômeno não se restringiu apenas às grandes cidades, áreas rurais e regiões menos urbanizadas também viram um aumento significativo no uso de plataformas digitais para compras.

Além do aumento das vendas, o perfil dos consumidores também mudou. A necessidade de adaptação levou muitos clientes, que anteriormente relutavam em utilizar o comércio eletrônico, a se familiarizarem com a tecnologia. A confiança nas transações online aumentou e a diversidade de produtos comprados pela internet se expandiu, incluindo alimentos e itens de necessidade básica que tradicionalmente eram adquiridos em lojas físicas (Banco Mundial, 2021). Empresas de todos os tamanhos tiveram que ajustar suas operações, investir em logística e melhorar a experiência do usuário para se manterem competitivas.

Outra mudança significativa foi a adoção de métodos de pagamento digital. A pandemia acelerou a transição para formas de pagamento sem contato, como carteiras digitais e aplicativos de pagamento, reduzindo o uso de dinheiro em espécie e promovendo a inclusão financeira (CEPAL, 2021). Esse movimento é visto como uma tendência que provavelmente persistirá, mesmo após o fim da pandemia, dado o seu impacto na segurança e conveniência das transações financeiras.

A pandemia também teve um impacto significativo na saúde mental da população. O isolamento social, o medo da doença, a perda de entes queridos e a insegurança econômica contribuíram para o aumento de casos de ansiedade, depressão e outras condições de saúde mental (CEPAL, 2021). Serviços de saúde mental foram sobrecarregados, e a necessidade de apoio psicológico aumentou consideravelmente (Brookings Institution, 2023).

A saúde mental tornou-se uma preocupação central durante a pandemia, com um aumento notável na procura por serviços psicológicos e psiquiátricos. Pesquisas indicam que cerca de 40% dos brasileiros relataram sintomas de ansiedade e depressão durante os períodos mais críticos da pandemia (Banco Mundial, 2021). A escassez de profissionais especializados, combinada com a sobrecarga dos serviços de saúde, fez com que muitas pessoas não recebessem o tratamento necessário, exacerbando o problema.

Para mitigar esses efeitos, diversas iniciativas foram implementadas, incluindo linhas de apoio psicológico, telemedicina e programas de conscientização sobre a saúde mental. No entanto, a demanda continuou a superar a oferta, destacando a

necessidade de investimentos contínuos em serviços de saúde mental e suporte psicológico (CEPAL, 2021). A crise também revelou desigualdades no acesso a cuidados de saúde mental, com populações vulneráveis enfrentando maiores barreiras para obter o tratamento necessário.

A pandemia teve um impacto profundo no sistema educacional brasileiro. Escolas e universidades foram fechadas, e o ensino remoto tornou-se a principal alternativa. No entanto, a transição para o ensino a distância revelou desigualdades significativas, com muitos estudantes enfrentando dificuldades devido à falta de acesso à tecnologia e internet (Banco Mundial, 2021). A interrupção prolongada das atividades presenciais afetou o aprendizado e o desenvolvimento de milhões de estudantes (IBGE, 2021).

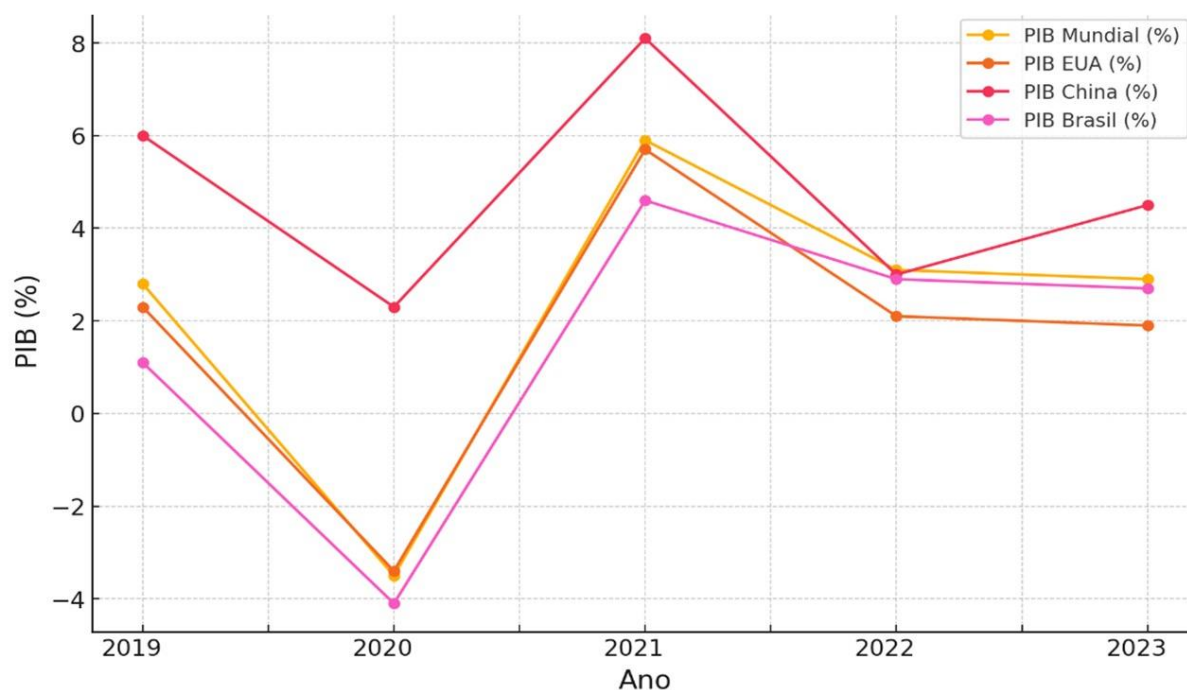
Para enfrentar os desafios impostos pela pandemia, várias iniciativas de capacitação e requalificação profissional foram lançadas. Programas de treinamento e educação online proliferaram, oferecendo cursos em áreas como tecnologia, saúde e negócios. Essas iniciativas visaram preparar a força de trabalho para as novas demandas do mercado e promover a inclusão digital (Banco Mundial, 2021). A requalificação profissional tornou-se uma prioridade para mitigar os impactos do desemprego e apoiar a recuperação econômica (BACEN, 2023).

Considera-se ainda importante retomar novamente sobre o PIB, mesmo neste subcapítulo de efeitos indiretos. Assim, cabe recordar que, antes da pandemia, o Brasil estava em um lento processo de recuperação econômica após a recessão de 2015-2016, com um crescimento modesto do PIB. Em 2019, o PIB cresceu 1,1%, refletindo um desempenho econômico estável, embora tímido (IBGE, 2020). Com a chegada da COVID-19 em 2020, o cenário econômico mudou drasticamente. O PIB brasileiro contraiu-se em 4,1% em 2020, uma das maiores quedas na história recente do país. Essa retração foi causada pela paralisação de atividades econômicas, fechamento de empresas e uma queda acentuada no consumo e investimento (BACEN, 2021), como já dito anteriormente, no subcapítulo que trata dos efeitos indiretos da pandemia.

O gráfico 2 mostra as taxas do PIB mundial de 2019 a 2023 para o Brasil, Estados Unidos, China e o PIB mundial. É possível observar a queda acentuada do PIB brasileiro em 2020, seguida por uma recuperação em 2021. Em comparação, a China teve uma recuperação mais rápida e robusta, enquanto os EUA e o PIB mundial

também mostraram uma recuperação significativa em 2021, mas estabilizaram em níveis mais baixos nos anos seguintes.

Gráfico 2 - Comparação da taxa de crescimento do PIB mundial, EUA, China e Brasil entre 2019 e 2023



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE, IMF, OEDC, 2024

As projeções de recuperação econômica variam, mas indicam um crescimento gradual nos anos subsequentes. Em 2021, o PIB do Brasil cresceu cerca de 4,6%, impulsionado pela retomada das atividades econômicas e o avanço das campanhas de vacinação (BACEN, 2021). No entanto, a recuperação completa dependerá de vários fatores, incluindo a remissão da pandemia, políticas econômicas eficazes e a capacidade de adaptação dos setores produtivos. As previsões do Banco Central do Brasil sugerem um crescimento mais moderado nos anos seguintes, com desafios persistentes como inflação alta e instabilidade política (BACEN, 2023; Banco Mundial, 2021).

A pandemia provocou mudanças significativas nos padrões de exportação e importação do Brasil. A demanda por commodities agrícolas permaneceu alta, especialmente da China, o que ajudou a sustentar as exportações brasileiras. No entanto, setores como a indústria automotiva e de manufaturas enfrentaram quedas nas exportações devido à redução da demanda global e interrupções nas cadeias de suprimentos (MDIC, 2020). As importações também foram afetadas, com uma queda

inicial seguida por uma recuperação lenta, refletindo a volatilidade dos mercados internacionais (BACEN, 2021).

A pandemia expôs vulnerabilidades nas cadeias de suprimentos globais, afetando a disponibilidade de matérias-primas e componentes essenciais. O Brasil, dependente de importações para vários setores industriais, enfrentou desafios significativos. A escassez de insumos e o aumento dos custos de transporte impactaram a produção e elevaram os preços de diversos produtos (CNI, 2019). A necessidade de diversificação das fontes de suprimento e a busca por maior resiliência nas cadeias produtivas tornaram-se questões centrais para a estratégia econômica pós-pandemia (Banco Mundial, 2021).

Uma das mudanças mais marcantes provocadas pela pandemia foi a transição para o trabalho remoto, como já mencionado. Ademais, os setores produtivos precisaram se adaptar rapidamente às novas condições impostas pela pandemia. Indústrias ajustaram suas linhas de produção para fabricar equipamentos médicos e EPIs, enquanto empresas de serviços investiram em plataformas digitais para continuar operando. A inovação e a flexibilidade tornaram-se essenciais para a sobrevivência e competitividade das empresas (CEPAL, 2021). A crise também acelerou tendências como a automação e a digitalização, que já estavam em curso antes da pandemia (BACEN, 2021).

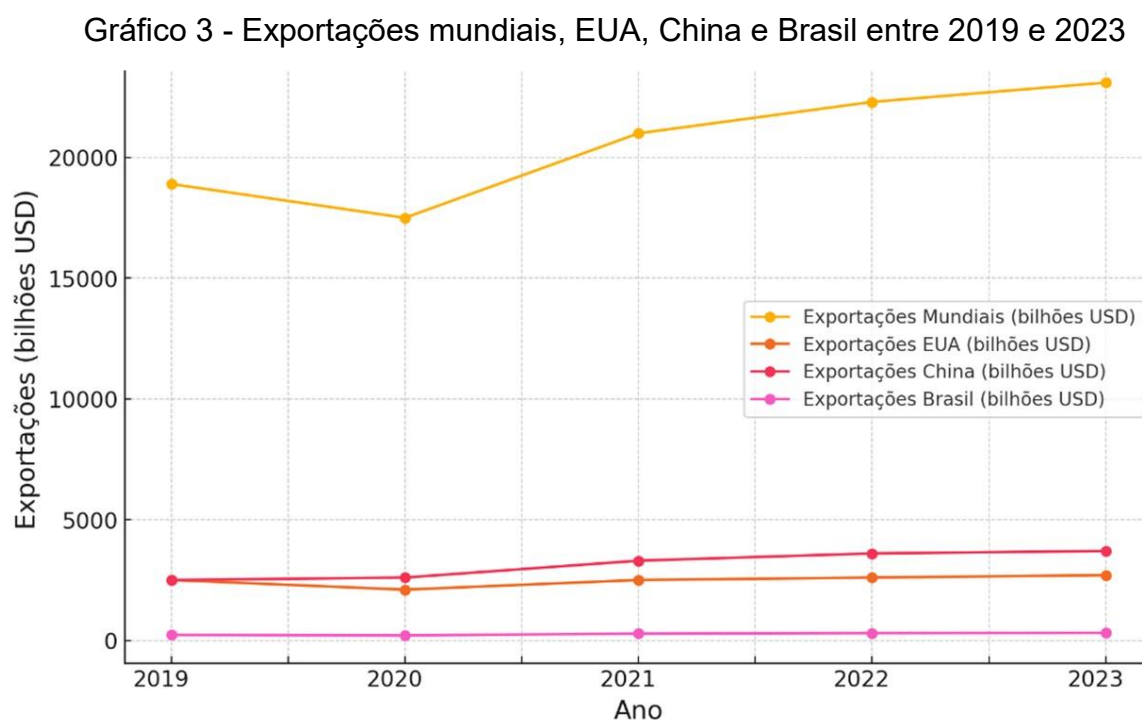
A pandemia também provocou mudanças no comportamento de consumo. Com as restrições de mobilidade e o fechamento de lojas físicas, o comércio eletrônico experimentou um crescimento acelerado, como já dito anteriormente.

O gráfico 3 mostra as exportações em bilhões de USD para o mundo, EUA, China e Brasil entre 2019 e 2023. Em 2019, as economias apresentaram crescimento estável, refletindo um comércio global ativo. No entanto, em 2020, a pandemia de COVID-19 causou uma redução significativa nas exportações globais devido às interrupções nas cadeias de suprimentos e à queda na demanda global. As exportações dos EUA diminuíram, enquanto as da China aumentaram ligeiramente devido à alta demanda por produtos médicos e eletrônicos. O Brasil viu suas exportações caírem, influenciadas pela redução na demanda global por commodities.

Em 2021, houve uma recuperação significativa nas exportações globais, impulsionadas pela reabertura das economias e aumento na demanda. As exportações dos EUA e da China cresceram substancialmente, refletindo estímulos econômicos internos e aumento da demanda externa. O Brasil também experimentou

crescimento nas exportações, beneficiando-se da alta nos preços das commodities e recuperação da demanda global. Em 2022, apesar das tensões geopolíticas causadas pela guerra na Ucrânia, as exportações mundiais continuaram a crescer, mostrando a resiliência do comércio global. O Brasil viu um aumento contínuo nas exportações, com os altos preços das commodities favorecendo as exportações agrícolas e minerais.

Em 2023, as exportações globais estão estabilizadas, refletindo a normalização das cadeias de suprimentos. O Brasil continua a se beneficiar da estabilização dos preços das commodities, embora enfrente desafios internos como a necessidade de reformas estruturais.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE, IMF, OECD, 2024

Esses dados mostram como eventos globais, como a pandemia e a guerra na Ucrânia, influenciaram significativamente as exportações brasileiras, destacando a interdependência das economias mundiais e os efeitos de choques externos no comércio internacional.

Buscou-se até aqui apresentar uma análise abrangente dos impactos da pandemia de COVID-19 na economia brasileira, evidenciando tanto os efeitos diretos quanto indiretos em diversos setores. Este estudo revelou a profundidade e a

extensão das repercussões econômicas, sociais e políticas decorrentes desta crise sanitária global, oferecendo insights valiosos para futuras políticas e estratégias de recuperação.

6.5 MEDIDAS ECONÔMICAS E CANAIS DE TRANSMISSÃO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Neste subcapítulo, será detalhado o conjunto de medidas econômicas implementadas durante a pandemia da COVID 19 e seus respectivos canais de transmissão na economia brasileira. A análise abrange as políticas fiscais, monetárias, comerciais e cambiais, destacando como cada uma delas desempenhou um papel crucial na mitigação dos impactos econômicos da crise e na promoção da recuperação econômica. Essa abordagem busca oferecer uma visão integrada das estratégias adotadas, proporcionando uma compreensão mais aprofundada das decisões econômicas tomadas em um contexto de grande incerteza.

6.5.1 Medidas Fiscais

Durante a pandemia de COVID-19, os governos ao redor do mundo, incluindo o Brasil, implementaram uma série de medidas fiscais para sustentar a economia e apoiar a população afetada. As políticas fiscais adotadas foram amplamente expansionistas, focadas em aumentar os gastos públicos e fornecer alívio fiscal para empresas e indivíduos.

6.5.1.1 Descrição das Políticas Fiscais adotadas durante a pandemia de COVID-19

No Brasil, o governo lançou pacotes de estímulo fiscal que incluíam transferências de renda, subsídios e isenções fiscais. O programa de auxílio emergencial foi uma das principais medidas adotadas, destinado a fornecer suporte financeiro direto aos cidadãos mais vulneráveis. Este programa foi essencial para sustentar o consumo durante a crise, evitando um colapso mais profundo na demanda agregada. Segundo Araújo e Silva (2021), as transferências de renda ajudaram a manter o poder de compra das famílias e a mitigar os impactos sociais da pandemia.

Além do auxílio emergencial, o governo brasileiro implementou programas de crédito e garantias para apoiar as pequenas e médias empresas, que foram particularmente afetadas pelas restrições de mobilidade e queda na demanda. Esses

programas ajudaram a evitar uma onda de falências e demissões, mantendo o emprego e a atividade econômica em níveis mais sustentáveis. Os programas de crédito foram cruciais para manter a liquidez das empresas e garantir sua sobrevivência durante a crise.

Outra medida significativa foi a prorrogação de prazos para o pagamento de impostos e contribuições, bem como a redução temporária de algumas alíquotas. Essas políticas de alívio fiscal foram projetadas para reduzir a carga tributária sobre as empresas e os indivíduos, proporcionando um alívio financeiro imediato. Ribeiro (2020) argumenta que essas medidas ajudaram a aliviar a pressão financeira sobre as empresas e promover a recuperação econômica.

6.5.1.2 Análise dos Impactos Fiscais na economia brasileira durante o período

As medidas fiscais adotadas durante a pandemia de COVID-19 tiveram impactos significativos na economia brasileira. A implementação do programa de auxílio emergencial, por exemplo, foi essencial para sustentar a demanda agregada em um momento em que a atividade econômica estava em forte declínio. Segundo dados do IBGE, o auxílio emergencial ajudou a evitar uma queda ainda maior no PIB brasileiro em 2020, proporcionando um suporte vital para milhões de famílias em situação de vulnerabilidade.

Os programas de crédito e garantias também tiveram um papel crucial na manutenção da atividade econômica. Ao fornecer liquidez às pequenas e médias empresas, essas políticas ajudaram a evitar uma onda de falências que poderia ter consequências devastadoras para o emprego e a produção econômica. Um estudo de Feijó et al. (2022) mostra que as empresas que tiveram acesso aos programas de crédito do governo conseguiram manter suas operações e preservar empregos, contribuindo para uma recuperação econômica mais rápida.

No entanto, as políticas fiscais expansionistas também resultaram em um aumento significativo do déficit fiscal e da dívida pública. O governo brasileiro precisou emitir uma quantidade substancial de dívida, aproximadamente R\$ 743 bilhões para financiar os pacotes de estímulo, o que levou a uma deterioração das contas públicas. Segundo Silva e Santos (2020), durante o período de 2020, o Brasil teve um déficit fiscal primário de aproximadamente R\$ 743 bilhões, equivalente a 10,0% do PIB, segundo o Tesouro Nacional (2021). A dívida pública bruta, por sua vez, saltou de

74,3% do PIB em 2019 para 88,8% em 2020, chegando a quase R\$ 6,6 trilhões. Esses números mostram o peso das medidas emergenciais na economia e o impacto sobre as contas públicas, que atingiram níveis historicamente elevados, chegando a quase R\$ 6,6 trilhões. O déficit primário do Brasil aumentou consideravelmente em 2020, e a dívida pública alcançou níveis recordes. Essa situação levanta preocupações sobre a sustentabilidade fiscal a longo prazo e a capacidade do governo de responder a futuras crises econômicas.

Além disso, a eficácia das medidas fiscais na mitigação dos impactos da pandemia variou entre diferentes setores da economia. Enquanto algumas indústrias, como o comércio eletrônico e a tecnologia, conseguiram se adaptar rapidamente às novas condições e até crescer durante a crise, outros setores, como o turismo e a aviação, enfrentaram desafios significativos e uma recuperação mais lenta. A análise de Silva (2021) destaca que a recuperação econômica no Brasil foi desigual, com setores mais afetados ainda lutando para voltar aos níveis pré-pandemia.

Em resumo, as medidas fiscais adotadas pelo Brasil durante a pandemia de COVID-19 foram essenciais para sustentar a economia e mitigar os impactos negativos da crise. O programa de auxílio emergencial, os programas de crédito e garantias, e as políticas de alívio fiscal desempenharam um papel crucial na manutenção da demanda agregada e na preservação do emprego. No entanto, essas políticas também resultaram em um aumento significativo do déficit fiscal e da dívida pública, levantando questões sobre a sustentabilidade fiscal a longo prazo. A experiência do Brasil durante a pandemia destaca a importância de políticas fiscais coordenadas e bem implementadas para enfrentar crises econômicas, bem como a necessidade de um planejamento fiscal cuidadoso para garantir a resiliência econômica a longo prazo.

6.5.2 Medidas Monetárias

Durante a pandemia de COVID-19, a resposta monetária foi crucial para estabilizar a economia e mitigar os impactos econômicos adversos. A crise desencadeada pela pandemia representou um choque sem precedentes para a economia global, afetando tanto a oferta quanto a demanda. As restrições de mobilidade, as medidas de distanciamento social e os *lockdowns* impostos para conter a propagação do vírus resultaram em uma queda abrupta na atividade econômica. Além disso, a incerteza generalizada sobre a duração e a gravidade da pandemia

levou a uma deterioração significativa na confiança dos consumidores e investidores, aumentando a volatilidade nos mercados financeiros.

Nesse contexto, os bancos centrais ao redor do mundo, incluindo o Banco Central do Brasil, desempenharam um papel fundamental na formulação e implementação de políticas monetárias expansionistas para aumentar a liquidez no sistema financeiro e apoiar a atividade econômica. A rápida e robusta resposta monetária foi essencial para evitar um colapso financeiro e sustentar a economia durante o período mais agudo da crise. Ao reduzir as taxas de juros, aumentar as operações de compra de ativos e flexibilizar as exigências de reserva, os bancos centrais buscaram assegurar que os mercados financeiros continuassem a funcionar de maneira eficiente e que o crédito continuasse a fluir para empresas e consumidores.

No Brasil, o Banco Central adotou uma abordagem proativa, implementando uma série de medidas para mitigar os efeitos negativos da pandemia. A redução da taxa Selic, que é a taxa básica de juros da economia, foi uma das principais ferramentas utilizadas para estimular a economia. Ao reduzir a Selic a níveis historicamente baixos, o Banco Central procurou tornar o custo do crédito mais acessível, incentivando o consumo e o investimento em um momento em que a atividade econômica estava severamente impactada. Essa medida foi acompanhada por operações de relaxamento quantitativo, que envolveram a compra de títulos públicos e privados para injetar liquidez no sistema financeiro, garantindo que os bancos tivessem recursos suficientes para continuar concedendo crédito.

6.5.2.1 Políticas Monetárias implementadas durante a pandemia de COVID-19

A primeira medida significativa adotada pelo Banco Central do Brasil foi a redução da taxa Selic, que é a taxa básica de juros da economia. A Selic foi reduzida a níveis historicamente baixos, chegando a 2% ao ano em agosto de 2020. Essa redução teve como objetivo principal estimular o crédito e o investimento, tornando o custo dos empréstimos mais barato para empresas e consumidores. A política de redução da Selic foi alinhada com a estratégia global de bancos centrais para enfrentar a crise, como destacado por Bernanke et al. (2020), que defendem que taxas de juros mais baixas podem ajudar a reativar a economia durante recessões.

Além da redução da Selic, o Banco Central do Brasil implementou uma série de medidas de relaxamento quantitativo. Essas medidas incluíram a compra de títulos públicos e privados no mercado secundário, com o objetivo de injetar liquidez no sistema financeiro e assegurar que os bancos tivessem recursos suficientes para conceder crédito. Segundo Feijó et al. (2022), as operações de relaxamento quantitativo foram cruciais para evitar uma crise de liquidez no sistema bancário, garantindo a estabilidade financeira e facilitando o acesso ao crédito.

Outra medida importante foi a flexibilização das exigências de reserva dos bancos. O Banco Central reduziu os requisitos de reserva compulsória, permitindo que os bancos tivessem mais recursos disponíveis para emprestar. Essa medida ajudou a aumentar a liquidez no mercado de crédito e facilitou o financiamento para empresas e indivíduos, de forma que a flexibilização das reservas compulsórias foi essencial para garantir que o sistema bancário pudesse continuar operando de maneira eficaz durante a crise.

Além disso, o Banco Central do Brasil estabeleceu linhas de crédito emergenciais direcionadas a setores específicos da economia que foram particularmente afetados pela pandemia. Essas linhas de crédito incluíam programas de financiamento para pequenas e médias empresas, que enfrentaram dificuldades significativas devido às restrições de mobilidade e à queda na demanda. Esses programas, como o Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), ofereceram condições de financiamento favoráveis, com juros baixos e prazos alongados, para ajudar as empresas a superarem a crise.

O Banco Central também adotou medidas para garantir a estabilidade do mercado de câmbio. Em resposta à volatilidade cambial causada pela pandemia, o Banco Central realizou intervenções no mercado de câmbio, vendendo reservas internacionais e oferecendo *swaps* cambiais para fornecer liquidez e estabilizar a taxa de câmbio. Essas intervenções foram cruciais para evitar uma depreciação excessiva do real, que poderia ter levado a uma inflação importada e aumentado os custos de produção.

6.5.2.2 Efeitos dessas políticas sobre a Economia e a População

As políticas monetárias implementadas pelo Banco Central do Brasil durante a pandemia de COVID-19 tiveram impactos significativos na economia e na população.

A redução da taxa Selic, por exemplo, ajudou a diminuir o custo do crédito, facilitando o acesso a empréstimos para empresas e consumidores. Essa medida foi crucial para manter a demanda agregada em um momento de forte contração econômica. De acordo com Almeida (2020), a redução da Selic contribuiu para a manutenção do consumo das famílias e o investimento das empresas, mitigando os impactos negativos da pandemia.

As operações de relaxamento quantitativo e a flexibilização das reservas compulsórias aumentaram significativamente a liquidez no sistema financeiro, garantindo que os bancos pudessem continuar concedendo crédito. Isso foi essencial para evitar uma crise de crédito, que poderia ter consequências devastadoras para a economia. Um estudo de Feijó et al. (2022) mostra que as medidas de relaxamento quantitativo ajudaram a estabilizar o sistema bancário e a manter a confiança dos investidores, evitando uma crise financeira mais profunda.

As linhas de crédito emergenciais, como o Pronampe, tiveram um papel crucial no apoio às pequenas e médias empresas, que foram duramente afetadas pela pandemia. Esses programas ajudaram a evitar falências em massa e a preservar empregos, contribuindo para a resiliência econômica. De forma, que empresas que tiveram acesso ao Pronampe conseguiram manter suas operações durante a crise, garantindo a continuidade dos negócios e a preservação de postos de trabalho.

As intervenções no mercado de câmbio ajudaram a estabilizar a taxa de câmbio e a evitar uma depreciação excessiva do real. Isso foi importante para controlar a inflação e proteger o poder de compra da população. De acordo com Silber (2020), as intervenções cambiais foram eficazes em manter a estabilidade do real, evitando pressões inflacionárias que poderiam ter agravado a crise econômica.

No entanto, apesar dos benefícios, as políticas monetárias expansionistas também apresentaram desafios. A redução da taxa Selic a níveis historicamente baixos levantou preocupações sobre a sustentabilidade da política monetária a longo prazo. Com juros tão baixos, há um risco de aumento da inflação e de desequilíbrios no mercado financeiro. Almeida (2020) destaca que a manutenção de uma política monetária expansionista por um período prolongado pode levar a distorções nos preços dos ativos e a uma alocação ineficiente de recursos.

Além disso, as medidas de relaxamento quantitativo e a expansão da liquidez aumentaram a preocupação com a sustentabilidade fiscal e a capacidade do governo de gerir a dívida pública. O aumento da dívida pública para financiar as medidas de

estímulo monetário e fiscal pode representar um desafio significativo para a política econômica nos próximos anos. Feijó et al. (2022) argumentam que a combinação de alta dívida pública e política monetária expansionista pode limitar a capacidade do governo de responder a futuras crises econômicas.

Em resumo, as políticas monetárias implementadas pelo Banco Central do Brasil durante a pandemia de COVID-19 foram essenciais para estabilizar a economia e mitigar os impactos negativos da crise. A redução da taxa Selic, as operações de relaxamento quantitativo, a flexibilização das reservas compulsórias e as intervenções no mercado de câmbio ajudaram a aumentar a liquidez, garantir o acesso ao crédito e estabilizar a moeda. No entanto, essas políticas também levantaram preocupações sobre a sustentabilidade fiscal e a estabilidade financeira a longo prazo. As lições aprendidas durante a pandemia destacam a importância de uma política monetária flexível e bem coordenada para enfrentar crises econômicas e promover a resiliência econômica.

6.5.3 Medidas Comerciais

A pandemia de COVID-19 afetou significativamente o comércio global, interrompendo cadeias de suprimentos, alterando padrões de demanda e causando uma grande incerteza econômica. As restrições de mobilidade e as medidas de distanciamento social impostas para conter a propagação do vírus resultaram em uma disrupção sem precedentes nas operações comerciais e industriais em todo o mundo. Muitas empresas enfrentaram dificuldades para obter matérias-primas e componentes, o que afetou a produção e a distribuição de bens. Além disso, a queda abrupta na demanda por muitos produtos e serviços devido ao impacto econômico da pandemia levou a uma contração significativa no comércio internacional.

Em resposta a esses desafios, o Brasil implementou uma série de políticas comerciais para mitigar os impactos adversos e promover a recuperação econômica. Reconhecendo a importância de manter o fluxo de comércio e garantir o fornecimento de bens essenciais, o governo brasileiro adotou medidas estratégicas para lidar com a crise. Essas políticas foram projetadas para assegurar o fornecimento de equipamentos médicos e outros insumos críticos, apoiar as exportações, especialmente, de setores estratégicos como o agronegócio, e incentivar a produção local de bens essenciais para reduzir a dependência de importações.

As políticas comerciais do Brasil durante a pandemia incluíram isenções tarifárias, facilitação de crédito, promoção de exportações e incentivos à produção local. A isenção tarifária para a importação de produtos médicos foi uma das primeiras medidas adotadas, permitindo que os hospitais e os sistemas de saúde obtivessem rapidamente os suprimentos necessários para enfrentar a pandemia. Ao mesmo tempo, o governo facilitou o acesso ao crédito para exportadores, garantindo que os setores tivessem os recursos necessários para continuar operando e fornecendo ao mercado global.

Para apoiar ainda mais as exportações, o governo brasileiro intensificou os esforços de promoção internacional dos produtos brasileiros, participando de feiras virtuais e realizando campanhas de marketing direcionadas para abrir novos mercados e fortalecer as relações comerciais existentes. Esses esforços foram cruciais para manter a competitividade das exportações brasileiras em um momento de retração econômica global.

6.5.3.1 Descrição das Políticas Comerciais adotadas durante a pandemia de COVID-19

Uma das primeiras medidas comerciais adotadas pelo governo brasileiro foi a isenção tarifária temporária para a importação de produtos médicos e insumos necessários no combate à COVID-19. Essa política foi crucial para garantir o acesso rápido a equipamentos de proteção individual (EPIs), respiradores, medicamentos e outros suprimentos médicos essenciais. Ao reduzir ou eliminar tarifas sobre esses produtos, o governo facilitou a entrada de insumos críticos no país, ajudando a fortalecer a capacidade do sistema de saúde para enfrentar a pandemia. Ribeiro (2020) destaca que a isenção tarifária foi uma medida essencial para garantir que o Brasil pudesse atender à demanda urgente por produtos médicos durante a crise.

Além das isenções tarifárias, o governo brasileiro também adotou medidas para facilitar o comércio exterior e apoiar as exportações, em especial, em setores estratégicos como o agronegócio. O Brasil é um dos maiores exportadores mundiais de produtos agrícolas e manter o fluxo de exportações foi vital para a economia do país durante a pandemia. Para isso, foram implementadas políticas de facilitação de crédito para exportadores, incluindo a ampliação de linhas de financiamento com condições favoráveis e a extensão dos prazos de pagamento. Essas políticas

ajudaram a garantir que os exportadores tivessem acesso ao financiamento necessário para manter suas operações e continuar a fornecer produtos ao mercado global.

Outra medida importante foi a promoção ativa dos produtos brasileiros no mercado internacional. O governo, através de suas agências de promoção de exportações, intensificou os esforços para divulgar os produtos brasileiros e abrir novos mercados. Isso incluiu a participação em feiras internacionais virtuais, missões comerciais e campanhas de marketing direcionadas. Silva (2021) argumenta que essas iniciativas foram fundamentais para manter a competitividade das exportações brasileiras e mitigar os impactos negativos da pandemia no comércio exterior.

No mercado interno, o governo brasileiro adotou políticas para incentivar a produção local de bens essenciais, visando reduzir a dependência de importações e fortalecer a economia nacional. Isso incluiu subsídios e incentivos fiscais para empresas que fabricavam EPIs, ventiladores e outros equipamentos médicos. Além disso, foram lançados programas de apoio à inovação e pesquisa, destinados a acelerar o desenvolvimento de novos produtos e tecnologias no setor de saúde. Valadão (2023) observa que esses incentivos foram cruciais para aumentar a capacidade de produção local e garantir o abastecimento de produtos essenciais durante a pandemia.

6.5.3.2 Impacto das Políticas Comerciais na Economia e no Comércio Exterior do Brasil

As políticas comerciais adotadas durante a pandemia de COVID-19 tiveram impactos significativos na economia e no comércio exterior do Brasil. A isenção tarifária para produtos médicos ajudou a garantir o fornecimento adequado de insumos essenciais, fortalecendo a resposta do sistema de saúde à crise. Segundo Araújo e Santos (2020), essa medida foi vital para evitar uma escassez de produtos médicos e permitir uma resposta mais eficaz à pandemia.

As políticas de facilitação de crédito e apoio às exportações contribuíram para manter o fluxo de comércio exterior do Brasil, especialmente, no setor agrícola. O agronegócio, que representa uma parcela significativa das exportações brasileiras, conseguiu manter seus níveis de produção e exportação, apesar das dificuldades logísticas e das restrições de mobilidade. Silva (2021) destacam que o suporte

governamental foi essencial para garantir a continuidade das exportações agrícolas, proporcionando uma fonte estável de receitas em divisas e contribuindo para a estabilidade econômica.

A promoção ativa dos produtos brasileiros no mercado internacional também teve um impacto positivo na manutenção da competitividade das exportações. As iniciativas de marketing e as missões comerciais virtuais ajudaram a abrir novos mercados e fortalecer as relações comerciais existentes. Isso foi particularmente importante em um momento de grande incerteza econômica global, quando muitos mercados estavam enfrentando retrações econômicas significativas.

No mercado interno, as políticas de incentivo à produção local ajudaram a aumentar a capacidade de produção de bens essenciais, reduzindo a dependência de importações e fortalecendo a economia nacional. A expansão da capacidade de produção de EPIs, ventiladores e outros equipamentos médicos foi crucial para garantir que o Brasil pudesse enfrentar a pandemia de maneira eficaz. Valadão (2023) destaca que os incentivos à produção local também contribuíram para a geração de empregos e o fortalecimento do setor industrial, promovendo a resiliência econômica durante a crise.

Em resumo, as políticas comerciais adotadas pelo Brasil durante a pandemia de COVID-19 foram essenciais para mitigar os impactos negativos da crise e promover a recuperação econômica. A isenção tarifária para produtos médicos, as políticas de facilitação de crédito e apoio às exportações, e os incentivos à produção local desempenharam um papel crucial na manutenção do fluxo de comércio exterior e no fortalecimento da economia nacional. Essas medidas ajudaram a garantir o abastecimento de insumos essenciais, a preservar empregos e a manter a competitividade das exportações brasileiras, contribuindo para a resiliência econômica em um momento de grande incerteza global.

6.5.4 Medidas Cambiais

Durante a pandemia de COVID-19, as políticas cambiais desempenharam um papel crucial na estabilização econômica e na manutenção da competitividade internacional do Brasil. A volatilidade cambial, exacerbada pela crise global, representou um desafio significativo para as economias emergentes, incluindo o Brasil. Em resposta, o Banco Central do Brasil implementou uma série de políticas

cambiais para mitigar os impactos adversos, garantir a estabilidade da moeda e proteger a economia em relação a choques externos.

6.5.4.1 Políticas Cambiais Implementadas Durante a Pandemia de COVID-19

Uma das primeiras medidas adotadas pelo Banco Central foi a intervenção no mercado de câmbio para evitar uma depreciação excessiva do Real. Em 2020, o Real sofreu uma forte desvalorização devido à fuga de capitais e ao aumento da aversão ao risco entre os investidores globais. Para conter essa volatilidade, o Banco Central vendeu reservas internacionais e ofereceu *swaps* cambiais, fornecendo liquidez ao mercado e estabilizando a taxa de câmbio. Essas intervenções foram essenciais para evitar uma desvalorização descontrolada da moeda, que poderia levar a uma inflação importada e aumentar os custos de produção.

Além das intervenções diretas no mercado de câmbio, o Banco Central flexibilizou os requisitos de reserva para os bancos, permitindo-lhes maior liberdade na gestão de suas posições cambiais. Essa medida ajudou a aumentar a liquidez no mercado de câmbio e a reduzir a pressão sobre a taxa de câmbio. Segundo Silber (2020), a flexibilização dos requisitos de reserva foi uma medida eficaz para manter a estabilidade cambial durante a crise, garantindo que os bancos tivessem os recursos necessários para operar de maneira eficiente.

O Banco Central do Brasil também estabeleceu acordos bilaterais de *swap* com outros bancos centrais, visando garantir o acesso a moeda estrangeira em caso de necessidade. Esses acordos permitiram ao Brasil acessar dólares americanos e outras moedas fortes, fortalecendo a posição cambial do país e assegurando a disponibilidade de recursos para enfrentar a crise. Almeida (2020) destaca que os acordos bilaterais de *swap* foram uma estratégia importante para aumentar a resiliência cambial do Brasil e garantir a estabilidade econômica durante a pandemia.

Outra medida significativa foi a manutenção de uma política monetária expansionista, que incluiu a redução da taxa Selic a níveis historicamente baixos. Embora a taxa Selic seja uma ferramenta de política monetária, suas implicações cambiais são relevantes, pois taxas de juros mais baixas tendem a reduzir a atratividade do real para investidores estrangeiros, influenciando a taxa de câmbio. O Banco Central equilibrou cuidadosamente a necessidade de estímulo econômico com

a estabilidade cambial, monitorando de perto os impactos dessas políticas na taxa de câmbio.

6.5.4.2 Impactos das Políticas Cambiais na estabilidade econômica e na competitividade Internacional

As políticas cambiais implementadas pelo Banco Central durante a pandemia de COVID-19 tiveram impactos significativos na estabilidade econômica do Brasil. As intervenções no mercado de câmbio ajudaram a evitar uma desvalorização descontrolada do real, que poderia ter levado a um aumento acentuado da inflação e a uma deterioração das condições econômicas. De acordo com Silber (2020), as intervenções cambiais foram eficazes em estabilizar o real, proporcionando um ambiente econômico mais previsível e reduzindo a incerteza para empresas e investidores.

A flexibilização dos requisitos de reserva e os acordos bilaterais de swap fortaleceram a posição cambial do Brasil, garantindo que o país tivesse acesso a liquidez suficiente para enfrentar a crise. Essas medidas ajudaram a manter a confiança dos investidores e a evitar uma fuga de capitais, que poderia ter agravado ainda mais a crise econômica.

No entanto, a política de redução da taxa Selic apresentou desafios em termos de competitividade internacional. Embora as taxas de juros mais baixas tenham sido essenciais para estimular a economia interna, elas também reduziram a atratividade do real para investidores estrangeiros, contribuindo para a desvalorização da moeda. Essa desvalorização, embora benéfica para as exportações, aumentou os custos das importações, pressionando a inflação. Ribeiro (2020) destacam que o Banco Central teve que equilibrar cuidadosamente os benefícios de uma política monetária expansionista com os riscos de uma depreciação excessiva do real.

As políticas cambiais também tiveram implicações importantes para a competitividade internacional do Brasil. A desvalorização do real tornou as exportações brasileiras mais competitivas no mercado global, beneficiando setores exportadores como o agronegócio e a mineração. No entanto, os custos mais altos das importações, especialmente de insumos industriais e bens de capital, aumentaram os custos de produção para as empresas brasileiras, o que pode ter efeitos adversos na competitividade a longo prazo.

Em resumo, as políticas cambiais adotadas pelo Banco Central do Brasil durante a pandemia de COVID-19 foram fundamentais para estabilizar a economia e manter a competitividade internacional. As intervenções no mercado de câmbio, a flexibilização dos requisitos de reserva, os acordos bilaterais de swap e a política de redução da taxa Selic ajudaram a mitigar os impactos negativos da crise, garantindo a liquidez e a estabilidade financeira. No entanto, essas políticas também apresentaram desafios, particularmente em termos de equilíbrio entre a estabilidade cambial e a competitividade internacional. As lições aprendidas durante a pandemia são valiosas para a formulação de políticas cambiais em futuras crises, destacando a importância de uma abordagem equilibrada e coordenada.

6.5.5 Reflexões Comparativas Finais sobre as Políticas fiscais, monetárias, comerciais e cambiais adotadas durante as pandemias de Gripe Espanhola e de COVID-19 no Brasil

A Gripe Espanhola representou um dos períodos mais desafiadores para a economia global, exigindo respostas rápidas e eficazes por parte dos governos. No Brasil, as medidas econômicas adotadas foram multifacetadas e envolveram políticas fiscais, monetárias, comerciais e cambiais. Cada uma dessas áreas desempenhou um papel crucial na mitigação dos impactos econômicos da pandemia e na promoção da recuperação econômica.

As políticas fiscais focaram no aumento dos gastos públicos, especialmente em saúde e infraestrutura, para sustentar a demanda agregada. A intervenção do governo em áreas críticas ajudou a criar empregos e a manter a atividade econômica em um momento de grande incerteza. A política monetária, por sua vez, envolveu a redução das taxas de juros e a flexibilização da oferta monetária para aumentar a liquidez no sistema financeiro e estimular o crédito.

As políticas comerciais adotaram tarifas protecionistas e incentivos para promover a industrialização local, reduzindo a dependência de importações e fortalecendo a economia interna. As políticas cambiais, detalhadas no estudo de Wilson Suzigan, mostraram uma transição de um regime de liberdade cambial para um controle mais rigoroso, estabilizando a moeda e protegendo o setor exportador, especialmente, o café.

Da mesma forma, a pandemia de COVID-19 trouxe desafios econômicos sem precedentes que exigiram respostas rápidas e eficazes. O Brasil implementou uma série de políticas fiscais, monetárias, comerciais e cambiais para mitigar os impactos negativos da pandemia e promover a recuperação econômica.

Durante a COVID-19, as políticas fiscais foram essenciais para sustentar a demanda agregada através de programas de auxílio emergencial, subsídios e isenções fiscais. Essas medidas ajudaram a manter o consumo e evitaram um colapso econômico mais profundo. Os programas de crédito e garantias foram cruciais para apoiar pequenas e médias empresas, preservando empregos e mantendo a atividade econômica.

A política monetária durante a COVID-19 envolveu a redução da taxa Selic e a implementação de medidas de relaxamento quantitativo para aumentar a liquidez no sistema financeiro. Essas ações foram essenciais para evitar uma crise de crédito e garantir que o crédito continuasse a fluir para empresas e consumidores.

As políticas comerciais adotadas durante a COVID-19 incluíram isenções tarifárias para produtos médicos essenciais, facilitação de crédito para exportadores e incentivos à produção local. Essas medidas ajudaram a garantir o fornecimento de bens críticos, apoiar as exportações e fortalecer a economia interna.

As políticas cambiais foram fundamentais para estabilizar a moeda e manter a competitividade internacional. As intervenções no mercado de câmbio, a flexibilização dos requisitos de reserva e os acordos bilaterais de *swap* ajudaram a evitar uma depreciação excessiva do Real, protegeram a economia contra choques externos e garantiram a estabilidade econômica.

Ao analisar comparativamente as políticas adotadas durante a Gripe Espanhola e a COVID-19, é evidente que cada uma teve um papel específico e interdependente na estabilização e recuperação econômica do Brasil. As políticas fiscais e monetárias foram cruciais para sustentar a demanda agregada e garantir a liquidez no mercado financeiro. A redução das taxas de juros e o aumento dos gastos públicos ajudaram a mitigar o impacto imediato das pandemias, evitando um colapso econômico mais profundo.

As políticas comerciais e cambiais, por outro lado, foram fundamentais para garantir a competitividade internacional e estabilizar o setor exportador. As tarifas protecionistas e os incentivos à produção local permitiram um crescimento industrial sustentável, enquanto as intervenções no mercado de câmbio estabilizaram a moeda

e evitaram a fuga de capitais. A combinação dessas políticas criou um ambiente econômico mais previsível e resiliente.

As medidas econômicas adotadas durante a Gripe Espanhola e a COVID-19 foram, em grande parte, eficazes em mitigar os impactos negativos das pandemias e promover a recuperação econômica. No entanto, é importante reconhecer que essas políticas também apresentaram desafios e limitações. O aumento dos gastos públicos resultou em um déficit fiscal significativo e em um aumento da dívida pública, levantando questões sobre a sustentabilidade fiscal a longo prazo.

As políticas monetárias, embora eficazes em aumentar a liquidez e estimular o crédito, também enfrentaram o desafio de controlar a inflação em um ambiente econômico volátil. As políticas cambiais, apesar de estabilizarem a moeda, exigiram uma gestão cuidadosa das reservas internacionais e a implementação de controles rigorosos para evitar a especulação.

A experiência do Brasil durante a Gripe Espanhola e a COVID-19 destaca a importância de políticas econômicas coordenadas e bem implementadas em tempos de crise. A integração das teorias keynesianas com modelos clássicos forneceu uma base teórica robusta para a implementação dessas políticas, equilibrando o crescimento econômico com a estabilidade de preços e o pleno emprego.

Em conclusão, as lições aprendidas com as políticas econômicas adotadas durante a Gripe Espanhola e a COVID-19 são valiosas para a formulação de respostas eficazes em futuras crises. A necessidade de um planejamento cuidadoso, a importância de políticas coordenadas e a capacidade de adaptação às condições econômicas mutáveis são elementos cruciais para garantir a resiliência e a sustentabilidade econômica a longo prazo. As medidas adotadas pelo Brasil durante esses períodos demonstram a eficácia de uma abordagem abrangente e integrada para enfrentar crises econômicas, oferecendo insights importantes para a gestão de futuras crises globais.

O Quadro 2 apresenta um breve resumo das medidas econômicas adotadas nas pandemias da Gripe Espanhola e da Covid-19.

Quadro 2 - Resumo das medidas econômicas adotadas no enfrentamento das pandemias de Gripe Espanhola e Covid-19

Pandemia	Medida Fiscal	Medida Monetária	Medida Cambial	Medida Comercial
Gripe Espanhola	Políticas keynesianas, como o aumento dos gastos públicos e alívio fiscal	A flexibilização da política monetária com o objetivo de aumentar a liquidez no sistema financeiro e reduções na taxa de juros	Mudança no regime cambial existente no período de flexível para câmbio fixo	A adoção de tarifas protecionistas que visavam proteger as indústrias e políticas para incentivar a produção local de bens que antes eram importados
Covid-19	Transferências de renda, subsídios e isenções fiscais	Redução da Selic, séries de relaxamento quantitativo e a flexibilização das exigências de reserva dos bancos	A intervenção no mercado de câmbio para evitar uma depreciação excessiva do Real e acordos bilaterais de swap com outros bancos centrais	A isenção tarifária temporária para a importação e medidas para facilitar o comércio exterior e apoiar as exportações (agro em especial)

Elaborado pelo autor

7 CONCLUSÃO

Historicamente, pandemias têm se mostrado eventos de enorme impacto, capazes de transformar profundamente o rumo das sociedades. Esses episódios não apenas desencadeiam crises de saúde pública, mas também provocam mudanças significativas nas estruturas sociais, econômicas e políticas. A intensidade dessas crises frequentemente demanda respostas imediatas e coordenadas, expondo as fragilidades e vulnerabilidades inerentes aos sistemas estabelecidos.

Nesse sentido, ao longo deste trabalho, foi possível constatar que a Gripe Espanhola de 1918-1919, que se espalhou globalmente durante a Primeira Guerra Mundial, trouxe à tona as deficiências nos sistemas de saúde pública da época e destacou a necessidade de respostas mais estruturadas e eficazes para lidar com pandemias. Da mesma forma, a pandemia de COVID-19, iniciada em 2020, mostrou como a interconexão econômica e a mobilidade global podem acelerar a disseminação de doenças, exigindo uma resposta internacional coordenada e o fortalecimento das infraestruturas de saúde.

Este estudo comparativo entre os surtos de Gripe Espanhola e de COVID-19 teve como objetivo revelar lições valiosas para a formulação de políticas públicas que possam vir a ser úteis para o enfrentamento de novas crises pandêmicas. A análise efetuada nesta tese das duas pandemias, ocorridas em contextos históricos e tecnológicos tão diferentes, proporcionou uma perspectiva rica e abrangente sobre como as sociedades podem responder mais eficazmente a crises sanitárias e econômicas.

Durante o período aflitivo da Gripe Espanhola, a falta de conhecimento médico e de tecnologias avançadas limitou severamente a capacidade de resposta, resultando em medidas de contenção muitas vezes improvisadas e ineficazes. Em contraste, a resposta à pandemia de COVID-19 considerou os avanços científicos e tecnológicos da humanidade, incluindo o desenvolvimento rápido de vacinas, o uso de tecnologias de informação para rastreamento de contatos e a implementação de políticas de distanciamento social baseadas em modelos epidemiológicos. No entanto, as duas pandemias evidenciaram a importância de políticas públicas bem planejadas e a necessidade de sistemas de saúde pública robustos e adaptáveis.

As lições extraídas desta comparação são cruciais para a formulação de políticas públicas que sejam não apenas eficazes, mas também resilientes no

enfrentamento de futuras crises. Ao analisar as respostas históricas e contemporâneas a essas pandemias, é possível identificar tanto práticas bem-sucedidas quanto ações falhas, o que suscita um entendimento mais profundo sobre como melhorar a preparação e a resposta a crises sanitárias. Dessa forma, a experiência da Gripe Espanhola sublinha a importância de uma infraestrutura de saúde pública sólida e de cooperação internacional, enquanto o caso da COVID-19 destaca a necessidade de inovação tecnológica e de estratégias de mitigação rápida e eficaz. A integração dessas lições pode ajudar a desenvolver políticas públicas que não apenas respondam às crises imediatas, mas também fortaleçam a resiliência das sociedades a longo prazo.

A Gripe Espanhola ocorreu em um contexto de menor globalização, durante a Primeira Guerra Mundial, afetando um mundo onde as redes de transporte emergentes facilitaram a disseminação do vírus de maneira rápida e descontrolada. No Brasil, a pandemia agravou uma economia que já estava fragilizada pelos impactos da guerra, exacerbando a falta de infraestrutura de saúde pública robusta e eficaz. A resposta à pandemia foi severamente limitada pela tecnologia e pelo conhecimento médico disponíveis na época, o que resultou em medidas de contenção muitas vezes improvisadas e ineficazes. Essas limitações refletiram-se na alta mortalidade e na dificuldade em controlar a disseminação do vírus, destacando a vulnerabilidade das sociedades da época frente a crises sanitárias de grande magnitude.

A pandemia de COVID-19, por sua vez, aconteceu em um mundo altamente globalizado, onde a interconexão econômica e a mobilidade internacional desempenharam um papel significativo na rápida propagação do vírus. A globalização, com suas complexas cadeias de suprimentos e frequentes viagens internacionais, acelerou a disseminação da COVID-19 a uma velocidade inédita. A pandemia resultou em uma recessão global sem precedentes desde a Segunda Guerra Mundial, impactando severamente tanto economias emergentes quanto desenvolvidas. No Brasil, os efeitos foram particularmente severos, afetando de forma abrangente a saúde pública e a economia.

As respostas à COVID-19, embora beneficiadas por avanços tecnológicos e científicos, também envolveram desafios significativos. A necessidade de rápida adaptação e a implementação de medidas como o distanciamento social, o uso de máscaras e o desenvolvimento acelerado de vacinas demonstraram a complexidade e a interdependência do mundo moderno em enfrentar crises sanitárias. A pandemia

de COVID-19 evidenciou a importância de políticas públicas eficazes e de um sistema de saúde preparado para lidar com emergências globais, reforçando a necessidade de uma infraestrutura resiliente e adaptável.

As pandemias de Gripe Espanhola e de COVID-19 apresentaram efeitos econômicos distintos e significativos, refletindo os contextos históricos e as respostas políticas de cada século. Durante a Gripe Espanhola, a alta taxa de mortalidade e o adoecimento generalizado da força de trabalho resultaram em uma escassez de mão de obra significativa, afetando negativamente a produção agrícola e industrial. A agricultura, que dependia fortemente do trabalho manual, viu-se especialmente prejudicada pela falta de trabalhadores disponíveis para plantar, cuidar e colher as safras. A indústria também sofreu com a ausência de operários, havendo uma diminuição da produção e dificuldades na manutenção das operações.

A falta de uma resposta coordenada do governo e a limitada infraestrutura de saúde pública exacerbaram esses efeitos econômicos, pois a incapacidade de conter o vírus de forma eficaz levou a uma propagação desenfreada e a uma crise de saúde pública que sobrecarregou os hospitais e os sistemas médicos já insuficientes. As iniciativas de apoio financeiro e os subsídios oferecidos foram insuficientes para mitigar os danos a longo prazo, evidenciando a fragilidade da economia brasileira frente a crises sanitárias de grande escala e a necessidade de uma abordagem mais robusta e coordenada para enfrentar tais desafios.

A pandemia de COVID-19, embora tenha ocorrido em um contexto histórico diferente, trouxe à tona questões econômicas igualmente significativas. A interdependência econômica global, característica do século XXI, significou que as interrupções em um país rapidamente afetavam cadeias de suprimentos e mercados ao redor do mundo. No Brasil, a COVID-19 expôs fragilidades econômicas pré-existentes e introduziu novos desafios, como choques de oferta e demanda, volatilidade do mercado e incertezas econômicas generalizadas. A redução da demanda global por commodities brasileiras e a interrupção das cadeias de suprimentos afetaram a economia nacional de forma abrangente. O governo brasileiro implementou pacotes de estímulo econômico e medidas fiscais e monetárias para mitigar os efeitos da pandemia, mas a crise destacou a necessidade de reformas estruturais profundas e de uma infraestrutura de saúde pública mais robusta e preparada para futuras emergências. Além disso, a pandemia acentuou as desigualdades socioeconômicas, afetando desproporcionalmente as populações mais

vulneráveis, que enfrentaram maiores dificuldades para acessar cuidados de saúde e suporte econômico. A comparação entre as duas pandemias sublinha a importância de políticas públicas eficazes, coordenadas e adaptativas para enfrentar crises de saúde pública e suas consequências econômicas.

Por outro lado, a pandemia de COVID-19 expôs fragilidades econômicas preexistentes e introduziu novos desafios, como choques de oferta e demanda, volatilidade do mercado e incertezas econômicas. Essas perturbações revelaram a vulnerabilidade da economia brasileira, que já enfrentava dificuldades importantes antes da pandemia. A interrupção nas cadeias de suprimento, a redução da atividade econômica global e as restrições de mobilidade tiveram um impacto profundo, resultando em uma desaceleração econômica generalizada. Em resposta a esses desafios, o governo brasileiro implementou pacotes de estímulo econômico e uma série de medidas fiscais e monetárias para mitigar os efeitos devastadores da pandemia. Essas ações incluíram cortes nas taxas de juros, programas de compra de ativos e auxílio financeiro direto às empresas e indivíduos mais afetados.

No entanto, apesar desses esforços, a crise destacou a necessidade urgente de reformas estruturais. A falta de uma infraestrutura de saúde pública robusta e preparada mostrou-se um dos maiores obstáculos na luta contra a COVID-19, sublinhando a importância de investimentos contínuos em sistemas de saúde eficientes e acessíveis para todos.

Além disso, a pandemia acentuou as desigualdades socioeconômicas, afetando desproporcionalmente as populações mais vulneráveis. Comunidades de baixa renda, trabalhadores informais e grupos marginalizados enfrentaram maiores dificuldades para acessar cuidados de saúde adequados e suporte econômico durante a crise. Essas populações foram as mais atingidas tanto pelos impactos diretos da doença quanto pelas consequências econômicas das medidas de contenção, como o fechamento de negócios e a perda de empregos. A crise expôs a profundidade das desigualdades no Brasil e ressaltou a necessidade de políticas públicas que abordem diretamente essas disparidades, promovendo uma recuperação econômica mais inclusiva e equitativa. A pandemia evidenciou que, para alcançar uma recuperação sustentável e resiliente, é crucial implementar reformas que não apenas fortaleçam a infraestrutura de saúde, mas também que reduzam as desigualdades socioeconômicas, garantindo que todos os segmentos da população tenham acesso a recursos e oportunidades essenciais.

A análise das medidas econômicas durante pandemias revela a importância de uma abordagem coordenada e multifacetada. Políticas fiscais, monetárias, cambiais e comerciais desempenham papéis cruciais na mitigação dos efeitos econômicos e na promoção da recuperação. Durante a Gripe Espanhola, as políticas fiscais foram limitadas pela falta de coordenação e infraestrutura. A resposta à COVID-19 incluiu pacotes de estímulo econômico significativos que ajudaram a sustentar a demanda agregada.

Políticas monetárias visam garantir a liquidez do mercado e a estabilidade econômica. Durante a Gripe Espanhola, as intervenções monetárias foram limitadas pela tecnologia e conhecimento da época. A resposta à COVID-19 incluiu cortes nas taxas de juros e programas de compra de ativos, que foram cruciais para manter a liquidez e evitar uma crise de crédito. A estabilidade cambial é vital durante crises econômicas. As flutuações cambiais durante a Gripe Espanhola complicaram a resposta econômica. Na pandemia de COVID-19, intervenções dos bancos centrais ajudaram a estabilizar as moedas e a proteger os mercados internos. As políticas comerciais durante pandemias devem ser flexíveis para garantir o fluxo de mercadorias essenciais. A dependência do Brasil de exportações agrícolas foi um desafio durante a Gripe Espanhola. No período da COVID-19, ajustes nas tarifas e regulamentações ajudaram a mitigar as interrupções nas cadeias de suprimento.

As pandemias de Gripe Espanhola e de COVID-19 sublinham a necessidade de uma abordagem multifacetada e bem-coordenada nas políticas públicas. As crises sanitárias de grande magnitude destacam a importância de respostas imediatas e eficazes que não apenas mitiguem os impactos imediatos, mas também estabeleçam bases sólidas para a recuperação a longo prazo. A resiliência econômica, portanto, depende de políticas públicas que sejam rápidas e eficientes, bem como da capacidade de adaptação e inovação contínua. Medidas como pacotes de estímulo econômico, intervenções fiscais e monetárias, além de um robusto sistema de saúde pública, são relevantes para enfrentar as consequências econômicas de pandemias e garantir a estabilidade e recuperação do país.

Aprender com experiências passadas é essencial para formular estratégias mais eficazes e garantir uma recuperação econômica sustentável após crises sanitárias. A análise histórica das respostas às pandemias anteriores proporciona insights valiosos sobre o que funcionou e o que não funcionou, permitindo a implementação de políticas mais informadas e adaptativas. No caso da COVID-19, as

lições aprendidas assinalam a importância de investir em infraestrutura de saúde, de promover a cooperação internacional e de desenvolver mecanismos flexíveis que possam ser rapidamente mobilizados em resposta a emergências. Assim, para garantir uma recuperação econômica sustentável, é crucial que as políticas públicas sejam baseadas em evidências, adaptáveis às circunstâncias em evolução e focadas em promover a equidade e a inclusão social.

A comparação entre as respostas às pandemias de Gripe Espanhola e de COVID-19 revela uma evolução significativa na capacidade dos governos de responder a crises econômicas e sanitárias. Durante a Gripe Espanhola, as limitações tecnológicas e o conhecimento médico insuficiente resultaram em respostas improvisadas e muitas vezes ineficazes. Já a resposta à COVID-19 beneficiou-se de avanços científicos e tecnológicos, além de uma melhor compreensão das medidas necessárias para conter a disseminação do vírus e mitigar seus impactos econômicos. Essa evolução destaca a importância de aprendizado contínuo e a adaptação das estratégias governamentais para enfrentar crises de saúde pública de maneira mais eficaz.

No futuro, é essencial que os governos fortaleçam suas capacidades de resposta, implementando políticas econômicas bem-estruturadas e adaptativas. As lições aprendidas a partir dessas pandemias oferecem um quadro abrangente para a formulação de políticas mais resilientes e eficazes, assegurando um caminho mais seguro e sustentável para a recuperação econômica. Políticas que integrem inovação tecnológica, investimento em infraestrutura de saúde e uma abordagem coordenada entre diferentes setores são fundamentais para enfrentar futuras crises sanitárias. Além disso, a cooperação internacional e a troca de informações entre países desempenham um papel crucial na construção de uma resposta global mais efetiva. Dessa forma, as estratégias desenvolvidas a partir das experiências passadas contribuirão para uma resiliência econômica duradoura e um sistema de saúde pública mais robusto e preparado para futuras emergências.

Fortalecer a infraestrutura de saúde pública é um dos pilares fundamentais para uma resposta eficaz a pandemias. A Gripe Espanhola destacou a vulnerabilidade de sistemas de saúde frágeis e a necessidade de investimentos robustos em infraestrutura sanitária. A pandemia de COVID-19 reiterou essa lição, mostrando que uma infraestrutura de saúde robusta não só salva vidas, mas também sustenta a economia ao permitir uma resposta mais rápida e eficiente às emergências de saúde.

Além disso, é crucial abordar as desigualdades socioeconômicas que foram exacerbadas durante essas crises. As populações mais vulneráveis tendem a sofrer desproporcionalmente durante pandemias, enfrentando maiores desafios para acessar cuidados de saúde e suporte econômico. Políticas que visem reduzir essas desigualdades são essenciais para garantir que as respostas futuras sejam mais inclusivas e equitativas.

A continuidade no aprendizado e na adaptação é crucial para enfrentar as crises sanitárias e econômicas do futuro com maior eficácia e resiliência. As lições aprendidas das pandemias passadas devem ser continuamente revisadas e integradas nas estratégias de preparação e resposta. Isso inclui não apenas melhorias na infraestrutura de saúde e nas políticas econômicas, mas também o desenvolvimento de sistemas de monitoramento e resposta que sejam ágeis e flexíveis. A capacidade de adaptação às novas informações e aos desafios emergentes é fundamental para construir uma sociedade mais resiliente. Assim, a análise comparativa das pandemias oferece um quadro abrangente que pode guiar a formulação de políticas públicas mais robustas, assegurando um caminho mais seguro e sustentável para a recuperação econômica e a saúde pública.

Para além das lições extraídas deste estudo, é fundamental reconhecer que o campo das respostas econômicas a pandemias ainda oferece vastas oportunidades para futuras pesquisas. A complexidade das crises sanitárias e suas consequências econômicas e sociais demandam uma investigação contínua e aprofundada. Estudos futuros podem focar em aspectos específicos, como a eficácia de políticas econômicas em diferentes setores, as dinâmicas de recuperação econômica em contextos diversos e as implicações de novas tecnologias e inovações nas respostas a pandemias. Além disso, é crucial explorar as desigualdades socioeconômicas exacerbadas por essas crises e investigar como políticas públicas podem ser desenhadas para promover uma recuperação mais equitativa e sustentável. A continuidade de pesquisas nesse campo não só enriquecerá o conhecimento existente, mas também contribuirá para a formulação de políticas mais robustas e eficazes para enfrentar futuras emergências globais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Gabrielle Werenicz. Uma comparação entre a pandemia de Gripe Espanhola e a pandemia de Coronavírus. **Revista UFRGS**, v. 4, n. 21, 2020.
- ALMEIDA, M. A. Política Econômica e Desenvolvimento: **Respostas à Pandemia de COVID-19**. São Paulo: UNESP, 2020.
- ANDRADE, A.; BACCIOTTI, R. A política fiscal no Brasil e a relação com o crescimento econômico. In: PELLEGRINI, J. A.; SALTO, F. S. (org.) **Contas Públicas no Brasil**. São Paulo: Saraiva Educação, (Série IDP – Linha Administração e Políticas Públicas), 2020.
- ARAÚJO, J. S., & Santos, M. R. Políticas Fiscais de Resposta à COVID-19 no Brasil. **Estudos Econômicos**, 29(3), 123-145, 2020.
- BACEN. **Relatório Anual de 2022**. São Paulo: B3, 2022.
- BACEN. **Relatório de Inflação** - Dezembro 2020. Brasília: BACEN, 2020.
- BACEN. **Relatório de Inflação** - Dezembro 2021. Brasília: BACEN, 2021.
- BACEN. **Relatório de Inflação** - Dezembro 2023. Brasília: BACEN, 2023.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Efeitos econômicos da pandemia de COVID-19**. Brasília: BCB, 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 17 jun. 2024.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Inflação, v. 19, n. 4. Brasília, DF**, dez. 2017. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/201712/RELINF201712-ri201712P.pdf>. Acesso em: 26 jun 2024.
- BANCO MUNDIAL. COVID 19 no Brasil: **Impactos e Respostas Políticas. 2020**.
- BANCO MUNDIAL. COVID-19 in Brazil: Impacts and Policy Responses. Washington: **World Bank, 2021**. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/106541594362022984/pdf/COVID-19-in-Brazil-Impacts-and-Policy-Responses.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2024.
- BARBOSA, F. H.; CAMÊLO, F. D. A taxa de juros natural e a regra de Taylor no Brasil: 2003-2015. **Revista Brasileira de Economia**, n. 70, p. 399- 417, 2016.
- BARRO, R.J.; URSÚA, J.F.; WENG, J. The Coronavirus and the Great Influenza Pandemic: Lessons from the “Spanish Flu” for the Coronavirus’s Potential Effects on Mortality and Economic Activity. **NBER**, 2020. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w26866>. Acesso em: 17 jun. 2024.
- BARRO, Robert J.; URSÚA, José F.; WENG, Joanna. **O coronavírus e a grande pandemia de gripe: Lições da “gripe espanhola” para os potenciais efeitos do coronavírus na mortalidade e na atividade econômica**. National Bureau of Economic Research, 2020.

BARRY, John M. **A Grande Gripe**: a história da gripe espanhola, a pandemia mais mortal de todos os tempos. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

BARRY, John M. A grande gripe: A história da pandemia mais mortal da história - **Pinguim Reino Unido**, 2020.

BCB. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Inflação**. Brasília, junho de 1999, v. 1, n. 1, p. 1-97. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/1999/06/ri199906P.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2024.

BERNANKE, Ben S.. **The New Tools of Monetary Policy**. 2020. Disponível em: https://paulgp.github.io/speeches/bernanke_2020_aea.pdf. Acesso em: 17 jun. 2024.

BERTUCCI, Liane Maria. Epidemia em papel e tinta: a gripe espanhola nos jornais de São Paulo. **Khronos**, (6), 11-11-2018.

BERTUCCI, Liane Maria. **Influenza, a medicina enferma**. Tese de doutorado (Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

BLANCHARD, O. Fiscal dominance and inflation target: lessons from Brazil. **NBER Working Paper nº 10.389**, 2004.

BLANCHARD, O. Fiscal dominance and inflation target: lessons from Brazil. **NBER Working Paper nº 10.389**, 2005.

BOMFIM, Fernando. COVID-19, a Pandemia Que Mudou a Saúde e a Economia. **Revista Ciências Em Saúde**, v. 10, n. 2, p. 1–2, 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988**. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries Estatísticas Retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Financiamento Da Covid-19, Inflação e Restrição Fiscal. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, n. 4, p. 604–621, 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Brasil: Impactos Do Covid-19 e Recuperação. **Revista De Economia (Curitiba, Brazil)**, v. 42, n. 77, p. 1-18, 2021.

BROOKINGS INSTITUTION. Social and Economic Impact of COVID-19. **Brookings Institution**, 2023. Disponível em: <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2021/06/Social-and-economic-impact-COVID.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2024.

BUSCH, M. L.; MANSFIELD, E. D. **Trade: determinants of policies**. In: DENEMARK, R. A. et al. (Ed.). *The International Studies Compendium Project*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.

BUSATO, M. I.; PINTO, E. C. Uma perspectiva reducionista da revolução keynesiana: a síntese neoclássica. **Análise Econômica**, v. 26, n. 50, 2008.

CAMPOS, Eduardo Lima, et al. A Further Deterioration of the Brazilian Fiscal Reaction in View of COVID-19. **Revista De Economia Política**, v. 42, n. 32, p. 664679, 2022.

CAMPOS FILHO, R. A peste, a gripe espanhola e a covid19 – geografizando as pandemias pelo mundo. **Élisée - Revista de Geografia da UEG**, v. 9, n. 1, p. 91. 2020.

CARNEIRO, D. D.; WU, T. Y. H. Dominância fiscal e desgaste do instrumento único de política monetária no Brasil”, **Instituto de Estudos de Política Econômica - Texto para discussão**, n. 7, 2005.

CARVALHO, F. J. C. et al. **Economia Monetária e Financeira: teoria e política**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2007.

CARVALHO, Felipe Wesley Santiago, et al. O e-commerce e o impacto econômico positivo em empresas do comércio varejista durante o período pandêmico. **RCA – Revista Científica da AJES**, Juína/MT, v. 10, n. 21, p. 153–169, 2021.

CASTRO, C. Política fiscal e crescimento econômico. **Revista de Estudos Politécnicos**, Porto, v. 3, n. 5/6, p. 87-118, 2006.

CAVALCANTI, M. A. F. H.; SILVA, N. L. C. Dívida pública, política fiscal e nível de atividade: uma abordagem VAR para o Brasil no período 1995-2008. **Economia Aplicada**. v. 14, n. 4, p. 391-418, 2010.

CEPAL, **ONU** O prolongamento da crise sanitária e seu impacto na saúde, na economia e no desenvolvimento social. 2021.

CEPAL. Informe COVID-19: La prolongación de la crisis sanitaria y su impacto. **CEPAL**, 2022. Disponível em: https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/45602/S2000313_es.pdf. Acesso em: 17 jun. 2024.

CEPEA. **Soja: Cotação da soja atinge maior nível desde 2012**. Piracicaba: Cepea, 2021. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br>. Acesso em: 25 jun. 2024.

CNI. Economia Brasileira: **Desempenho e Perspectivas**. Confederação Nacional da Indústria. 2019.

CORREIA, S.; LUCK, S.; VERNER, E. 'Pandemias Depress the Economy, Public Health Interventions Do Not: Evidence from the 1918 Flu **Documento de Trabalho NBER nº 21096**, 2020.

CORREIA, Sergio; LUCK, Stephan; VERNER, Emil. Pandemics depress the economy, public health interventions do not: Evidence from the 1918 flu. **The Journal of Economic History**, v. 82, n. 4, p. 917-957, 2022.

CORREIA, S., STEPHAN, L.; VERNER, E. Pandemics Depress the Economy, Public Health Interventions Do Not: Evidence from the 1918 Flu. **Cadernos de saúde**, v. 26, n. 4, 2020.

CUETO, Marcos. **A Gripe Espanhola no Brasil: Morte e Controvérsias**. Editora Fiocruz, 2010.

D'AVILA, Beatriz E. **La gripe española: la epidemia de 1918-1919**. Madrid: Siglo XXI. 1993.

DAMACENA NETO, Lea ESPANHOLA E O NOVO CORONAVÍRUS. **Revista saúde e economia**, v. 10, n. 20, 2020.

DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. **O Brasil na Primeira Guerra Mundial: A longa travessia**. São Paulo: Contexto, 2016.

DATHEIN, R. **O crescimento do desemprego nos países desenvolvidos e sua interpretação pela teoria econômica: as abordagens neoclássica, keynesiana e schumpeteriana**. 2000. 256 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

DE SANTIS, Roberto A.; VEKEN, Wouter van Der. **Macroeconomic risks across the globe due to the Spanish Flu**. 2020. Disponível em: <https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/scpwps/ecb.wp2466~43b7489b61.en.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2024.

EIA. **Crude Oil Prices: Brent - Europe**. Washington, D.C.: EIA, 2022. Disponível em: <https://www.eia.gov>. Acesso em: 25 jun. 2024.

EICHENBAUM, M. S. et al. The Macroeconomics of Epidemics. **NBER Working Paper nº 26882**, 2020.

EVANS, Richard J. **Epidemics and revolution: cholera in nineteenth century Europe**. In: RANGER, Terence; SLACK, Paul (orgs.). **Epidemics and ideas**. Cambridge, Cambridge University Press, 1992.

FAVERO, C.; GIAVAZZI, F. Inflation Targeting and Debt: Lessons from Brazil. **NBER Working Paper**, n. 10390, 2004.

FEIJÓ, Carmem; ARAÚJO, Eliane Cristina; BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Política monetária no Brasil em tempos de pandemia. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 42, n. 1, p. 150-171, 2022.

FERREIRA JUNIOR, Reynaldo Rubem; RITA, Luciana Peixoto Santa. Impactos Da Covid-19 Na Economia: Limites, Desafios e Políticas. **Cadernos De Prospecção**, v. 13, n. 2, p. 459-472, 2020.

FILHO, F. F. “Keynesianos”, monetaristas, novos-clássicos e novoskeynesianos: uma crítica pós-keynesiana. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 1996.

FOCUSECONOMICS. **Brazil Exchange Rate May 2020**, 2020.

FRIEDMAN, M. A monetary and fiscal framework for economic stability. **The American Economic Review**, v. 38, n. 3, p. 245-264, jun. 1948.

FRIEDMAN, M. **A Monetary History of The United States, 1867- 1960**. Princeton: Princeton University Press, 1963.

FRIEDMAN, M. The Role of Monetary Policy. **A Macroeconomics Reader**, p. 164, 1969.

FRIEDMAN, M. The Roles of Monetary Policy. **The American Economic Review**, v. 58, n. 1, p. 1-17, 1968.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. Perspectivas da Economia Mundial, abril de 2022: A guerra atrasa a recuperação global. **FMI**, 2022. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2022/04/19/world-economic-outlook-april-2022>. Acesso em: 17 jun. 2024.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1968.

FURTADO, C. **Transformação e crise na economia mundial**. São Paulo: Paz e Terra. 1987.

GADELHA, S. R. B.; DIVINO, J. A. Dominância Fiscal ou dominância monetária no Brasil? Uma análise de causalidade. **Revista da Economia Aplicada**, São Paulo, V12. N4. P 659-675, 2008.

GOBETTI, S. W. **Tópicos sobre a política fiscal e o ajuste fiscal no Brasil**. 2008.

GOLDBERG, P. K., & Maggi, G. Protection for Sale: An Empirical Investigation. **American Economic Review**, 89(5), 1135-1155, 1999.

GOMES, Gildo Machado. Construção de um indicador chave de risco para a inflação do Brasil: uma análise retrospectiva das previsões para o **IPCA contidas no relatório Focus do Banco Central do Brasil**. 2023.

GOMES, Helen Maria da Silva; LELES, Tony Leonardo da Silva; ALMEIDA, Alysson Nunes de Moura. Covid-19 e o impacto financeiro do lockdown: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 13, n. 3, 2022.

GOULART, Adriana da Costa. Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 12, n. 1, p. 101-42, jan.-abr. 2005.

GREMAUD, A. P.; SAES, F. A. M.; TONETO, R. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1997.

HICKS, J. R. Mr. Keynes and the "classics"; a suggested interpretation. **Econometrica: journal of the Econometric Society**, p. 147-159, 1937.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. Editora Companhia das Letras, 1995.

IBGE. **Contas Nacionais Trimestrais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IBGE. **Contas Nacionais Trimestrais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE. **Contas Nacionais Trimestrais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE. **Contas Nacionais Trimestrais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

IBGE. **Contas Nacionais Trimestrais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE. **Contas Nacionais Trimestrais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IBGE. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 jun. 2024.

IBGE. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 jun. 2024.

IBGE. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 jun. 2024.

IBGE. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 jun. 2024.

IMF. **World Economic Outlook Update - January 2023**. Washington, D.C.: IMF, 2023. Disponível em: <https://www.imf.org>. Acesso em: 25 jun. 2024.

IMF. **World Economic Outlook: Recovering during a Pandemic - October 2021**. Washington, D.C.: IMF, 2021. Disponível em: <https://www.imf.org>. Acesso em: 25 jun. 2024.

IMF. **World Economic Outlook: War Sets Back the Global Recovery - April 2022**. Washington, D.C.: IMF, 2022. Disponível em: <https://www.imf.org>. Acesso em: 25 jun. 2024.

IZEPÃO, R. L. **Planejamento, Política e Economia: uma análise da prática governamental paranaense**. Tese (Doutorado em História Econômica) Universidade de São Paulo, 2008.

JOHNSON, Niall. **Britain and the 1918–19 Influenza Pandemic**. 2006. Disponível em: https://api.pageplace.de/preview/DT0400.9781134215010_A24504980/preview-9781134215010_A24504980.pdf. Acesso em: 17 jun. 2024.

JOHNSON, N. P., & MUELLER, J. Updating the accounts: global mortality of the 1918-1920 "Spanish" influenza pandemic. **Bulletin of the History of Medicine**, p. 105-115, 2002.

KALECKI, M. **Teoria da Dinâmica Econômica**. São Paulo: Ed. Abril, 1983.

KEYNES, J. M. **A Teoria do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

KEYNES, J. M. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Editora Saraiva, 2017.

KEYNES, J. M. *The General Theory of Employment, Interest and Money*. **Editora Saraiva**, 1936.

KEYNES, J. M. **The General Theory of Employment, Interest and Money**. Nova York: Harcourt Brace Jovanowitch, 1936.

KNUST, M. A., da Silva, K. F. T., de Souza, H. A. N., de Cantuária, J. S. C. L., Correia, L. M., Neto, M., & Porto, F. (2021). Uso do Lysol em tempos pós-pandêmicos da gripe espanhola. **Revista de Enfermagem Referência**, 2021.

KOLATA, Gina. **Gripe: a história da pandemia de 1918**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KUHN, C. V.; TOSTES, F. S. **Regimes Monetários no Brasil: uma análise póskeynesiana para o período 1994-2008**. Estudos do CEPE. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Santa Cruz do Sul – RS, 2010.

LACERDA, A. B. **Inflação e pandemia: o caso da Gripe Espanhola no Brasil**. *Revista de Economia Política*, v. 38, n. 1, 2018.

LOPREATO, F. L. C. Milton Friedman e a efetividade da política fiscal. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 17, n. 2, p. 201-220, 2013.

MAGALHÃES, Graziela; CARDOSO, Leonardo Chaves Borges. Efeitos econômicos e distributivos da pandemia de coronavírus no Brasil. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 18, n. 1, 2020.

MDIC. **Relatório Anual de Comércio Exterior - 2019**. Brasília: MDIC, 2020.

MDIC. **Relatório Anual de Comércio Exterior - 2022**. Brasília: MDIC, 2022.

MEDEIROS, Rodrigo de Vasconcellos Viana; RODRIGUES, Patrícia Mattos Amato, 2019.

MÉDICI, André César. Efeitos das Pandemias na Economia: da Gripe Espanhola ao Covid-19. **Cadernos de economia**, v. 14, n. 103, 2020.

MÉDICI, André César. Efeitos das Pandemias na Economia: da Gripe Espanhola ao Covid-19. **Sincovaga SP**, v. 7, abril 2020.

MENDONÇA, Braga V. **A Experiência Estratégica Brasileira Na Primeira Guerra Mundial, 1914-1918**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciência Política) Departamento de Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

MIKHAILOVA, I.; PIPER, D. Novo Consenso Macroeconômico: tentativa de sintetização e aplicabilidade à economia brasileira. **Pesquisa e Debate**, n. 22, v. 42, p. 203-222, 2012.

MILNER, Helen V.. **The political economy of international trade: annual review of political science**. Annual Review of Political Science. 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4352270/mod_resource/content/1/Milner%20C%20Helen.%201999.%20%E2%80%9CThe%20Political%20Economy%20of%20International%20Trade%E2%80%9D%2C%20Annual%20Review%20of%20Poli.pdf. Acesso em: 17 jun. 2024.

MINELLA, A. et al. Inflation Targeting in Brazil: Lessons and Challenges. Banco Central do Brasil, **Working Paper Series 53**, 2002.

MOHER, D. et al. Principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises: a recomendação PRISMA. **Epidemiol Serv Saúde**, v. 24, n. 2, p. 335-342, 2015.

MOLLO, M. L. Ortodoxia e Heterodoxia Monetárias: a questão da neutralidade da moeda. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 3, p. 323-343, 2004.

MORRIS, D.; MILLER, S. **Brazil: Boom to Bust**. **Journal of Economic Perspectives**, 2016.

MUNDIAL, Banco Grupo. COVID-19 no Brasil: impactos e respostas de políticas públicas. Brasília: **Banco Mundial**, 2020; World Bank Group. (2020).

NEUFELD, Paulo Murillo. Memória médica: a Gripe Espanhola de 1918. **Rev. bras.anal. Clin.**, v. 52, n. 3, p. 213-217, 2020.

NEW ENGLAND JOURNAL OF MEDICINE. COVID-19 e a resposta da sociedade. **NEJM**, 2020. Disponível em: <https://www.nejm.org/coronavirus>. Acesso em: 17 jun. 2024.

NOGUEIRA, I. **A Centralidade do Investimento para a Teoria Macroeconômica**: uma breve revisão do modelo de Kalecki. *Crítica Econômica*, 2008.

NOY, Ilan. **Measuring the Economic Risk of COVID-19**. 2020. Disponível em: https://www.cesifo.org/DocDL/cesifo1_wp8373.pdf. Acesso em: 17 jun. 24.

OECD. **Economic Outlook - December 2020**. Paris: OECD, 2020. Disponível em: <https://www.oecd.org>. Acesso em: 25 jun. 2024.

OECD. **Economic Outlook - June 2023**. Paris: OECD, 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org>. Acesso em: 25 jun. 2024.

OECD. **Perspectivas Econômicas da América Latina 2022**. **OECD**, 2022. Disponível em: <https://www.oecd.org/latin-america/perspectivas-economicas-da-america-latina-2022.htm>. Acesso em: 17 jun. 2024.

ORAIR, R. O. **Política fiscal no Brasil contemporâneo**: investimento público e ciclos econômicos. In: Governança da política da infraestrutura: condicionantes institucionais ao investimento. Brasília-DF: Ipea, 2018.

OREIRO, J. L. C. **Macroeconomia do Desenvolvimento**: uma perspectiva keynesiana. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

OREIRO, J. L. C. Novo desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica. **Estudos Avançados**, v. 26, n.75, p. 29-40, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Doença do coronavírus (COVID-19) pandemia. **OMS**, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>. Acesso em: 17 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII)**. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/international-health-regulations#tab=tab_1. Acesso em: 17 jun. 2024

PATTERSON, K. David; PYLE, Gerald F. A geografia e mortalidade da pandemia de gripe de 1918. **Boletim de História da Medicina**, v. 65, n. 1, pág. 4-21, 1991.

PINTO, Mariana Vilas Boas. **"A Gripe Espanhola e o impacto econômico e social no Brasil: uma análise a partir das notícias do Jornal do Brasil"**. In: História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 26, n. 1, p. 115-132, 2019.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RASPAUD, Michel. **"Impacto econômico e social da pandemia de influenza no Brasil (1918-1919)"**. In: Cadernos de História da Ciência, v. 7, n. 1, p. 9-33, 2012.

REYES JR, Edgar, et al. CONFLITO ENTRE ECONOMIA E SAÚDE? O CASO DA COVID-19 NO BRASIL. **RGO. Revista Gestão Organizacional**, v. 14, n. 1, p. 378–389, 2020.

RIBEIRO, Fernando et al. Comércio exterior, política comercial e investimentos estrangeiros: considerações preliminares sobre os impactos da crise do Covid-19. **Carta Conjunt.(Inst. Pesqui. Econ. Apl.)**, p. 1-26, 2020.

ROSSI, P. **Regime Macroeconômico e o Projeto Social-Desenvolvimentista**. Texto para discussão. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015.

RODRIK, Dani. Political economy of trade policy: chapter 28. Chapter 28. 1995. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1573440405800085>. Acesso em: 17 jun. 24.

ROSTIROLLA, Luciano; OLIVEIRA Nilton Marques. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA: ALGUMAS REFLEXÕES NO CONTEXTO DE PANDEMIA / STATE INTERVENTION IN THE ECONOMY: SOME REFLECTIONS IN THE PANDEMIC CONTEXT. **Informe GEPEC**, v. 27, n. 1, p. 26-44, 2023.

SALLUM JR., B. **Capitalismo e cafeicultura**. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

SAYAD, J. **Dinheiro, dinheiro: inflação, desemprego, crises financeiras e bancos**. Portfolio-Penguin, 2015.

SILBER, Simão Davi. A fragilidade econômica e financeira na pandemia do Sars-Covid-19. **Estudos avançados**, v. 34, n. 100, p. 107-115, 2020.

SICSÚ, J. Keynes e os Novos-Keynesianos. **Revista de Economia Política**, v. 19, n. 2, abr./jun., 1999.

SILVA, Guilherme Mendonça da. A comunicação do Banco Central do Brasil: **os comunicados do Copom e a inflação**. 2020.

SILVA, Hudson Pacífico da; LIMA, Luciana Dias de. Política, Economia e Saúde: Lições Da COVID-19. **Cadernos De Saúde Pública**, v. 37, n. 9, 2021.

SILVA, S. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. 6 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

SIMONSEN, M. H. **Inflação e Política Cambial**, 1995.

SHULTZ, James M. Perspectives on disaster public health and disaster behavioral health integration. **Disaster Health**, v. 2, n. 2, p. 69-74, 2014.

SOARES, Gabriel Predebon. Uma tragédia Esquecida: A Gripe Espanhola No Brasil. **Locus: Revista De História**, v. 27, n. 1, p. 460-63, 2020.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. A gripe espanhola em Salvador, 1918: cidade de becos e cortiços. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 12, n. 1, p. 71-99, jan.-abr. 2015.

SUZIGAN, W. Política Cambial Brasileira, 1889-1946. In: Furtado, C. (Ed.), **Formação Econômica do Brasil**, 1971.

TAUNAY, A. E. **A propagação da lavoura cafeeira**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1934.

TAUNAY, Affonso de E.. **Historia do café no Brasil: no Brasil imperial 1822-1872**. 1939. Volume IV. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10012774&parte=1>. Acesso em: 17 jun. 2024.

TÁVORA, F. L. **Impactos do novo coronavírus (Covid-19) no agronegócio brasileiro**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, n. 274, 2020.

TESOURO NACIONAL. **Dívida Pública Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/divida-publica-federal/estatisticas-e-relatorios-da-divida-publica-federal>. Acesso em: 01 set. 2024.

UNDP. Impacto Socioeconômico da Pandemia da COVID-19. **UNDP**, 2022. Disponível em: <https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2023-01/CD19-PDS-Number1-ES.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2024.

VALADÃO, William Barbosa. **A resiliência das cooperativas da agricultura familiar durante a pandemia da COVID-19**: uma abordagem relacional. 2023.

VASCONCELOS, Paulo Sérgio. **Desafios da Estratégia Empresarial: antes, durante e após a pandemia de 2020**. 2020. Disponível em: <https://revistas.faa.edu.br/FDV/article/view/846/610>. Acesso em: 17 jun. 24.

VELDE, F.R. **What Happened to the US Economy During the 1918 Influenza Pandemic?** A View Through High-frequency Data Federal Reserve Bank of Chicago, 2020.

VERSIANI, F. R. A industrialização brasileira antes de 1930. In: Furtado, C. (Ed.), **Formação Econômica do Brasil**, 1978.

WORLD BANK. **Global Economic Prospects - June 2022**. Washington, D.C.: World Bank, 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org>. Acesso em: 25 jun. 2024.

YEYATI, Eduardo Levy et al. Impacto social e econômico da COVID-19. **Brookings Institution**, 2021.